

ORGANIZADORES

THIAGO CEDREZ DA SILVA

EDGAR AVILA GANDRA

ELVIS SILVEIRA SIMÕES

PERSPECTIVAS HISTÓRICAS

Artigos Acadêmicos
em Destaque



ORGANIZADORES

THIAGO CEDREZ DA SILVA

EDGAR AVILA GANDRA

ELVIS SILVEIRA SIMÕES

PERSPECTIVAS HISTÓRICAS

Artigos Acadêmicos em Destaque



Porto Alegre
2024

Copyright ©2024 dos organizadores.

Direitos desta edição reservados aos organizadores, cedidos somente para a presente edição à Editora Mundo Acadêmico.

Importante: as opiniões expressas neste livro, que não sejam as escritas pelos organizadores em seu(s) capítulo(s), não representam ideia(s) destes. Cabe, assim, a cada autor a responsabilidade por seus escritos.



**Atribuição - Não Comercial - Sem Derivadas 4.0 Internacional
(CC BY-NC-ND 4.0)**

LICENCIADA POR UMA LICENÇA CREATIVE COMMONS

Você é livre para:

Compartilhar - copie e redistribua o material em qualquer meio ou formato. O licenciante não pode revogar essas liberdades desde que você siga os termos da licença.

Atribuição - Você deve dar o crédito apropriado, fornecer um link para a licença e indicar se foram feitas alterações. Você pode fazê-lo de qualquer maneira razoável, mas não de maneira que sugira que o licenciante endossa você ou seu uso.

Não Comercial - Você não pode usar o material para fins comerciais.

Não-derivadas - Se você remixar, transformar ou desenvolver o material, não poderá distribuir o material modificado.

Sem restrições adicionais - Você não pode aplicar termos legais ou medidas tecnológicas que restrinjam legalmente outras pessoas a fazer o que a licença permitir.

Este é um resumo da licença atribuída. Os termos da licença jurídica integral estão disponíveis em: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode>

Capa e diagramação:

Thiago Cedrez da Silva

Editor:

Marcelo França de Oliveira

Conselho Editorial Casalettras

Prof. Dr. Amurabi Oliveira (UFSC)

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Lopes (UFPEL)

Prof. Dr. Elio Flores (UFPB)

Prof. Dr. Fábio Augusto Steyer (UEPG)

Prof. Dr. Francisco das Neves Alves (FURG)

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas (UFPEL)

Profª Drª Maria Eunice Moreira (PUCRS)

Prof. Dr. Moacyr Flores (IHGRGS)

Prof. Dr. Luiz Henrique Torres (FURG)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P4325 Perspectivas históricas: artigos acadêmicos em destaque/ Thiago Cedrez da Silva, Edgar Avila Gandra e Elvis Silveira Simões (Org.) [Recurso eletrônico] Porto Alegre: Mundo Acadêmico, 2024.

124 p.

Bibliografia

ISBN: 978-65-89475-54-5

1. História - 2. Geografia - 3. Divulgação científica - 4. Historiografia - I. Da Silva, Thiago Cedrez - II. Gandra, Edgar Avila - III. Simões, Elvis Silveira - IV. Título.

CDU: 900

CDD: 900



EDITORA MUNDO ACADÊMICO

Um selo da Editora Casalettras

R. Gen. Lima e Silva, 881/304 - Cidade Baixa

Porto Alegre - RS - Brasil CEP 90050-103

+55 51 3013-1407 - contato@casalettras.com

www.casalettras.com/academico-livros

SUMÁRIO

PERSPECTIVAS HISTÓRICAS: APRESENTAÇÃO DA COLETÂNEA

Thiago Cedrez da Silva; Elvis Silveira Simões; Edgar Avila Gandra..... 05

1. REVISTA VEJA: UMA SÍNTESE DA VISÃO NEOLIBERAL SOBRE O IMPEACHMENT DA EX-PRESIDENTE DILMA

João Octavio França Teixeira..... 08

2. Ensino de História e Educomunicação

João Octavio França Teixeira..... 22

3. A CURIOSIDADE EPSTEMOLOGICA NO ENSINO DE HISTÓRIA

João Octavio França Teixeira..... 33

4. EDUCANDO NOVAMENTE PARA A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO: O EMPREENDEDORISMO COMO A NOVA FACE DA EXPLORAÇÃO.

João Octavio França Teixeira..... 41

5.O ACESSO À JUSTIÇA EM MOÇAMBIQUE: PARADOXOS, OBSTÁCULOS E ALTERNATIVAS

Frei Elias Mouzinho João Walata; Tehssin Mohamed Ikkal..... 51

6. TERRAPLANISMO & GEOGRAFIA DA CONSPIRAÇÃO

Enio Souza Sieburger; Letícia Oliveira Borges..... 66

7. PATERNIDADE & APRENDIZAGEM

Enio Souza Sieburger; Odilon Leston Júnior; José Bonifácio Alves da Silva... 97

8. O ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA NO BRASIL: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE A NECESSIDADE DE UMA EDUCAÇÃO MAIS INCLUSIVA

Thiago Cedrez da Silva..... 111

SOBRE OS ORGANIZADORES..... 123

PERSPECTIVAS HISTÓRICAS: APRESENTAÇÃO DA COLETÂNEA

É com grande satisfação que apresentamos a obra "***Perspectivas Históricas: Coletânea de Artigos Acadêmicos***", uma compilação que reúne oito capítulos cuidadosamente selecionados, os quais oferecem uma visão abrangente e diversificada do campo da História.

Ao longo das páginas deste livro, mergulhamos em diferentes períodos históricos, contextos geográficos e abordagens metodológicas, proporcionando ao leitor uma jornada fascinante pelos meandros da História.

Cada capítulo desta coletânea é fruto do trabalho árduo e da dedicação de pesquisadores comprometidos com a produção de conhecimento histórico de qualidade. Os artigos apresentam análises originais e perspicazes, resultado de pesquisas rigorosas e reflexões profundas sobre os temas abordados.

A diversidade de temas abordados nesta obra reflete a amplitude e a riqueza do campo da História, abrangendo desde estudos sobre sociedades antigas até reflexões contemporâneas sobre questões sociais, políticas e culturais.

Por meio desta coletânea, esperamos contribuir para o enriquecimento do debate acadêmico e para a formação de novas perspectivas sobre o passado e o presente. Que os leitores encontrem neste livro não apenas um conjunto de artigos acadêmicos, mas também inspiração para novas pesquisas e reflexões sobre a complexidade da experiência humana ao longo do tempo.

Que esta obra possa servir como um convite para explorar as múltiplas facetas da História e para refletir sobre o nosso lugar nesse vasto e intricado tecido de narrativas e acontecimentos que moldaram o mundo em que vivemos.

Nesta coletânea, apresentamos uma variedade de artigos acadêmicos que abordam questões contemporâneas e históricas de grande relevância. Cada capítulo oferece uma perspectiva única sobre temas que vão desde eventos políticos marcantes até reflexões sobre educação e sociedade.

O primeiro capítulo, intitulado "***Revista Veja: Uma Síntese da Visão Neoliberal sobre o Impeachment da Ex-presidente Dilma***" é de autoria do pesquisador João Octavio França Teixeira. Neste texto, analisa-se a visão da Revista Veja sobre o impeachment de 2016 no Brasil. O autor explora como a revista promove a propaganda de políticas de austeridade econômica, respaldando reformas neoliberais.

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

Já o segundo capítulo, ***“Ensino de História e Educomunicação”***, também de autoria de João Octavio França Teixeira, o pesquisador compartilha uma experiência de estágio docente, onde explora a relação entre história, imprensa e educomunicação. Este capítulo busca fomentar a leitura crítica dos meios de comunicação e o processo de ensino e aprendizagem.

O nosso terceiro capítulo, denominado ***“A Curiosidade Epistemológica no Ensino de História”***, o autor João Octavio França Teixeira disserta sobre o ensino e aprendizagem de história na escola, destacando a importância da curiosidade epistemológica para uma abordagem crítica e reflexiva.

O quarto capítulo apresenta mais uma contribuição de João Octavio França Teixeira. Em ***“Educando Novamente para a Exploração do Trabalho: O Empreendedorismo como a Nova Face da Exploração”***, o autor discute a relação entre educação e mundo do trabalho, abordando a emergência do empreendedorismo como uma forma contemporânea de exploração.

O quinto capítulo desta coletânea corresponde a pesquisa intitulada ***“O Acesso à Justiça em Moçambique: Paradoxos, Obstáculos e Alternativas”***. Os autores Frei Elias Mouzinho João Walata e Tehssin Mohamed Ikbal propõem uma reflexão sobre o direito de acesso à justiça em Moçambique, destacando os obstáculos para sua efetivação e possíveis alternativas.

Em seguida, no nosso sexto capítulo temos a pesquisa de Enio Souza Sieburger e Letícia Oliveira Borges, intitulada ***“Terraplanismo & Geografia da Conspiração”***. Neste texto os autores exploram o ressurgimento do terraplanismo e as mitificações em torno desse conceito, analisando seus idealizadores e fomentadores.

No sétimo capítulo você encontrará a pesquisa ***“Paternidade & Aprendizagem”*** de autoria dos pesquisadores Enio Souza Sieburger, Odilon Leston Júnior e José Bonifácio Alves da Silva. Neste texto, investigam as diferentes abordagens e relações entre professor e estudante, destacando a importância da família na construção do educando.

Nosso último capítulo é de autoria do pesquisador Thiago Cedrez da Silva, ***“O Ensino de História Indígena no Brasil: uma Breve Reflexão sobre a Necessidade de uma Educação Mais Inclusiva”***. Neste texto o autor analisa cri-

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

ticamente a importância do ensino de História Indígena como parte de uma educação mais inclusiva e plural, promovendo o respeito e a valorização das múltiplas identidades brasileiras.

Como o leitor poderá perceber, estes oito capítulos oferecem uma variedade de perspectivas e reflexões sobre temas relevantes da contemporaneidade e da história. Convidamos os leitores a explorarem essas análises e a se engajarem no debate acadêmico presente nesta coletânea.

Convidamos os leitores a mergulharem nas páginas deste livro e a explorarem as ricas perspectivas históricas apresentadas pelos diversos autores. Cada capítulo oferece uma oportunidade única de compreendermos melhor as complexidades do passado, bem como suas influências sobre o presente.

Ao ler os artigos reunidos nesta coletânea, os leitores terão a chance de expandir seus horizontes intelectuais, questionar conceitos pré-estabelecidos e desenvolver uma compreensão mais profunda e crítica da história humana. Esperamos que os textos aqui presentes inspirem novas reflexões, despertem o interesse pela pesquisa histórica e contribuam para o enriquecimento do conhecimento de todos os que se aventurarem por estas páginas.

Por fim, agradecemos a todos os autores que contribuíram para esta obra e aos leitores por sua dedicação ao estudo da História. Que este livro seja uma fonte de inspiração e aprendizado, estimulando-nos a continuar explorando as infinitas possibilidades que o estudo do passado oferece. Boa leitura!

Os Organizadores

Dr. Thiago Cedrez da Silva

Dr. Elvis Silveira Simões

Dr. Edgar Avila Gandra

Revista Veja: uma síntese da visão neoliberal sobre o impeachment da Ex-presidente Dilma

João Octavio França Teixeira¹

Resumo- O objetivo do presente artigo é analisar a visão da Revista Veja quanto ao golpe de 2016 que ocorrera no Brasil contra a presidente Dilma Rousseff, apresentado pela revista como impeachment. Com intuito de refletir que durante sua edição intitulada como histórica do dia 7 de setembro de 2016 a partir de sua Carta ao Leitor, a revista atua como um agente que promove a propaganda de políticas de austeridade econômica, dando respaldo simbólico e prático a uma série de reformas neoliberais iniciadas no governo Michel Temer.

Palavras Chaves: Impeachment; Revista Veja; Neoliberalismo; Brasil.

¹ Graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande FURG; Mestrando em História pela Universidade Federal de Pelotas; Discente da Especialização em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande FURG. Contato: joaoo.octaviofranca@gmail.com.

Introdução

O objetivo desse artigo é investigar qual a visão da Revista Veja quanto ao processo de impeachment, aqui entendido como golpe da Presidenta Dilma Rousseff no ano de 2016, tendo em vista que, o processo para a destituição da ex-presidente teve início em 2014 após sua reeleição. Quando o resultado das eleições é posto sob dúvida, por seu rival naquela ocasião Aécio Neves. Junto a esse primeiro movimento de não confiabilidade nos resultados das eleições, o país dava sinais de recessão econômica no segundo mandato de Dilma, simultaneamente a isso as críticas ao governo da petista se tornaram um hábito tradicional nos veículos de informação sempre tecendo grandes críticas. Em destaque nesse contexto, é possível apontar a revista Veja, como uma das protagonistas, no que se entende como o caminho para a construção do consenso do Golpe de Estado. Aliás essa relação entre política e imprensa é algo recorrente na História do Brasil, com intuito de promover defesa de interesses. Entretanto aqui não será abordando a construção do consenso, mas a perspectiva política alinha a doutrina neoliberal, no que tange o impeachment de Dilma Rousseff. Para a compreensão do papel da revista Veja, é necessário conhecer a estrutura de organização da imprensa contemporânea, no qual é um modelo de imprensa empresa, ou seja, inerentemente ligada ao capital privado que, por sua vez, possui seus próprios interesses. Com isso, o espaço de grande parcela da mídia privada torna-se um espaço de formação de consenso da visão do empresariado.

O tema será abordado através da edição de Sete de Setembro de 2016 número 2494 da Revista Veja, tendo como foco, a abordagem realizada pelas Cartas ao Leitor que é colocado pela revista como impeachment, ou seja, a visão da revista Veja quanto ao processo, entendendo que a Carta ao Leitor é a expressão do seu editorial. A imprensa desenvolve um papel importante de interagir com a memória sobre tempo presente dessa forma influenciar na construção de opinião e reflexão de temas importantes para a sociedade, frente a isso é necessário realizar uma análise da construção desse papel da mídia. Essa edição foi escolhida, pois, sintetiza o processo ao qual revista participou no nosso entender, já que podemos observar um ponto de inflexão de um processo,

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

para além disso o fato de fazer uma comparação com a independência do Brasil a derrocada do governo petista.

Dessa forma, o objetivo é de analisar a visão da Revista Veja quanto a esse momento recente da história do Brasil, o Golpe de 2016. Com ênfase na ideologia neoliberal presente na maior parcela da imprensa e o seu papel na sociedade, na qual o Golpe passa a ser visto como algo plausível, quando isso representava a defesa de interesses que auxiliam no respaldo do processo de reformas neoliberais. Segundo o dicionário de conceitos históricos:

O liberalismo, em sua forma atual rebatizada como neoliberalismo, é a ideologia política do mundo globalizado. É ele que advoga a abertura de mercados, o livre fluxo de capitais e os investimentos privados, a redução das responsabilidades sociais do Estado e a própria diminuição deste como mecanismo administrativo (tido em geral como dispendioso e antieconômico), em nome da privatização. O neoliberalismo é a reafirmação dos valores liberais originados do liberalismo econômico do século XIX. (SILVA, SILVA, 2009, p.261).

A partir da exibição do modelo de imprensa hegemônica, será desenvolvido um processo de identificação do modo de ver e apresentar o impeachment, que levam a degeneração da imagem do PT perante a sociedade, que será feita através da Revista *Veja edição 2494*, contudo nosso objetivo aqui não eximir a agremiação de seus erros e sim refletir sobre o processo de sua derrocada. *Edição* considerada histórica pela revista devido ao desfecho do impeachment. Nessa edição é possível encontrar a síntese do processo que forma o consenso quanto ao Golpe de 2016. Entendido, como “Golpe de Estado que pode ser referido internacionalmente como coup d’État (em francês) e Putsch ou Staatsstreich (em alemão), consiste no derrube ilegal, por parte de um órgão de Estado, da ordem constitucional legítima” (NOGUEIRA PINTO, 1985, p.66-68). Analisar edição 2494 da revista é essencial para compreensão do que ocorreu. Dessa forma, também perceber que a democracia sofre interferência direta em suas pautas, a partir do debate estabelecido pela imprensa, sendo ela uma das responsáveis por apresentar as informações sobre o que acontece e formar a opinião pública.

O que justifica esse esforço intelectual, é o fato da ideia hegemônica transmitida quanto ao impeachment pelos veículos de comunicação, que teve como objetivo gerar consenso quanto ao processo. Tendo como foco a Revista *Veja* e sua visão. Visão, que coloca os problemas como alta da inflação,

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

desemprego, redução da renda e corrupção eram exclusivos à gestão que governou o país ao longo de 12 anos. Com isso, é possível sugerir que a imprensa teve um papel importante de atuação no entendimento dos indivíduos, ou seja, formar um consenso sobre o processo de impeachment presidencial e sua aceitação por parte da sociedade como sendo a solução para os problemas do país.

A Revista Veja

Para abarcar a mídia é preciso ter dimensão de que ela é o meio pelo qual se divulga notícia, constrói opinião, e gera registro do tempo presente em série. Entretanto, esse processo está diretamente ligado às bases materiais que rodeiam esse modo de fazer notícia, ou seja, fazer notícia está desvinculada as demandas capitalistas (nota de rodapé, explicando o uso da imparcialidade como meio de defesa dos interesses empresarias). Com isso, se insere em um contexto que limita o potencial das notícias e as formas de abordagens sobre os temas. Isso quer dizer que na organização do mundo capitalista, a mídia é mais um meio de produção e seu produto são as informações e o direcionamento de um consenso. Nesse sentido segundo o dicionário de conceitos históricos:

Mas é preciso considerar que o ponto de vista jornalístico, apesar de se apresentar como imparcial, é sempre eivado de interesses políticos e ideológicos, e deve ser tomado como fonte e, como tal, analisado com cuidado. Precisamos ainda ficar alertas, pois os discursos, incorporados pelo senso comum, tendem a associar o liberalismo/neoliberalismo à democracia, à prosperidade econômica e à igualdade, o que configura uma postura a-histórica e muitas vezes inverossímil, porque liberalismo, democracia e igualdade social não são sinônimos nem sempre andam juntos. Na verdade, o neoliberalismo chega mesmo a pregar a desigualdade social. (SILVA, SILVA, 2009, p.261).

Desta forma as notícias não possuem tendência favorável para uma ruptura com o capitalismo e sim acabam favorecendo a manutenção de suas necessidades.

Para cristalizar esse raciocínio, basta observar o histórico da *Revista Veja* e de sua editora *Abril*, a editora e a revista surgem em um contexto de avanço do capitalismo a *Abril* em 1950 e a *Revista Veja* 1968, em um momento de consolidação dos principais veículos de comunicação, e deve-se ter isso como ponto de partida reflexivo. Silva Carla (2002, p. 21),

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

Ambas surgem no contexto internacional da Guerra-Fria, ou seja, momento em que existiu o intenso boicote ao comunismo e o desenvolvimento do sentimento anticomunista. A revista *Veja* emerge quatro anos após o Golpe civil empresário-militar. Assim, tendo esse contexto como breve exemplo da função da imprensa, que será trabalhar pelo triunfo, manutenção do capitalismo e o fracasso do comunismo, seja nos seus polos, seja em suas áreas de influência.

Essa lógica não se alterou muito, até então, mesmo sem existir um concorrente com força para disputar a influência do mundo. O que se faz após esse período é o afastamento continuado de ideologias de oposição, através da manutenção constante do capitalismo, ou seja, através da imprensa se traduz a visão do empresariado e sua ideologia o neoliberalismo.

Assim como se acentuou o anticomunismo no período da Guerra-Fria, evidentemente em um contexto muito mais amplo, o sentimento de antipetismo em um contexto nacional é gerado pelo mesmo tipo de sujeito, a imprensa, neste caso a *Revista Veja*, qual se utilizou do seu espaço de divulgação para fomentar o processo de descrédito do PT. Este sentimento é essencial para a formação de uma visão quanto ao impeachment.

Criada em 1968, a revista surge em um momento obscuro da História do Brasil: a ditadura empresário-militar. Esse momento é marcado pela expansão do capital, e o modelo de imprensa que a *Veja* irá seguir, que segue os moldes dos padrões internacionais de jornalismo, apresenta como base inviolável a manutenção do liberalismo. A expansão do capital durante esse período vai implicar diretamente na dependência econômica da imprensa, de recursos para sua expansão e manutenção. Entretanto, anteriormente já havia um tipo de dependência, ainda que em menor grau e escala, quando os jornais possuíam de maneira bem explícita seu posicionamento de acordo com sua vinculação política na sociedade. Nesse sentido, segundo Sodré (1999 apud SILVA, 2005, p.38) Cada partido tinha seu jornal, que se caracterizava por ser geral, propor uma interpretação política, econômica, cultural, a partir dos referenciais de cada um.

Com a aplicação da nova lógica desenvolve-se uma imprensa que se dirá apartidária, ou seja, neutra que se vinculava a projetos e não a partidos como afirma Carla Silva. Dessa forma, deixa de ser a expressão evidente de posição

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

de um sindicato, partido e outros possíveis grupos, que se dava através de um jornalismo de opinião, passando a ser um jornalismo também opinativo, porém de forma velada. Isso ocorre pois os vínculos agora serão ocultados através das críticas, o que coloca a imprensa como algo externo a parte do processo econômico e político.

Com essa base a *Veja* vai manter um modelo de fazer jornalismo que foi influenciado diretamente pelo investimento estrangeiro, no caso os EUA, havendo um forte incentivo do modelo de imprensa empresa e de formação de jornalistas, processo recorrente já no período anterior a criação da revista. Época relativa à criação de sua editora em 1950, a *Abril*, que fundara, mais tarde, a *Veja* nas bases do modelo de jornalismo empresarial.

Dessa maneira construiu um processo constante, de promoção de projetos vinculados ao neoliberalismo econômico que se mantém até a atualidade, pois não houve mudança significativa no modelo de imprensa. Essa questão fica evidente em seus posicionamentos em relação a projetos que são opostos ao liberalismo, ao retratá-los em suas páginas através de colunas e entrevistas. No caso específico da revista *Veja*, pelas Cartas ao Leitor e as Páginas Amarelas, espaços direcionados a emitir e difundir a visão de um projeto liberal ou ao boicote de qualquer outro projeto distinto apresentado.

Para observar isso, basta fazer um espelhamento do recorte que é promovido em diferentes jornais e revistas. É possível reparar que existe uma tendência de publicações que favorecem os grupos que possuem os meios de produção. Um exemplo clássico que não será aprofundado aqui, é a reforma da previdência. Através de um simples espelhamento como outros jornais é possível abordar diferentes apresentações do caso, alguns com um recorte que busca uma reforma injusta baseada em omissões de informação e outros que possuem um recorte completo apresentando um modelo de reforma totalmente diferente, entretanto que tocaria em privilégios da elite e suas instituições de estimação como os militares.

No Brasil, o projeto hegemônico sobre reforma previdenciária foi o injusto, na qual a imprensa defendeu mais uma vez o projeto neoliberal, através do seu lugar privilegiado de informar as pessoas. Isso é apenas um exemplo para estabelecer o raciocínio que virar mais adiante quanto a visão da revista *Veja*, em relação ao impeachment da Ex-Presidente Dilma Rousseff.

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

Quanto ao impeachment (entendido aqui como Golpe de Estado), não será diferente, visto que o governo petista não tinha um projeto liberal o “suficiente”, que é possível observa durante todo o período de gestão nenhuma ruptura significativa com a base econômica nacional, mas buscou compensar com ações de redução de danos as políticas sociais. Dessa forma, em um casamento conciliatório de grupos com diferentes interesses que irá durar até o Golpe de 2016, quando a elite nacional irá impor as suas pautas, mas do que meramente prioritárias, mas sim como únicas e necessárias, devido ao início da crise econômica.

Impeachment como um empreendimento

O golpe de 2016 não era apenas uma simples troca de gestão, e sim a possibilidade de aplicação de um modelo com foco total nos interesses do empresariado. Já o que vinha sendo desenvolvido buscava aproximar a conciliação das pautas do empresariado e do trabalhador. O Golpe representa a oportunidade de aplicar um projeto que foi recusado nas urnas nas eleições acirradas de 2014 entre Tucanos e Petistas, era a tão sonhada “ponte para futuro”.

Naquele momento O projeto eleito nas urnas mais uma vez era o de conciliação de classe, o que implica em agradar “gregos e troianos”, ou seja, política econômica para agradar a elite financeira e uma série de políticas públicas para o povo. Tudo isso exigido de um mesmo provedor o Estado, que em tempos de crescente econômica era viável agradar a ambos. Porém, com a crise das *commodities* o país entrou em declínio econômico, o que foi suficiente para inaugurar uma série de apontamentos para as possíveis causas da crise todas elas muito distantes do real problema que é o modelo econômico aplicado no Brasil.

Os apontamentos feitos na época do golpe para as possíveis agravantes da crise e causas dela passavam por uma série de reformas neoliberais que implicavam na redução do Estado e uma forte crítica à dívida pública. Questões como a reforma trabalhista, reforma da previdência, e estabelecer um teto de gastos, passaram a aparecerem nos veículos de informação quase como um mantra infalível para sair da crise.

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

De acordo com Noam Chomsky:

A maneira que fazem isso, naturalmente, é servindo as pessoas que tem poder de verdade. As pessoas que têm o poder o de *verdade* são donas da sociedade, e elas fazem parte de um grupo bem reduzido. Se os membros da classe especializada chegam e dizem: “Podemos servir aos seus interesses”, então eles poderão fazer parte do grupo executivo. Mas é preciso agir com descrição. Ou seja, é preciso que eles tenham inoculado dentro de si as crenças e as doutrinas que servirão aos interesses do poder privado (CHOMSKY,2014, p.9).

Esse conjunto de reformas só é possível de ser aceito socialmente com intensa propaganda de suas ideias, que se dá através da omissão dos verdadeiros problemas nacionais como a desigualdade social, tendo a imprensa como grande cúmplice para cumprir com esse papel. Ao cumprir seu dever de “informar”, parte da imprensa, incluindo a Revista Veja, o faz de forma de incompleta, pois, estão vinculados aos grandes meios de produção de notícia. Assim não analisando de forma contundente os problemas, apontando a culpa para a corrupção, colocando a gestão petista como irresponsável por gastar demais em políticas sociais, que demonstra de maneira evidente os interesses contrários aos trabalhadores. (buscar fragmento da revista) Desgastando os principais representantes do PT em um único movimento, junto com o seu governo que estava em andamento usando o conjunto de problemas aqui citados.

Nesse sentido, a revista Veja representou a gestão que comandou o país por mais de doze anos como a destruidora, responsável por aprofundar os problemas e afundar o Brasil em crise. Apontando os problemas, sem debater de forma contundente e associando todos ao PT, cumprindo com os interesses dos verdadeiros donos do poder, não somente ela mas outros grupos de comunicação como nas telecomunicações o grupo Globo.

Porém, em um país marcado por desigualdades históricas, como o legado da escravidão que durou três séculos e reflete na desigualdade contemporânea da população brasileira, não pode deixar de haver investimento no povo para sanar de forma constante as desigualdades aqui existentes. Infelizmente, isso foi ignorado nas propostas das reformas e do teto de gastos, todos eles estabeleceram um padrão único que implicou no acirramento das desigualdades, ou seja, a reforma trabalhista que retira direitos, da previdência que dificulta a aposentadoria e, teto de gastos que reduz o investimento em áreas essenciais

como saúde, educação e segurança por 20 anos iniciando um longo processo de sucateamento dos serviços públicos que ficou conhecida como PEC da morte (EC95 e PEC241/2016 quando estava em tramitação no Senado). Após essa exposição, iremos refletir a revista Veja no processo.

A visão da Revista Veja sobre o processo

Na linha de raciocínio vinculada a longa tradição de falta de compromisso com a democracia, o impeachment seria a solução para o país, a revista lança o que chama de edição histórica no dia Sete de Setembro de 2016, tentando uma dramatização para o momento nacional ao retratar o fim de um governo como uma espécie de independência. Já no título da Carta ao Leitor “Há um país para construir” mostra bem como a revista apresentava o impeachment. Coloca como se o Brasil tivesse passado pela pior gestão de todos os tempos e a culpabiliza pela crise.

Pode-se dizer que uma nova entrada no século XXI é agora detectada e inicia-se com a percepção de que vivemos uma crise caracterizada por incertezas nevrálgicas no nível mundial, onde o atual colapso econômico e o abalo dos mercados financeiros recentes aliados ao crescimento demográfico, às modificações dos conceitos de soberania, à intensificação da necessidade de proteção dos direitos humanos, ao surgimento de uma criminalidade organizada com ações transnacionais, e aos efeitos ambientais resultantes do modelo de desenvolvimento, podem ser sentidos no plano global, com reflexos jurídicos e sociais evidentes, sendo necessárias novas referências sociológicas, normativas e políticas(SAMPAIO CUNHA,2009, p.344)

Já no primeiro parágrafo da carta ao leitor colocando o governo Dilma Rousseff como incompetente, já lança um conjunto de desafios necessários para a nação sair do buraco “Ajuste fiscal e as reformas trabalhistas e previdenciárias já a ocupam a primeira linha da agenda nacional” assim escrito no final do primeiro parágrafo. (ir a carta ao leitor ver os

A continuidade da carta ao leitor mostra o processo como democrático e apaziguador, retratando parte do discurso de posse Temer, o qual reforça mais uma vez a ideia de que estávamos em um abismo e que agora temos esperança, forjando uma ideia de união pelos interesses nacionais. Em seguida ainda na

linha de apaziguar a nação que é colocado como maior desejo que só pode ser alcançado na continuidade incessante do combate a corrupção.

Fica evidente na carta ao leitor dessa edição que o impeachment era a síntese da solução dos problemas do Brasil. Seria uma espécie de aplicação do mecanismo de remoção presidencial para atender a vontade do cidadão, cansado de sofrer com a corrupção e com os governos petistas declarados como incompetentes que estavam destruindo o país e não aplicavam as reformas realmente necessárias para a nação. O marco estava posto e para conquistar o que é melhor para a nação tem que se dar continuidade a essa tônica, pois, como foi afirmado no final da carta ao leitor, havia, naquele momento, “um país para construir”. Mais adiante a revista vai colocar em pauta a visão quanto as leis trabalhistas a partir da opinião do economista Maílson da Nóbrega. Em sua coluna Nóbrega apontou as leis trabalhistas brasileiras como obsoletas e um grande um peso para processos trabalhistas ressaltando o gasto que isso gera para o país. No entanto, em nenhum momento na coluna foram abordadas as leis em si. Elas só são categorizadas como custosas e velhas, além de traçar paralelos com países com realidades completamente diferentes do Brasil, para justificar uma flexibilização nas leis apostando no entendimento entre trabalhadores e empresários. Encerrando sua coluna afirmando que o maior custo é para os trabalhadores.

O ponto focal, dessa edição foi sintetizar uma ideia de que o impeachment é uma causa derivada da luta contra a corrupção e que isso é exatamente a tônica de uma democracia consolidada, quando as suas instituições funcionam de maneira de plena e soberana e, que estão a serviço da vontade soberana do Brasil. Essa matriz é construída constantemente ao abordar o tema do impeachment e cristalizada na área dessa edição com o nome de “especial impeachment”. Da um tom legalista, é de suma importância para aceitação do público leitor.

A parte dedicada ao “*especial impeachment*” recebe destaque logo no início da revista, no seu índice, trazendo uma divisão em quatro partes “*Dilma e o fim de um ciclo de poder; O destino da esquerda a partir de agora; as prioridades de Michel Temer para reerguer a economia; Como a saída de Dilma da Presidência será vista no futuro.*”

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

Ao longo desse especial é apresentada a gestão do PT do auge ao declínio como se essa fosse um “gigante de pés de barro” que possuía um projeto ambicioso de poder, que teria dado errado devido a corrupção, indo da alta popularidade de Lula em 2010, protestos nas ruas pedindo pelo fim do governo e até o indiciamento do ex-presidente por corrupção, lavagem de dinheiro e falsidade ideológica.

Quanto aos protestos contra ao impeachment eles são associados ao vandalismo, os qualificando como inválidos, e a grande esperança de retorno ao poder do partido se dá através do nome de Lula que já estaria em situação complicada conforme apresentado pela revista. Para uma possível retomada da roda econômica a revista manteve a visão de que a gestão do governo Dilma teria sido responsável pela crise econômica que o país enfrentava. Apontava que a melhora da economia dependeria de um enfrentamento do déficit da previdência e um investimento da infraestrutura. Além disso já é apresentada a possibilidade de redução de gastos públicos junto com uma série de possíveis privatizações. Aqui já revelando as ideias forças que cercariam as reformas iniciadas no governo Temer.

Com Temer no poder é dada a largada ao projeto neoliberal. Durante toda edição da *carta ao leitor ao especial impeachment*, a revista aponta um caminho e o consolida ao falar das necessidades do Brasil para ter sua economia reerguida através das políticas que serão aplicadas durante o governo Temer. O aprofundamento das políticas econômicas de “austeridade” requer a radical supressão de direitos sociais e trabalhistas. Nesse caso, um dos focos é acabar com a cidadania social conquistada pela Constituição de 1988, marco do processo civilizatório brasileiro. Abre-se uma nova oportunidade para que esses setores concluam o serviço que vêm tentando fazer desde a Assembleia Nacional Constituinte como aponta Eduardo Fagnani². Assim, a revista torna-se um espaço que promove as políticas de aprofundamento da austeridade através de suas páginas, dando respaldo ao novo governo para aplicá-las.

² FAGNANI, Eduardo. Impeachment do processo civilizatório: -. Le Monde Diplomatique Brasil. [Si],04 abr. 2016. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/impeachment-do-processo-civilizatorio/>. Acesso em: 10 maio 2021.

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

Ao apresentar a questão econômica e promover as ideias do projeto do novo governo, também é preciso fazer um desfecho quanto o cerne central do que a revista trata nessa edição que é o impeachment. Utilizando-se de uma visão simplista da história, relativiza a questão do impeachment pode ser chamado de golpe, fazendo curtas comparações sem aprofundar as análises quanto aos episódios históricos que apresenta. Como quando estabelece que as nomenclaturas mudam com o tempo como de 1964 e, em outros a história resolver enobrecer os fatos como em 1889 e em 1930. Deixando de certa forma um ar de não posicionamento quanto ao ocorrido.

Considerações Finais

A partir do que foi apresentado, é possível fazer algumas observações. A revista *Veja*, como ficou evidente nesta edição, está alicerçada em um projeto neoliberal, sendo que a promoção desse projeto em seu espaço de informar os leitores ficou bastante evidente em suas páginas. Da forma como foram trabalhados os problemas, é perceptível o tipo de Brasil que a revista aborda, um país em que as origens de seus problemas podem não estar apenas na corrupção e leis obsoletas.

A revista *Veja*, ao menos nessa edição, não cita os problemas como a desigualdade social, baixa escolaridade e desindustrialização. Como o conjunto de problemas que podem implicar na crise. Pois, a crise acentua os problemas que um país já enfrenta, e os do Brasil são históricos. A solução apontada vai na contramão de uma possível solução desses problemas e de suas reduções graduais, e acabam por promover a intensificação da crise.

A partir do momento em que se coloca uma gestão, que inaugura mais um período de ausência do Estado com o povo brasileiro em questões essenciais para a vida, anunciando uma série de cortes e retiradas de direitos, está se escolhendo um projeto que não busca resolver os problemas do país, mas sim de um grupo que lucra com a exploração do Brasil, implementando e garantindo sua base de operação das políticas econômicas e sociais neoliberais, através de sucessivas reformas como aplicação de emendas constitucionais e propostas de privatizações de setores estratégicos como energia e exploração de petróleo.

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

O PT durante seu período definiu sua conciliação de uma maneira política e econômica nacional para agradar os empresários mantendo o tripé macroeconômico de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Simultaneamente a isso, buscou fazer uma série de políticas de redução da concentração de renda, com o objetivo de reduzir a desigualdade progressivamente. E a aplicação de políticas afirmativas como demarcação de terras de povos indígenas, a política pública do sistema de cotas ampliando o acesso as universidades públicas.

As políticas públicas de redução da desigualdade nunca foram a causa da crise, mas, sim, a política econômica obsoleta, que em nenhum momento na edição histórica da revista Veja foi criticada. Não se debateu o país em nenhum momento de fato, promoveu-se um projeto totalmente fora da realidade da nação, se criticou a gestão petista e a corrupção e colocou parte da conta da crise no bolso do trabalhador, sob a alegação de que esse possuiria muitos direitos, caros para o Estado e empresários, que supostamente acabariam por contribuir para o desemprego, e por isso devem ser retirados.

Assim, fica evidente que nesta edição, o exemplo de que a revista atua como um partido neoliberal, ou seja, através de suas páginas sugere, apresenta e desenvolve um projeto que está vinculado na ideia de redução do Estado. Nesse sentido, já apresentando ideias centrais do que viriam a ser as principais reformas debatidas durante o governo de Temer.

Fontes

ESPECIAL IMPEACHMENT. [S. L.]: Abril, n. 2494, 7 set. 2016. Semanal. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/edicoes-veja/2494/>. Acesso em: 05 jun. 2022.

Referências

CUNHA, Danilo Fontenele Sampaio. CRISE ECONÔMICA: e possíveis perspectivas jurídico-sociais. **Revista Direito Gv**, São Paulo, n. 10, p. 343-358, 2009. Semestral. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/XhT433VHHCVjR4wLZsNCv5v/?lang=pt>. Acesso em: 05 jun. 2022

CHOMSKY, Noam. Mídia: propaganda política e manipulação. 4. ed. São Paulo: Wmfmartinsfontes, 2015. 107 p. 12 v.

DA CNN (São Paulo). **'PEC da morte' levou ao que vemos no sistema de saúde agora, diz Conselho:** presidente do conselho, fernando pigatto, relembra a "emenda da morte", de 2016, que congelou gastos com a saúde

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

pública. Presidente do conselho, Fernando Pigatto, relembra a "emenda da morte", de 2016, que congelou gastos com a saúde pública. 2020. CNN Brasil. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/pec-da-morte-levou-ao-que-vemos-no-sistema-de-saude-agora-diz-conselho/>. Acesso em: 05 jun. 2022.

FAGNANI, Eduardo. Impeachment do processo civilizatório: -. **Le Monde Diplomatique Brasil**. [Si], 04 abr. 2016. Disponível em : <https://diplomatique.org.br/impeachment-do-processo-civilizadorio/>. Acesso em: 10 maio 2021.

NOGUEIRA PINTO, Jaime (1985), "Golpe de Estado". Polis - Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado 3. Verbo. 66-68.

SILVA, Carla Luciana Souza da. Veja: O indispensável partido neoliberal: (1989-2002). 2005. 2 v. Tese (Doutorado) - Curso de História, Pós-graduação, Universidade Federal Fluminense/Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Niterói, 2005. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/508.pdf>. Acesso em: 14 maio 2021.

VEJA. [Si]: Abril, v. 49, n. 36, 07 set. 2016. Semanal. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/acervo/#/edition/39216?page=1&ion=1>>. Acesso em: 14 maio 2021.

Ensino de História e Educomunicação

João Octavio França Teixeira³

Resumo: Este trabalho tem como princípio realizar um relato de experiência, realizado durante o estágio docente obrigatório da pós-graduação do PPGH – UFPeL. O qual foi realizado em duas aulas, abordando a relação entre a história e imprensa, junto a isso como a perspectiva de educomunicação pode servir como base para a reflexão dessa simbiose inerente entre história e imprensa, auxiliando no processo de ensino e aprendizagem com o objetivo de favorecer a leitura crítica dos meios de comunicação.

Palavras chave: Educomunicação, ensino de História, História e imprensa.

³ Graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande FURG; Mestrando em História pela Universidade Federal de Pelotas; Discente da Especialização em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande FURG. Contato: joao.octaviofranca@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A princípio, vamos recorrer a revolução da prensa de Gutenberg, a qual realiza uma das mudanças mais expressivas para a produção de impressos, que teve como marco inicial a produção de bíblias. Mas com o tempo, a prensa iria ser utilizada para a fabricação de outros escritos, visto que, durante o período que Gutenberg lança a prensa em 1437, já se estava na baixa idade média, momento marcado pela reforma protestante e contrarreforma da Igreja católica e simultaneamente a isso a o renascimento cultural, ou seja, um período de questionamento da autoridade da Igreja da ordem de poder vigente.

Ninguém duvida de que haja uma ordem do tempo, mais precisamente, ordens que variaram de acordo com os lugares e as épocas. Ordens tão imperiosas, em todo caso, que nos submetemos a elas sem nem mesmo perceber: sem querer ou até não querendo, sem saber ou sabendo, tanto elas são naturais. Ordens com as quais entramos em choque, caso nos esforcemos para contradizê-las (HARTOG,2013, p.17).

Assim, Gutenberg lança durante o século XV seu invento, que mais tarde irá servir não apenas para fabricar bíblias, mas outros tipos textuais. Motivados pelas mudanças que estavam ocorrendo no mundo moderno, ou seja, sujeito as alterações da ordem do tempo.

Surgia, dessa maneira, ainda nos séculos XVI e XVII, uma série de folhas volantes impressos, como libelos, os pasquins, os almanaques, além das ocasionnels francesas, dos zeitungen alemães e das gazetas italianas, atividades que tiveram longa sobrevivência (Alvez, 1998, p.7).

Note, que a questão do escrito ou melhor da prensa, para conseguir alavancar vincula-se a ordem de poder estabelecida em seu período que é a Igreja. Que com seu declínio, irá deixar espaço para outros tipos de conteúdo tomarem conta das paginiais. Nesse sentido, esse modo de fazer escritos impressos, vai seguir essa lógica de estar vinculado a ordem estabelecida de poder.

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

Assim conforme afirma Francisco Rüdiger, com a formação do mundo moderno nasce a o jornalismo. Segundo Rüdiger a atuação do jornalismo quanto prática social teve seu início no século XVII. Para ele, existiram duas correntes que tentaram explicar a aparição da imprensa, sendo ela a marxista e weberiana. A marxista relaciona o desenvolvimento do capitalismo comercial e da burguesia com o surgimento da imprensa. E a weberiana diz que o surgimento da imprensa tem relação com a formação dos Estados Modernos.

Ambas, mesmo possuindo diferentes pontos, de acordo com Rüdiger, aparecem no seguinte escrito de Jürgen Habermas Mudança estrutural da esfera pública, de 1962.

Para o autor [Habermas], a revolução comercial fomentou simultaneamente o trânsito de mercadorias e informações, na medida que progressivamente a própria informação virou mercadoria. Porém, a publicação sistemática e aberta de informações só se desenvolveu com o surgimento dos periódicos patrocinados direta ou indiretamente pelo Estado. A ascensão da sociedade burguesa na esteira da expansão do capitalismo comercial, colocou novos problemas de governo para as autoridades, que rápido descobriram na imprensa um meio de controlar opinião e exercer o poder. (Rüdiger, 1998, p.14).

Dessa forma, podemos elencar que primeiro surge o método de fazer mais rápido os escritos através da prensa de Gutenberg. Segundo, para mais tarde com o declínio e o surgimento de uma nova de ordem de autoridade se desenvolver simultaneamente à imprensa. E terceiro, a intensificação da dinâmica do poder através da página. Com o tempo, essas características vão se aprofundar, se desenvolver, ou seja, vão se tornar cada vez mais refinadas em seus usos.

Essa ferramenta de suposto controle de opinião, chega ao Brasil mais tarde, devido ao fato de termos sido colônia, a introdução da imprensa da imprensa no país se inicia em 1808, simultâneo a vinda da família Real Portuguesa para o Brasil.

Os governantes portugueses, acantonados no Brasil durante o período de ocupação da Península Ibérica pelas tropas de Napoleão Bonaparte, providenciaram a instalação de prelos e tipografias, ensejando a circulação do primeiro jornal em língua portuguesa na América – a Gazeta do Rio de Janeiro, editada pelo Frei Tibúrcio José

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

da Rocha. Precedendo esse oficialista, que sofre as penas da censura estatal, Hipólito da Costa lançara em Londres e enviara clandestinamente para o Brasil o jornal *Correio Braziliense*, considerado o mais antigo periódico brasileiro, pela sua natureza independente e pelo seu caráter noticioso (MELO, 2003b, p. 31).

Não é objetivo neste escrito aprofundar-se sobre as origens da imprensa no Brasil, mas apenas realizar um breve apanhado, com objetivo de contextualizar o nosso debate. Mas, cabe ressaltar que, as mudanças promovidas pela família real, ao se estabelecerem no Brasil, irão culminar na independência do país. Os pasquins terão destaque nesse período, entretanto são uma produção originária, ou seja, genuinamente brasileira sem ligação com a ordem de poder estabelecida. O conteúdo desses escritos será destacado, pelo tom de protesto e a defesa da liberdade de imprensa.

Os pasquins que caracterizaram a imprensa brasileira no século [XIX] são a melhor expressão desse jornalismo. A falta de ligação orgânica das forças políticas com os jornais favorecia a falta de responsabilidade com os conceitos externados e uma série de excessos de linguagem, até porque quem respondia pelos crimes de imprensa não são os verdadeiros redatores da matéria, mas os diretores da publicação. Para estes, por sua vez, não havia escolha, seu destino estava ligado diretamente ao curso do processo político, traduzido nas páginas de seus pasquins como verrina e polêmica pessoal (RÜDIGER, op. cit., p. 23).

Nesse sentido, é possível perceber de forma inicial a questão “o político” e a “política”, a partir do momento que existe a necessidade de uma ordem de poder se estabelecer ou sua manutenção, tem se concomitantemente a isso, um conjunto de antagonismo que é “o político”, e os conjuntos de práticas e instituições que é a “política”.

Mais precisamente é assim que diferencio “o político” da “política”: entendo por “o político” a dimensão de antagonismos que considero constitutiva das sociedades humanas, enquanto entendo por “política” o conjunto de práticas e instituições por meio dos quais uma ordem é criada, organizando a coexistência humana no contexto conflituoso produzido pelo político (MOUFFE, 2015, p.8).

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

Assim, a imprensa estará vinculada nesse conjunto de práticas, fazendo parte desse feedback que existe entre “o político” e a “política”. Essa relação, é parte importante no que irá configurar os diferentes tipos de impressos e a que grupos estão vinculados. Os jornais, possuíam de maneira bem visível suas opiniões de acordo com seu alinhamento político no meio social. Segundo Sodré (1999 apud SILVA,2005, p.38) Cada partido tinha seu jornal, que se caracterizava por ser geral, propor uma interpretação política, econômica, cultural, a partir dos referenciais de cada um.

Partindo para o final do século XX, já possuiremos uma larga carga de experiência da imprensa no Brasil, que terá o desenvolvido ao longo desse tempo, inúmeros veículos para a informação, e diferentes editoras. Entretanto, a base relacional imprensa e sociedade é algo que se mantém, mesmo havendo o refinamento dessa dinâmica através da ideia de imparcialidade.

Nesse sentido, após essa breve introdução histórica podemos entender a informação como um dos bens mais valiosos não apenas da contemporaneidade, com isso, quem possui e possuía melhor capacidade de sua manipulação e articulação acaba por se beneficiar e ser decisivo ao pautar os interesses de seu grupo. A posse do saber sempre teve diferentes graus de restrição ao longo das diferentes fases do desenvolvimento das civilizações. Contudo, no século XXI os avanços tecnológicos tem tido um papel importante em ampliar a democratização da informação, porém simultaneamente a isso se amplia e intensifica os aspectos negativos do uso para fins escusos, ou seja, atender a interesses de grupos através de diferentes formas.

No Brasil podemos destacar os exemplos das eleições de 2018 e do período pandêmico, como momento de grande produção de desinformação e Fake News. Contudo a manipulação da informação não se dá apenas pelos meios “extra oficiais” da informação, também ocorre nos reconhecidos meios de comunicação oficiais, tanto privados quanto públicos, ou seja, como destacado tal dinâmica está alicerçada ao interesse de diferentes grupos. Das consequências de tal disputa, se tem uma escala de diferentes tipos, desde tentar reduzir a legitimidade das eleições, não se vacinar e até invadir a sede dos três poderes. Contudo, das principais consequências podemos destacar o

golpe de 2016 e em seguida a prisão do presidente Lula. A comunicação exerceu importante papel para tais consequências, de acordo com Bourdieu:

Contra todas as formas do erro [interacionista] o qual consiste em reduzir as relações de força a relações de comunicação, não basta notar que as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nessas relações e que, como o dom ou o *potlatch*, podem permitir acumular poder simbólico. É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os [sistemas simbólicos] cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim. Segundo a expressão de Weber, para a [domesticação dos dominados] (BOURDIEU, 1989, p.11).

Assim, evidenciar a força que manipular as informações e suas consequências para o cotidiano é de grande responsabilidade sendo necessário ter como base boas concepções teóricas e metodológicas.

As noções da historiografia convergem com a Educomunicação que se entende segundo Soares (2011, p.47) como a articulação de iniciativas com o objetivo de facilitar o diálogo social através do uso consciente das tecnologias da informação. Mas também a filosofia do ensino de História, que traz como grande princípio para o processo pedagógico articular a teoria e a prática ao cotidiano dos educandos, ou seja, traçar conexões com elementos da realidade na tentativa de formação de consciência histórica.

Contudo como realizar tal articulação, ou seja, a parti da abordagem de quais temas, para realizar tais desdobramentos, o trabalho com a imprensa sempre é um caminho viável, para o processo pedagógico do ensino de história, e é um facilitador a mais para introdução da Educomunicação.

A imprensa oferece amplas possibilidades para isso. A vida cotidiana nela registrada em seus múltiplos aspectos, permite compreender como viveram nossos antepassados – não só os “ilustres”, mas também os sujeitos anônimos. O Jornal, como afirma Wilhelm Bauer, é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de ideias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre a sociedade, seus usos e

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

costumes, informes sobre questões econômicas e políticas (CAPELATO, 1988, p. 21).

Segundo Santos (2018, p.99) No que se entende como campo da História em específico a pesquisa, o uso da imprensa tem ganhado força a partir das proposições da Nova História. Isso é um ponto inicial e importante, para compreender o uso da imprensa como fonte e retirar noções úteis para seu uso em sala de aula. Pois, como podemos observar para além de simples objetos e fontes de pesquisas, são expoentes de amplas formas de informação.

Com isso, trazer à tona a teoria de Educomunicação desenvolvida por Ismar de Oliveira Soares, na contemporaneidade tem como desafio expandir e adequar sua teoria as novas dinâmicas da comunicação dos meios de informação, que através da digitalização ganham cada vez mais novas formas de interação com a sociedade, potencializando democratização do acesso à informação, mas também problemas como as Fake-News.

A relação entre imprensa e história é uma das janelas de oportunidade, para desenvolver as noções em torno da temática de educomunicação e os debates pertinentes quanto ao olhar crítico sobre os meios de informação, reconhecendo que a imparcialidade é um verniz discursivo e que os veículos informativos acabam por assumir posicionamento e emitir opinião, variando de acordo com interesses políticos e econômicos.

DESENVOLVIMENTO

As aulas foram organizadas a partir da proposta de refletir sobre educomunicação e ensino de história. Foi dividido em dois momentos que foi realizada em duas aulas, a primeira com uma atividade assíncrona a qual os estudantes depois da leitura de um texto principal *“Fato e Fake: Desconstruindo Fake News Através do Ensino de História”* e um complementar *“Ensino de História e a Imprensa: diálogos possíveis para o uso de jornais impressos na reflexão sócio-histórica e cultural na sala de aula”*, foi proposto que expusessem suas reflexões em um fórum na plataforma do E-aula da UFPeL. A partir das

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

exposições dos estudantes a partir do texto principal que todos perceberam a coesão entre educomunicação e ensino de história presente no debate proposto nos textos selecionados. A segunda aula consistiu em uma aula expositiva dialogada com a turma quanto aos textos, construindo um debate em torno das dinâmicas da comunicação e uma reflexão junto a turma sobre as Fake-News, entendidas como uma ação mais antiga que ganhou maior potencial.

Os principais conceitos abordados nas aulas foram Educomunicação e Fake News, ou seja, o objetivo foi construir uma base sólida quanto a esses dois aspectos, onde um tem um grande potencial de conscientização em relação a reduzir a capacidade de devastação do outro.

A Educomunicação segundo Pacheco; Paiva (2022, p.9) é um campo ainda recente de estudo que tem seu início próximo a 1970 na América Latina, mas só nos anos 2000 se popularizou o conceito e se identificou profissionais do tipo. Ou seja, ainda está em expansão, demonstrando a necessidade de interação com as novas características dos meios de comunicação como algo genuinamente possível.

As Fake News através da leitura das bibliografias recomendadas para as atividades, foi possível compreender como algo que possui diferentes características apresentada pelo texto *“Fato e Fake: Desconstruindo Fake News Através do Ensino de História”* que traz a definição do jornalista Claire Wardle (2018) que apresenta sete diferentes camadas das Fake News (Sátira ou parodia; Falsa conexão; Conteúdo enganoso; Falso contexto; Conteúdo impostor; Conteúdo manipulado; Conteúdo fabricado), tal classificação da menos a mais perigosa.

Contudo, essa prática não é uma novidade, ou seja, o termo se tornou popular mais recentemente, porém a prática é algo que já ocorria. Assim, ficou evidenciado que a educomunicação possui um grande potencial de articular a consciência histórica com as novas dinâmicas da comunicação, sendo necessário expandir as noções de imprensa para seus diferentes suportes que ganham cada vez maior capilaridade nos meios digitais.

CONCLUSÕES

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

Outros debates que cercam a temática que destacamos (Educomunicação e Fake News) são o letramento digital e a inclusão digital, quando se dá ênfase as novas dinâmicas da comunicação pelos meios digitais, tais aspectos são pertinentes e auxiliam na qualificação do debate. Ou seja, as diferentes possibilidades de acesso proporcionam diferentes experiências. Marta Areche (2019)⁴ em “*A geografia digital no Brasil: um panorama das desigualdades regionais*”, auxilia no estabelecimento desse debate das diferenças de acesso e das desigualdades. Com isso, fica pertinente refletir que existe um campo de imensa vulnerabilidade a se explorado pela a desinformação.

Contudo não podemos nos permitir imaginar que o crescimento da desinformação ocorre apenas por ingenuidade ou mal preparo, mas sim pelo jogo de interesses políticos, econômicos, culturais, que possuem diferentes perspectivas a partir dos grupos que pertencem. Tal disputa já foi determinante pela restrição ao acesso à informação em outros momentos. O fato dessa dinâmica da restrição ter perdido força, parece está sendo substituída por outra que se aproveita da brecha gerada pelo excesso de fluxo de conteúdo permitido pela era digital, lançando conteúdo manipulado reproduz de maneira explícita conteúdo manipulado.

Assim, tal pratica não é restrita ao meio virtual que destacamos, mas é algo que se observado na imprensa tanto na telecomunicação e em revistas de notícias, que devido a suas posições e interesses, em determinados momentos acabam gerando o superdimensionamento das notícias, baseada em informações que mais tarde podem acabar por se tornarem falsas. Nesse sentido, entendemos que o meio virtual potencializou os antigos problemas em novos meios.

Em síntese, podemos observar que a Educomunicação, mesmo sendo considerada recente, possui um enorme desafio de conseguir acompanhar as

⁴ Texto presente em uma coletânea organizada pelo núcleo de informação e coordenação do ponto BR, que possui como título Desigualdades digitais no espaço urbano.

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

novas dinâmicas que se estabelecem na comunicação através nas novas tecnologias.

Essa perspectiva educacional, pode ser usada como uma forma de articular as filosofias da educação com ensino de história e uso da imprensa em seus diferentes suportes em sala de aula, pois possui uma grande proximidade de princípios em suas ideias. Assim, é preciso levar em consideração aspectos que permeiam a realidade do educador, ou seja, qualificar os espaços e o educador com recursos para desenvolver melhor as atividades pedagógicas de ensino. Para se utilizar de maneira adequada das articulações que são possíveis de serem feitas com a Educomunicação.

REFERÊNCIAS

ALVES, Francisco das Neves. O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina. Porto Alegre, 1998. Tese [Doutorado em História] – PUCRS.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989

CUNHA, Danilo Fontenele Sampaio. CRISE ECONÔMICA: e possíveis perspectivas jurídico-sociais. **Revista Direito GV**, São Paulo, n. 10, p. 343-358, 2009. Semestral. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/XhT433VHHCVJR4wLZsNCv5v/?lang=pt>. Acesso em: 05 jun. 2022

CAPELATO, Maria Helena. Imprensa e História do Brasil. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação**. São Paulo: Paulinas Editora, 2011.

DOS SANTOS, Rodrigo Luis. Ensino de História e a Imprensa: diálogos possíveis para o uso de jornais impressos na reflexão sócio-histórica e cultural em sala de aula. **Revista Urutúgua– Revista Acadêmica Multidisciplinar**, R. Universidade Estadual de Maringá (UEM)., ano 2018, n. 38, p. 96-108, 30 jun. 2018. DOI ISSN 1519-6178. Disponível em: <https://myactivity.google.com/privacyadvisor/search>. Acesso em: 23 fev. 2023.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade. Presentismo e experiências do tempo**. Trad. Andréa de Menezes et. al. Belo Horizonte: Autêntica, 2013

Pacheco, L. C., & da Silva Paiva, V. A. (2022). FATO E FAKE: DESCONSTRUINDO AS FAKE NEWS ATRAVÉS DO ENSINO DE HISTÓRIA. *REVISTA ANTÍGONA*, 2(1). Recuperado de <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/antigona/article/view/15322>

RÜDIGER, Francisco Ricardo. Tendências do jornalismo. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998.

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

MOUFFE, Chantal. Sobre o político. Trad. Fernando Santos. São Paulo: Martins Fontes, 2015

SILVA, Carla Luciana Souza da. **Veja: O indispensável partido neoliberal:** (1989-2002). 2005. 2 v. Tese (Doutorado) - Curso de História, Pós-graduação, Universidade Federal Fluminense/Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Niterói, 2005. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/508.pdf>. Acesso em: 14 maio 2021.

A CURIOSIDADE EPISTEMOLÓGICA NO ENSINO DE HISTÓRIA

João Octavio França Teixeira⁵

Resumo: Nesse texto pretendo trazer breves reflexões sobre o ensino e aprendizagem dos conteúdos de história na escola em linhas gerais. Para realizar essa breve reflexão o resumo será dividido em três partes, a primeira parte será onde irei apresentar em linhas gerais como se configura a questão do tempo, ou seja, a hora aula para o desenvolvimento dos conteúdos de história em sala junto aos estudantes na educação brasileira dos anos finais do ensino fundamental. Na segunda parte esboçar formas do fazer do ensino de história de maneira crítica. E na terceira parte, estabelecer a relação entre curiosidade epistemológica e o ensino de história.

Palavras Chave: Educação; Paulo Freire; Curiosidade epistemológica

⁵ Graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande FURG; Mestrando em História pela Universidade Federal de Pelotas; Discente da Especialização em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande FURG. Contato: joao.octaviofranca@gmail.com.

Introdução

A educação é algo que podemos vincular ao acesso ao mundo do trabalho, pois em sua organização a partir da revolução industrial, torna-se cada vez mais adaptativa as novas demandas produzidas pelo sistema capitalista em suas diferentes fases. Porém não é apenas algo vinculado a esse tipo de modelo social econômico, diferentes civilizações possuíam seus próprios meios de formação educacional, sem ser em si um espaço escolar, mas uma formação de acordo para as necessidades do Estado ou uma outra situação como as das classes mais abastardas podiam optar por acesso a maior capital cultural.

Dito isso, é possível retornar como exemplo ao período feudal, no qual não existia possibilidade de ascensão social para a grande maioria, a não ser em algumas situações adentrar ao mundo dos escribas eclesiásticos, mas ainda assim fazer parte do baixo clero, já nesse período existia uma exclusão essencial para manutenção e reprodução do sistema, que era o acesso para poucos a leitura, ou seja, saber ler e escrever.

Como ponto de partida, os anos finais do ensino fundamental de acordo com a resolução da SEDUC de 2021 possuem 7 aulas semanais de 45 minutos cada, sendo que são disponibilizados para ensino de história dois tempos de 45 minutos por semana, o que dá em média 1 hora e 30 minutos de aula. Dito isso, pensemos desses 45 minutos não aproveitados em sua totalidade, já pode ser considerado um grande desafio não realizar mais do mesmo com pouco tempo que se possui, mas vamos aqui tentar fazer o melhor possível dentro tempo que temos, pois, como dizia Paulo Freire educar é um ato de amor.

Nesse sentido, as relações que se constituem nesse espaço é a construção do conhecimento entre educador e educando. Que primeira passa em conhecer a si mesmo, ou seja, através de um processo no qual o professor faz mediação dos saberes adquiridos ao logo de sua formação e vivência, e a realidade que o cerca. Com isso, o educador tem como objetivo estabelecer com seus educandos o processo de construção do saber, simultâneo a formação de uma consciência da realidade que os permeia, o que permite sair de um processo de educação passiva para um processo ativo, no qual os seres participantes são todos agentes da construção do saber. Assim é possível assumir-se como um ser social histórico.

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos como professor ou professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos” (FREIRE, 1996, p.18).

No ambiente escolar, vale ressaltar que o ato de construir o conhecimento é uma ação compartilhada tanto com os educandos como com outros professores, sendo a tarefa essa de tornar os estudantes em ser social histórico uma responsabilidade plural que não cabe apenas aos professores de história, mas a todos os educadores. Por isso, que para haver a curiosidade epistemológica é obrigatório que o ensino não seja bancário, ou seja, um ambiente que apenas despeja os conteúdos em caixinhas e no dia seguinte volta com mais ensinamentos, não serve. É preciso de certa forma ousar mesmo que possa existir dificuldades, no que tange a questão tempo de hora aula, e fazer um espaço onde os educandos são reconhecidos como seres humanos que pensam e pensam de forma crítica. Os reconhecer como sujeitos ativos do processo é um passo importante para conseguir construir o conhecimento de forma crítica, em especial os conteúdos de história que são de vital importância na formação da consciência histórica.

Entretanto, o cenário da educação no Brasil nunca foi fácil, a questão do ensino crítico de história principalmente o que perpassa o ensino crítico dos conteúdos de história, se faz muito necessária. Por isso, sempre muito importante quando em sala aula no processo de construção do conhecimento tentar mostrar um link com o presente a partir dos conteúdos ensinados, mas é preciso atenção nesse momento, para não ser anacrônico ou fazer um paralelo forçado.

Pensando Paulo Freire

Com isso, podemos pensar em três conceitos na pedagogia de Paulo Freire que podem ser relacionados curiosidade epistemológica, rigorosidade teórica e pensar certo. Assim, a base que permeia os três é o questionamento, ou seja, só é possível ter um ensino que permita a autonomia a curiosidade,

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

quando ele reflete sobre sua conformação seus contextos culturais, sociais e econômicos.

Saber questionar a ordem estabelecida em que está se desenvolvendo a construção do conhecimento é fundamental, pois é de onde se poderá avaliar o que fazer a partir da realidade em que o educador e seus educandos estão enquadrados. Talvez um exemplo concreto disso seja a ausência de bibliotecas em algumas escolas, o que nos revela em primeiro pensamento talvez, como um sintoma do ensino bancário, que força toda interação com conhecimento como algo apenas de caráter obrigatório com um recorte e objetivo específico de aprovação em testes, provas e vestibulares.

No exercício crítico de minha resistência ao poder manhoso da ideologia hegemônica, vou gerando certas qualidades que vão virando sabedoria indispensável à minha prática docente (FREIRE, 2000a, p. 151).

Com isso, então como fazer um ensino de história crítico o caminho para esse fazer encontra-se na simplicidade da docência e na humildade da mesma, não é preciso de fato uma estrutura de tecnologia de ponta, entretanto, não podemos abrir mão de lutar por melhores condições, mas temos o essencial o educador e os educandos o grande primeiro passo, é a preparação do espaço, ou seja, o educador e educandos saberem quem eles são, as primeiras aulas precisam ser assim para poder ter uma interação de respeito entre todos.

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também, como há mais de 30 anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos [...]” (FREIRE, 1996; p.30).

Isso é parte importante, saber que outro possui história e que se está inserido nela, a partir disso, não é apenas fazer aulas expositivas, mas buscar fazer cada aula ser uma experiência coletiva e não apenas um monólogo de 45 minutos.

Para isso, a curiosidade epistemológica é a chave para desenvolver o conhecimento dos conteúdos de história, mostra que aprender história é questionar a ordem estabelecida é um grande atrativo, e de certa forma apresentar como esse conhecimento é muito mais útil do que apenas ser

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

depositados em testes em provas, mostrar que as avaliações são apenas mecanismos de verificação de ensino aprendizagem.

“Não é a curiosidade espontânea que viabiliza a tomada de distância epistemológica. Essa tarefa cabe a curiosidade epistemológica – superando a curiosidade ingênua, ela se faz mais metodicamente rigorosa. Essa rigorosidade metódica é que faz passagem do conhecimento do senso comum para o do conhecimento científico. Não é o conhecimento científico que é rigoroso. A rigorosidade se acha no método de aproximação do objeto. A rigorosidade nos possibilita maior ou menor exatidão no conhecimento produzido ou no achado de nossa busca epistemológica” (FREIRE, 2003, p.78).

Essa rigorosidade, pode ser entendida como o comprometimento do pensar certo de que permite romper as barreiras do senso comum, que permite a aproximação com o conhecimento científico, é papel do educador ser a ponte de processo com seus educandos, estimulando cada vez mais a curiosidade epistemológica deles, ou seja, a vontade de aprender cada vez mais, se entendendo como um ser incompleto.

A educação para que os apontamentos aqui abordados façam sentido, precisa ser compreendida como uma práxis social, ou seja, unindo a reflexão a ação transformadora e a ação de decidir. Assim os professores necessitam compreender que estão em posição de eternos aprendizes, nesse sentido, reconhecendo que precisa sempre estar atualizados dos debates que os cercam. De fato, uma tarefa árdua, porém necessária.

Buscar a prática educativa progressista e se distanciar cada vez mais da prática conservadora, tendo cada novo conhecimento como algo que impulsiona a ampliar as visões de mundo, e faço a ressalva para o ensino de história que aliado a pedagogia freiriana tem um enorme potencial de transformação. Para isso, a pesquisa é ponto crucial para o educador em história, mas a pesquisa como instrumento de questionamento para derrubar tabus da sociedade.

“Fala-se hoje, com insistência, no professor pesquisador. No meu entender o que há de pesquisador em um professor não é uma qualidade ou uma forma de ser ou de atuar que se acrescenta à de ensinar. Faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa. O de que se precisa é que, em sua formação permanente, o professor se perceba se assume, porque professor, como pesquisador” (FREIRE, 1996, p.29).

Com isso, tendo percebido que é para além de uma mera característica a questão do ser pesquisador, o educador precisa estar atento ao

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

comprometimento do rigor científico no modo de operar a curiosidade epistemológica do desenvolvimento das dinâmicas de ensino aprendizagem em sala de aula. Para isso, a formação de professores de história e não apenas dessa área, necessita ter a rigorosidade metódica. Ter que a História é ciência e ou um estudo cientificamente dirigido é um dos pontos para permitir o desenvolvimento de ações em aulas junto aos educandos que permitam aguçar a curiosidade.

Pesquisa para constatar, constatando intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (FREIRE, 2000, p. 32).

É visível que o fazer da curiosidade epistemológica não é simples, mas é o caminho para termos uma educação que ofereça autonomia aos indivíduos, que se sintam parte da história e a vontade para posicionar-se e pauta o dia a dia seja onde for. Construir a educação progressista, é um passo para a ruptura com ordem estabelecida de educação, que nos limita reduzindo nosso tempo de aula e empilhando de conteúdos os estudantes. A missão do educador não é simples, mas temos um caminho cantado por Paulo Freire, talvez não há como aplicar em sua totalidade a pedagogia dele, mas um pouco diferente que um educador faz na sala de aula a cada semana, muda a dinâmica que os educandos possuem com o espaço escolar, mas também com os espaços que cercam a escola, não apenas no sentido geográfico, mas espaços de convivência e vivência como a própria família, e a transformação que um espaço educativo baseado nas premissas freirianas podem proporcionar a essas famílias, quando se pensa em mudar a relação do estudante com o espaço escolar também se insere sua família e a relação que a mesma possui com a escola.

Além disso, dos estudantes e suas respectivas famílias, os colegas de trabalho também são aliados importantes no processo de transformação da educação, quanto mais coeso estiver com os colegas melhor de desenvolver a pedagogia freiriana no espaço escolar.

“[...] quanto mais me assumo como estou sendo e percebo as razões de ser de porque estou sendo assim, mais me torno capaz de mudar, de promover-me, no caso, do estado de curiosidade ingênua para o de curiosidade epistemológica” (FREIRE, p.39,1996).

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

Entretanto se não houver esse facilitador, será mais uma dificuldade para lidar além das outras existentes, cada escola possui seu PPP (Projeto Político Pedagógico), ter conhecimento deste documento é um ponto importante para saber onde o educador está atuando, qual linha filosófica a escola busca desenvolver e que concepções de educação. Isso, é bom para cobrar durante os conselhos de classe a alteração ou a aplicação, isso varia de contexto para contexto.

Considerações Finais

Podemos compreender que, o formato da educação no nosso sistema de organização econômico acaba por estar em consonância com as necessidades do mercado de trabalho, que é fruto do sistema econômico logo estamos diante de um debate que reflete a escola no capitalismo, e muitos dos pontos criticáveis para se alcançar uma educação mais humanizada, esbarram nos limites de divisão e organização do trabalho que necessitam serem reproduzidas em certo grau e escala.

Esses fatores, variam desde das questões de carga horaria das disciplinas e condições de trabalho dos professores junto as condições de estudos dos educandos, que podemos sintetizar como ensino bancário. Uma educação voltada para aprovação e até a não aprovação em avaliações que de certa forma servem para determinar em que parte do mercado de trabalho os indivíduos irão fazer parte.

A problemática a envolvida no processo de produção atual é o neoliberalismo, que promove seus princípios face a nova forma de exploração que é a auto exploração, ou seja, empreendedorismo. Contudo, existe um estorvo nessa relação, pois se propõe soluções individuais para problemas que tem origem no coletivo, ou seja, no sistema econômico organizacional.

Transformar a realidade da educação exige uma mudança profunda de paradigma, essa mudança implica em uma revolução na sociedade alterando a ordem que determina a economia, o que possibilitaria pensar uma educação fora dos moldes atuais, que quando apresenta alguma novidade é, pois, está acompanhando as novidades e as necessidades da hierarquia estabelecida, cumprindo um papel de reprodução e manutenção de desigualdades.

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

Por fim, o que resta é a disposição de mudar do educador no cotidiano, para que alguns dos aspectos aqui pontuados possam ter condições de serem exercidos, para isso é necessário que o professor de história tenha como premissa desde sua formação a questão da curiosidade epistemológica.

Referências bibliográficas

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000(a).
FREIRE, Paulo. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 2000(b).
FREIRE, Paulo. **Á Sombra desta Mangueira**, 5ª edição. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

Educando novamente para a exploração do trabalho: O empreendedorismo como a nova face da exploração.

João Octavio França Teixeira⁶

Resumo: A educação é algo que podemos vincular ao acesso ao mundo do trabalho, pois em sua organização a partir da revolução industrial, torna-se cada vez mais adaptativa as novas demandas produzidas pelo sistema capitalista em suas diferentes fases. A formação educacional é algo que já possui um acesso dificultado, e quando se tem acesso é a um tipo de formação que tem como objetivo manter o status-quo dominante ou fazer sua manutenção. O artigo possuirá três partes, a primeira onde será realizada uma reflexão histórica sobre as constantes exclusões dos espaços de formação educacional; a segunda parte será apresentada a descontinuidade da educação no Brasil, os diferentes projetos de acordo com os diferentes governos e cortes na educação que serve de grande porta de entrada para a iniciativa empreendedora que consideramos aqui como a nova face da exploração; A terceira e última parte será a as considerações gerais a partir das reflexões construídas a partir da primeira e da segunda com o intuito de apontar possíveis direções para superar as novas formas de exploração

Palavras-chave: Educação, Trabalho, Empreendedorismo.

⁶ Graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande FURG; Mestrando em História pela Universidade Federal de Pelotas; Discente da Especialização em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande FURG. Contato: joao.octaviofranca@gmail.com.

Introdução

De forma bem geral é possível perceber que participar de um espaço de formação educacional é algo que já possui um acesso dificultado, e quando se tem acesso é a um tipo de formação que tem como objetivo manter o status-quo dominante ou fazer sua manutenção.

Com o estabelecimento hegemônico do capitalismo, a educação tornou-se essencial não para a formação cidadã ou algo relacionado a isso, mas sim em preparar para o mundo do emprego, em estar pronto em ser um operário de um espaço fabril. Contudo o capitalismo por mais que permaneça e seja secular sofreu, sofre e sofrera grandes transformações, pois este se reconfigura toda vez que um modelo de exploração do trabalho se torna obsoleto ou insustentável. Logo, junto a isso também se altera o modelo educacional, para gerar a manutenção e a reprodução do sistema capitalista.

Com este breve exposto este escrito tem como objetivo, gerar uma reflexão com base na exclusão histórica de acesso aos diferentes espaços de formação, que encontram sua continuidade na contemporaneidade, através diferentes projetos educacionais e também dos não projetos de educação. O artigo possuirá três partes, a primeira onde será realizada uma reflexão histórica sobre as constantes exclusões dos espaços de formação educacional; a segunda parte será apresentada a descontinuidade da educação no Brasil, os diferentes projetos de acordo com os diferentes governos e cortes na educação que serve de grande porta de entrada para a iniciativa empreendedora que consideramos aqui como a nova face da exploração; A terceira e última parte será a as considerações gerais a partir das reflexões construídas a partir da primeira e da segunda com o intuito de apontar possíveis direções para superar as novas formas de exploração.

A exclusão não é de agora é histórica

Na introdução deste artigo, citei um exemplo eurocentrado para dar entrada a uma reflexão que creio ser necessária quando pensamos na educação ou formação do ser humano, porém podemos pensar no Brasil colonial ao ser

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

tratar de formação para a salvação da alma das populações originárias aqui estavam.

O Projeto Educacional Jesuítico não era apenas um projeto de catequização, mas sim um projeto bem mais amplo, um projeto de transformação social, pois tinha como função propor e implementar mudanças radicais na cultura indígena brasileira. Ou seja, era um projeto de transformação social, pois tinha como função propor e implementar alterações profundas na cultura indígena brasileira (SHIGUNOV NETO,2008, p.173)

A catequese dos povos locais na colônia pode ser considerada como uma espécie de formação, pois tem como objetivo transmitir e reproduzir a cultura do colonizador ao mesmo tempo que estes eram usados como mão de obra pelos missionários para a construção de seus assentamentos.

O trabalho de catequização e conversão do gentio ao cristianismo, motivo formal da vinda dos jesuítas para a Colônia brasileira, destinava-se à transformação do indígena em “homem civilizado”, segundo os padrões culturais e sociais dos países europeus do século XVI, e à subsequente formação de uma “nova sociedade”. Essa preocupação com a transformação do indígena em homem civilizado justifica-se pela necessidade em incorporar o índio ao mundo burguês, à “nova relação social” e ao “novo modo de produção”. Desse modo, havia uma preocupação em inculcar no índio o hábito do trabalho, pelo produtivo, em detrimento ao ócio e ao improdutivo. (SHIGUNOV NETO,2008, p.174)

Contudo, a principal mão de obra não era a exploração do trabalho indígena, mas sim a exploração do trabalho escravo do povo que atravessa o atlântico para ser explorado do outro lado do oceano em território estrangeiro, a esse grupo pelo viés religioso nem alma eram a eles reconhecido muito menos como humanos também até certo momento por uma ciência metódica e eugenista. Ao grupo de negros escravos, nada era permitido a não ser apenas a exploração de sua força de trabalho.

Agora com um exemplo mais próximos da realidade do sul global, podemos perceber a diferença de tratamento e os espaços que eram permitidos de serem acessados por esses dois grupos, sendo que ambos que eram explorados e oprimidos pelo sistema mundo do período que era o colonialismo.

As formas de organizações econômicas em seus diferentes tempos chegam ao fim e dão espaço para novas formas de hegemonia econômica global, o colonialismo chega ao seu fim com as crises estabelecidas na Europa levando a novas formas de organização política junto a isso o enfraquecimento

da metrópole portuguesa no casa brasileiro frente ao desenvolvimento de outras potencias econômicas, foram facilitadores para as independências locais e a reconfiguração do social sem grandes mudanças principalmente no social e algumas poucas na área econômica.

Contudo neste artigo não temos como objetivo destrinchar os detalhes do período colonial até a guinada capitalista, mas sim estabelecer nesse momento um paralelo o qual nos permita compreender que existe uma exclusão e ou um acesso limitado aos espaços de formação que não é exclusivo do sistema capitalista.

O que quero demonstrar brevemente nessas primeiras páginas é que a educação historicamente vinculada a exploração do trabalho, está vinculada intrinsecamente a imposição e manutenção de princípios vinculado ao sistema de forças produtivas que está atribuída a um tipo específico de modelo de formação que pode permite-se ser acessado ou ser negado, ou seja, “o ser do homem e, portanto, o ser do trabalho, é histórico” (SAVIANI, 2007, p. 152).

Com a introdução do modo de produção capitalista, ocorre de maneira relacionada uma revolução educacional, já que o processo produtivo e a educação são compostos por uma relação intrínseca. Até nos momentos em que se efetuou a separação entre tais categorias, isso só foi possível pelo condicionamento da organização das forças produtivas. Se o trabalho é dividido, a educação também. É o processo de produção que determina como a educação se organiza, seja separada ou como fundamento da produção. (DA SILVA, 2022, p.168)

Assim com uma nova modalidade de exploração do trabalho se torna necessário uma nova forma de educação, que introduza os sujeitos aos princípios exigidos pelo mundo do trabalho que o cerca de acordo com o seu tempo. Na contemporaneidade, essa relação está sendo influenciada pelos princípios do empreendedorismo que está diretamente vinculado ao neoliberalismo.

Um Golpe na educação a emenda constitucional 95

O golpe de 2016 não era apenas uma simples troca de gestão, e sim a possibilidade de aplicação de um modelo com foco total nos interesses do empresariado. Já o que vinha sendo desenvolvido buscava a conciliação das

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

pautas do empresariado e do povo. Forjando a oportunidade de aplicar um projeto que foi recusado nas urnas nas eleições acirradas de 2014 entre Tucanos e Petistas, era a tão sonhada “ponte para o futuro”.

Naquele momento, o projeto eleito nas urnas mais uma vez era o de conciliação de classe, o que implica em agradar “gregos e troianos”, ou seja, política econômica para agradar a elite financeira e uma série de políticas públicas para o povo. Tudo isso exigido de um mesmo provedor o Estado, que em tempos de crescente econômica era viável agradar a ambos. Porém, com a crise das commodities o país entrou em declínio econômico, o que foi suficiente para inaugurar uma série de apontamentos para as possíveis causas da crise, todas elas muito distantes do real problema que é o modelo econômico aplicado no Brasil.

Os apontamentos feitos na época do golpe para os possíveis agravantes da crise e causas dela, passavam por uma série de reformas neoliberais que implicavam na redução do Estado e uma forte crítica à dívida pública. Questões como a reforma trabalhista, reforma da previdência, e estabelecer um teto de gastos, passaram a aparecer nos veículos de informação quase como um mantra infalível para sair da crise.

A justificativa do governo para a criação da EC 95/2016 é sustentada pelo discurso de que há uma crise fiscal causada pela expansão exagerada das despesas primárias, que ignora a queda da receita que vem crescendo desde 2014 e, por conseguinte, inviabiliza a arrecadação pelo governo federal. No entanto, esse discurso está sendo utilizado como forma de obscurecer a garantia dos direitos educacionais declarados na Constituição Federal de 1988. (DUTRA,2020, p.02)

Mesmo em um país marcado por desigualdades históricas, como o legado da escravidão que durou três séculos e reflete na desigualdade contemporânea da população brasileira, não pode deixar de haver investimento no povo para sanar de forma constante as desigualdades aqui existentes. Infelizmente, isso foi ignorado nas propostas das reformas e do teto de gastos, todos eles estabeleceram um padrão único que implicou no acirramento das desigualdades, ou seja, a reforma trabalhista que retira direitos, da previdência que dificulta a aposentadoria e, teto de gastos que reduz o investimento em áreas essenciais como saúde, educação e segurança por 20 anos iniciando um longo processo

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

de sucateamento dos serviços públicos que ficou conhecida como PEC da morte (EC95 e PEC241/2016 quando estava em tramitação no Senado).

A troca forçada de governo, através de um golpe abriu passagem para ruptura da conciliação de classe, que gera um grande avanço nas pautas neoliberais que buscam favorecer ainda mais o setor privado, em relação aos governos anteriores. Ao congelar gastos no setor essencialmente sociais, como saúde e educação, leva ao seu sucateamento e abre possibilidades para parcerias público privado, que levam a intensificação e aprofundamento de uma educação empreendedora nos espaços escolares, impulsionados pela crise econômica que cercava todo o contexto de crise econômica do Brasil.

Com isso, como se garante os direitos essenciais na constituição cidadã de 1988, na verdade, não se cumpre, ou caso se cumpra não tem amplo alcance ou baixa qualidade. Tornando impossível o cumprimento da constituição de maneira plena, leva um cenário semelhante as origens do neoliberalismo, o primeiro regime neoliberal não emergiu nem nos Estados Unidos, nem no Reino Unido, mas no Chile (Silva, 1996). Devido à ausência de seguridade social foi onde tal modelo econômico encontrou terreno fértil para se desenvolver e proliferar.

A descontinuidade progressiva dos investimentos na educação tem como principais efeitos reduzir a capacidade de expansão do ensino, ou seja, ter mais escolas e universidades públicas. Além disso impacta na qualidade do ensino socialmente referenciado, pois com a escassez de recursos público torna as instituições reféns dos investimentos privados e seus interesses.

Empreendedorismo a solução através do indivíduo

A educação é algo que podemos vincular ao acesso ao mundo do trabalho, pois em sua organização a partir da revolução industrial, torna-se cada vez mais adaptativa as novas demandas produzidas pelo sistema capitalista em suas diferentes fases. E é um tipo de formação que tem como objetivo manter a hierarquia dominante e fazer sua manutenção.

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

Como dito anteriormente o empreendedorismo aqui é entendido como auto exploração, o quero dizer com isso é o “charlatanismo” do emprego, pois coloca no individuo toda a expectativa de crescimento econômico que se sobrepõem ao seu ser social, ao qual tem seus direitos mínimos retirados. Tendo toda responsabilidade retida ao sujeito que a partir do econômico tem de garantir necessidades que seriam originalmente de obrigação do Estado a partir de si mesmo. Ou seja, há uma inversão de valores.

Ou seja, do que se trata com este discurso é efetivamente de fazer emergir uma nova «razão do mundo», em que a «empresa» é um tipo de relação social que se expande muito para além da relação salarial e da jornada de trabalho e em que o «empreendedor» aparece cada vez mais como substituto do «cidadão» enquanto figura de referência da ordem social. Onde o cidadão se construía a partir de uma vontade comum, de escolhas coletivas e do «bem público», o empreendedor edifica-se segundo o princípio único da competição individual. (CAMPOS, 2016 p.11)

A crise econômica é o momento onde tal discurso encontra espaço para se proliferar ou se intensificar, no caso do Brasil é possível compreender uma intensificação com o golpe de 2016 sintetizado na emenda à constituição de número 95 (EC 95). Pois, com a crise econômica se gera uma tendência ao condicionamento a novas formas de organização do trabalho.

Ao refletirmos sobre empreendedorismo não podemos ser ingênuos e imaginar que isso atinge apenas o campo do econômico, como dito antes as relações de produção condicionam o modelo de educação, e quando falamos em educação abrimos para inúmeras áreas para além da economia que fazem parte da formação do sujeito.

“Empreendedorismo” é uma expressão que foi bastante utilizada no léxico acadêmico e profissional da Economia, e ultimamente no vocabulário popular, todavia, não tem sido suficientemente tratado como objeto de estudos e pesquisas na área da Ciências do Trabalho. Hoje este termo não é mais um conceito apenas econômico, é comumente empregado em estudos de Administração de Empresas, Sociologia, Educação, Psicologia e Filosofia. (OLIVEIRA, 2017, p.25)

A questão do trabalho e sua ideologia possui uma vinculação intrínseca, ou seja, sempre houve alguma simbiose entre trabalho e a concepção de mundo nele empregada. Assim como os princípios vinculados ao empreendedorismo,

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

que tem como objetivo a manutenção da exploração através do auto exploração do sujeito. Porém ao colocar o indivíduo nessa situação (auto exploração) é preciso fazer uma alteração mais profunda na concepção de trabalho e substituí-la pela ideia de emprego que segundo Aquino (2005, p.03), se restringe apenas ao conjunto de direitos e seguridades que são mediados por ele. E quando essas garantias são suprimidas pela ausência de emprego, que é um problema estrutural resta ao sujeito, se restringir de seus direitos em busca de executar algum tipo de trabalho que pode obter sucesso ou não.

O neoliberalismo é uma nova fase do capitalismo, que se impôs a partir dessa reestruturação, encontrando na globalização terreno fértil para se proliferar e expandir. A ideologia neoliberal contemporânea é, fundamentalmente, um liberalismo econômico, que exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa privada, rejeitando veemente a intervenção estatal na economia. Defende-se um “Estado mínimo” e uma transferência da tomada de decisões, de forma crescente, para o plano privado, junto a um repasse de serviços básicos estatais para as mãos de empresas particulares, deixando assim a sociedade sob os auspícios da “eficiência” e da “livre concorrência”. (OLIVEIRA, 2017, p.17)

Porém, é possível apontar dois motivos que levam os sujeitos a buscar o empreendedorismo, a necessidade e a oportunidade GEM (2011). O que nos permite observar uma antítese presente entre essas duas categorias, um realiza tal ato como sua última oportunidade enquanto o outro está atuando por ter identificado uma oportunidade de negócio.

Assim, o sujeito preso em uma relação de competitividade intensa e de grande precarização de suas condições de trabalho. O que nos leva a refletir nos moldes schumpeteriano, implicando na responsabilização dos trabalhadores pela sua própria condição, pois possui uma compreensão de que a pobreza e a desigualdade são resultado de ações individuais, dessa forma ignorando toda estrutura voltada para a exploração do trabalho.

Contudo como superar a relação estabelecida não é uma tarefa fácil e sim árdua, pois como expressado aqui a formação está vinculada a exploração do ser humano através do tempo. Contudo, se ousarmos inverter a ordem do econômico ditando a o social, subvertendo e invertendo valores, talvez possamos construir um processo educativo que resgate as noções gerais do que significa trabalho como algo integral ao ser humano não para produção de

acumulação, mas sim para melhorar a nossa qualidade de vida. Uma mudança estrutural radical buscando um novo centro como afirma Connell (2012).

Considerações Finais

A partir do que foi apresentado, é possível fazer algumas observações. O empreendedorismo é alicerçado em um projeto neoliberal, sendo que a promoção desse projeto em um espaço que deveria ser foco o social no caso o Estado brasileiro. Da forma como foram trabalhados os problemas, é perceptível o tipo de Brasil que está se construindo.

Como o conjunto de problemas que podem implicar na crise. Pois, a crise acentua os problemas que um país já enfrenta, e os do Brasil são históricos. A solução apontada o neoliberalismo e o empreendedorismo vão na contramão de uma possível solução desses problemas e de suas reduções graduais, e acabam por promover a intensificação da crise.

A partir do momento em que se coloca uma gestão, que inaugura mais um período de ausência do Estado com o povo brasileiro em questões essenciais para a vida, anunciando uma série de cortes e retiradas de direitos. Se escolhe um projeto que não busca resolver os problemas do país, mas sim de um grupo que lucra com a exploração do Brasil, implementando e garantindo sua base de operação das políticas econômicas e sociais neoliberais, através de sucessivas reformas como aplicação de emendas constitucionais e propostas de privatizações de setores estratégicos como energia e exploração de petróleo.

O PT durante seu período definiu sua conciliação de uma maneira política e econômica nacional para agradar os empresários mantendo o tripé macroeconômico de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Simultaneamente a isso, buscou fazer uma série de políticas de redução da concentração de renda, com o objetivo de reduzir a desigualdade progressivamente. E a aplicação de políticas afirmativas como demarcação de terras de povos indígenas, a política pública como o sistema de cotas ampliando o acesso as universidades públicas.

As políticas públicas de redução da desigualdade nunca foram a causa da crise, mas, sim, a política econômica obsoleta, promoveu-se com a EC95 um projeto totalmente fora da realidade da nação, se criticou a gestão petista e a corrupção e colocou parte da conta da crise no bolso do trabalhador, sob a alegação de que esse possuiria muitos direitos, caros para o Estado e

empresários, que supostamente acabariam por contribuir para o desemprego, e por isso devem ser retirados.

A reflexão aqui estabelecida sobre as constantes exclusões dos espaços de formação educacional a descontinuidade da educação no Brasil, os diferentes governos e cortes na educação que serve de grande porta de entrada para a iniciativa empreendedora que consideramos aqui como a nova face da exploração.

Referências Bibliográficas

DA SILVA, Alysson Rodrigues Couto. Crítica da educação para o empreendedorismo no Brasil: em defesa de uma educação para além do capital. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 7, p. 156-180, 2022.

Dutra, N. L. L., & Brisolla, L. S. (2020). **Impactos e rupturas na educação superior brasileira após a Emenda Constitucional 95/2016**: o caso dos institutos federais. *FINEDUCA - Revista De Financiamento Da Educação*, 10. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/79581>

SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. **Educar em revista**, p. 169-189, 2008.

OLIVEIRA, Eveline Nogueira Pinheiro de. **Empreendedorismo em cenário de precarização laboral**: um estudo com trabalhadores de comida de rua. 2017.

OLIVEIRA, Eveline Nogueira Pinheiro de; MOITA, Dimitre Sampaio; AQUINO, Cassio Adriano Braz de. **O empreendedor na era do trabalho precário**: relações entre empreendedorismo e precarização laboral. 2016.

O ACESSO À JUSTIÇA EM MOÇAMBIQUE: PARADOXOS, OBSTÁCULOS E ALTERNATIVAS

Frei Elias Mouzinho João Walata⁷

Tehssin Mohamed Ikbal⁸

Resumo : O artigo tem por objetivo propor uma reflexão sobre o direito de acesso à justiça em Moçambique e sobre as dificuldades para a sua efetivação. Vários obstáculos são incorporados para que o povo não tenha o acesso a este direito primordial consagrado para todos os Homens. Outrossim, em Moçambique vive-se num contexto em que embora formalmente consagrado o Estado de Direito Democrático, nos termos do artigo 3º da constituição, este encontra-se equidistante de ser materializado. Assim sendo, a separação e independência de poderes, não deve ser só em termos teóricos constitucionalmente previstos, mas também mostrar-se como caminho prático necessário para resolver as diferenças ou aos problemas vigentes. Como resultado da reflexão infere-se que o princípio de acesso à justiça, estatuído no artigo 62 da Constituição da República de Moçambique e consolidação do Estado de Direito, com respaldo no artigo 3º do mesmo documento, ainda revela algumas contradições e estão desarticuladas com a lei.

Palavras-chave: Acesso à Justiça, Estado de Direito, Paradoxos, Obstáculos, Alternativas.

⁷ Mestrando em Direitos Humanos, Justiça e Paz na Universidade Católica de Moçambique, Licenciado em Filosofia e Teologia. E-mail: freiasmouzinho307@gmail.com

⁸ Docente Universitária, Doutoranda em Direito, mestre em Direito Fiscal, Licenciada em Direito, Faculdade de Direito da Universidade Católica de Moçambique. E-mail: tikbal@ucm.ac.mz

Introdução

Um dos temas que mais tem preocupado os filósofos, sociólogos e os homens do direito e de ciências sociais em geral, é o do efetivo acesso à Justiça. Na verdade, o debate sobre a justiça, é já de vários séculos, desde os filósofos antigos. Contudo, o acesso do judiciário propriamente dito somente eclodiu no século XVIII, com a Revolução Francesa que trouxe a separação de poderes e, conseqüentemente, a criação do poder judiciário, responsável pela prestação da justiça. A partir desse momento a justiça passou a ser compreendida como direito fundamental do cidadão. Fica claro que, o acesso à justiça é um direito primordial consagrado para todos os Homens. Sem a justiça nenhum dos demais direitos se realiza. Assim, qualquer ameaça ao acesso à justiça impõe sérios danos aos preceitos da igualdade e à prevalência da praticidade da lei. Assim sendo, a Constituição moçambicana consagra o acesso à justiça como um direito, conforme o artigo 62, nº 1,: “o Estado moçambicano garante o acesso dos cidadãos aos tribunais e garante aos arguidos o direito de defesa e o direito à assistência jurídica e patrocínio judiciário”.

Ainda ao abrigo da Constituição da República de Moçambique (CRM), esse mandamento constitucional implica a possibilidade de que todos, sem distinção, possam recorrer à justiça e tem como consequência atuar no sentido de construir uma sociedade mais equitativa. Não obstante, o direito de acesso à justiça não significa apenas recurso ao poder judiciário sempre que um direito seja ameaçado. Neste contexto, para Castel-Branco “os nossos desafios não vêm tanto das capacidades institucionais do sistema de justiça. Vêm dos paradoxos, das contradições e das lutas acerca das questões a resolver, como resolver, com quem, para quem e quem se beneficia ou perde no processo” (BRANCO, 2014, p. 6).

Daí que, o presente estudo procura questionar quais as condições que podem contribuir na melhoria do desempenho do sector judicial, para que todos os moçambicanos tenham o acesso à justiça? Por conseguinte, a reflexão está organizada em três pontos: (i) abordar-se a noção de justiça social e o seu acesso como princípio. (ii), abordar-se sobre os paradoxos e obstáculos no

acesso à justiça em Moçambique. (iii), debate-se sobre as possíveis alternativas no acesso à justiça em Moçambique.

A Noção DE Justiça Social e o seu Acesso Como Princípio do Estado Democrático de Direito

O Homem, enquanto ser social, convive e se relaciona socialmente com os outros seres humanos. Desse relacionamento, por razões diversas, surgem conflitos de ordem diversa, conduzindo ao Estado, enquanto o maior garante da harmonia, do bem-estar e da justiça social. Desta forma criam-se instituições e serviços públicos com vista a se alcançarem esses objetivos. O Estado democrático de direito é fruto de uma longa evolução das formas de sociedade que se organizaram lentamente no decorrer dos séculos, com fim de atingir os interesses comuns, e para isso, todos deveriam ter direitos e deveres, contribuindo todos para o desenvolvimento do Estado.

O que é justiça social?

A Justiça foi sempre definida pelos grandes pensadores como uma vontade constante e perpétua de dar a cada um o seu direito. Na idade antiga a “Justiça, significava virtude suprema, que tudo abrangia, sem distinção entre o direito e a moral” (PLATÃO, 2006, p.16). Já na era moderna a justiça é caracterizada pela concepção subjetiva do direito. Doravante, o direito não designará mais o que eu reconheço como dos outros, mas o que tenho como direito, como sujeito, diante dos outros e da sociedade. Deste modo a justiça percebe-se como ação primeira dentro de uma sociedade pois, com isso, é que se pode criar uma sociedade tranquila e solitária na íntegra e saudável, enquanto os membros se envolvem arduamente na sua perseverança.

Para Rousseau (1964), “a instituição do reino da justiça e equidade entre os homens só é possível quando todo povo legisla sobre todo o povo” (ROUSSEAU, 1964, p. 97). Somente assim, produzindo leis emanadas, não da vontade individual, mas da participação direta de todos na esfera pública, seria possível pensar uma ordem social justa. A teoria que resume a essência fundamental do conceito de Justiça, é a justiça equitativa de John Rawls, “a

justiça é a virtude primeira de todas as instituições sociais” (RAWLS, 1993, p. 27). Este autor diz que é o dever do Estado de zelar pelo cumprimento, promover os princípios da igualdade e da diferença. Aqui cada cidadão é considerado como igual ao outrem. Portanto, a justiça, do latim - *Justitia est constans et perpetua voluntas jus suum cuique tribuere*, ou seja, a justiça é a constante e perpétua vontade de dar a cada um, o que é seu por direito.⁹

O princípio de acesso à justiça

Não se sabe exatamente quando a teoria do princípio de acesso à justiça surgiu, pois esta é uma construção que se desenvolveu ao longo da história mundial. Desde a antiguidade, já era possível encontrar indícios desta garantia no Código de Hamurabi, conhecido pela famosa frase da Lei do Talião: “*Olho por olho, dente por dente*”. O código definia que o interessado poderia ser ouvido pelo soberano que, por sua vez, teria o poder de decisão.

Já nos Estados liberais, os procedimentos adotados para a solução dos litígios civis refletiam a filosofia essencialmente individualista dos direitos. A teoria era a de que, embora o acesso à justiça pudesse ser um direito natural, não obstante, não necessitavam de uma ação do Estado, para a sua proteção. A justiça neste caso, só podia ser obtida por aqueles que pudessem enfrentar seus custos; aqueles que os únicos responsáveis por sua sorte. Se assim for, diz o investigador moçambicano Castelo Branco “o sentido do acesso à justiça fica intrinsecamente ligado a classes e luta de classes e deixa de ser universal. Todavia, o que é justo numa perspectiva pode ser injusto noutra, e a justiça para uns casos pode implicar injustiça noutros” (BRANCO, 2014, p. 4). Portanto, o valor social da justiça deixa de ser legal e passa a ser social, o que também pressupõe a possibilidade de justiça ser alcançável apenas fora da lei ou contra a lei. Em outras palavras, a justiça dependeria da perspectiva de classe e não de um qualquer valor universalmente definido.

Segundo Capelletti & Garth (1988) “a expressão acesso à justiça serve para determinar duas finalidades básicas do sistema jurídico; o sistema pelo qual

⁹ Enciclopédia jurídica, Disponível em: [Justitia est constans et perpetua voluntas jus suum cuique tribuere \(encyclopedia-juridica.com\)](https://www.encyclopedia-juridica.com), acesso aos:01 de Dezembro de 2023, pelas 20:46.

as pessoas podem reivindicar seus direitos e/ou resolver seus litígios sob os auspícios do Estado” (CAPELLETTI & GARTH, 1988, p. 8). Para tal, o sistema deve ser igualmente acessível a todos, e deve produzir resultados que sejam individual e socialmente justas. Já para os homens de direitos, falar do acesso à justiça, não se resume o mero ingresso em juízo. Por conseguinte, o princípio de acesso à justiça, representa um direito sobre direitos. Permite possível a garantia dos restantes direitos fundamentais. É uma das bases do Estado de direito democrático, do qual se podem retirar muitos outros direitos, dos quais se destacam: direito de acesso aos tribunais (CRM, artigo 62 nº 1).

Na reflexão dá-se conta de que, o princípio de acesso à justiça em Moçambique, consta dos instrumentos normativos gerais nomeadamente: a Constituição da República de Moçambique, e dos pactos internacionais sobre os direitos civis e políticos, entre outros factos que demonstra claramente o seu reconhecimento e aceitação universal, como refletindo a consciência jurídica universal. Alinha-se a esse pensamento Watanabe (1988), para quem “a problemática do acesso à justiça não pode ser estudada nas acanhadas limites do acesso aos órgãos judiciais já existente. Não se trata apenas de possibilitar o acesso à justiça enquanto instituição estatal, e sim de viabilizar o acesso à ordem jurídica justa” (WATANABE, 1988, p. 128).

Assim sendo, a promoção de resultados socialmente justos para a viabilização do acesso de uma ordem jurídica justa não pode advir apenas do sentimento particular de quem julga acerca do significado da palavra justo. Pois diz a *Carta Africana* “todas as pessoas devem se beneficiar de uma total igualdade perante a lei” (Carta Africana, artigo 3, nº1) do mesmo modo, “todas as pessoas têm o direito a uma igual proteção da lei” (Carta Africana, artigo 3, nº2). Dessarte, o juiz, então, ao decidir de forma justa, deve internalizar em seu conceito de justiça a igualdade (PERELMAN, 2002, p. 9). Essa garantia possibilita a todos os litigantes em condições de igualdade, a aplicação das normas processuais e o respeito à Constituição e aos tratados internacionais, como adverte a *Carta Africana* “os estados partem da presente carta têm o dever de garantir a independências e de permitir o estabelecimento e o aperfeiçoamento das instituições nacionais apropriadas e encarregadas da promoção e proteção dos direitos e liberdades” (Carta Africana, artigo 26).

Resumidamente, o direito de acesso à justiça é, fundamentalmente, direito de acesso à ordem jurídica justa, tendo este no ordenamento pátrio consagração no artigo 62 da CRM.

Os paradoxos e obstáculos ao acesso à justiça em Moçambique

Olhando na generalidade para a Constituição da República de Moçambique e as demais leis nota-se uma série de direitos e garantias aos cidadãos plasmados. Todavia, uma análise mais detida da realidade demonstra que, apesar das garantias existentes no direito positivo, o acesso à justiça em Moçambique não é amplo. Quer dizer, é um trabalho meramente formal, uma igualdade formal e não efetiva, pois, não se coloca à disposição do cidadão meios que pudessem tornar tal direito efetivo.

Os paradoxos no acesso à justiça

Está mais que claro que o sistema de justiça moçambicano é caracterizado por muitos paradoxos. Primeiro, como afirma o Dr. Menete “estamos perante um sistema que continua a ser regulado por normas obsoletas, como é o caso do idoso Código das Custas Judiciais de 1961” (MENETE, Maputo, 2020). O Código das Custas Judiciais já não se ajusta aos dias que correm, pois, a modernização impõe simplicidade de procedimentos. Contudo, o modelo de cálculo das custas judiciais é complexo, complicado, de difícil aplicação e é do domínio de muito poucos, desconhecido de muitos, incluindo juízes, procuradores, advogados, defensores públicos e pessoal do cartório, o que, até certo ponto, concorre para a morosidade processual.

Fundamenta esta realidade o facto, o Código das Custas Judiciais (1961) vigente não se compadece com a realidade atual, em que a maior parte dos cidadãos recebe salários baixos e a justiça é cara! Questiona-se o bastonário dos advogados o jurista Flávio Menete (Maputo, 2020), “será que não é tempo de pensar numa justiça gratuita, ao menos, para um maior número de cidadãos, os mais carenciados não apenas para os “indigentes”, na terminologia do Código das Custas Judiciais”? Ademais, não é tempo de pensar-se que o modelo de conversão de penas em multa, baseado no salário mínimo e nos termos atualmente em vigor é uma autêntica denegação à justiça? E mais, não será

discriminação determinar que os conflitos cíveis de pequena monta (em valores inferiores a 25 salários mínimos nacionais, predominantes nos tribunais de categoria distrital) não são passíveis de recurso ordinário?

Segundo, o governo moçambicano transformou-se num comité de gestão dos negócios da grande burguesia que, para manter o poder político, tem que dar a aparência de estar preocupada com a desigualdade social e a pobreza. Estes processos complexos refletem-se nas ambiguidades, contradições e ineficácia de muita da legislação e políticas económicas e sociais, geralmente resultando na sua não aplicação. Nos casos em que não haja contradições, os problemas resolvem-se de acordo com a lei ou, mesmo, sem necessidade de recorrer à lei (BRANCO, 2014, p. 5). “Quer dizer, a sociedade não é criada pelo legal. O legal é parte das tensões, contradições e motivações da sociedade, das relações sociais e do sistema social. A legislação e o sistema de justiça fazem parte desta luta” (Ibid., p. 6).

Terceiro, apesar de existirem muitas centenas dos tribunais comunitários, o certo é que são praticamente inoperantes. “Desde 2011 que em Moçambique foi aprovada a lei da arbitragem, como forma de resolução extrajudicial de conflitos da mais diversa natureza” (MENETE, Maputo, 2020). Na nossa visão, o crescente aumento de processos judiciais com impacto na morosidade processual tem provocado insatisfação nos utentes deste serviço público.

Quarto, fala-se tanto da justiça e igualdade de direitos. Todavia, nota-se no seio dos órgãos de justiça, a existência de muita corrupção que desencoraja os cidadãos a optarem por recorrer à justiça, porque ela passou para um pequeno grupo. Outrossim, vê-se a falta de sensibilidade, o que muitas vezes se traduz na manutenção de arguidos presos depois de arbitrada a caução, isto porque as formalidades são ainda as de há alguns séculos, para além mesmo de situações de condenados que permanecem mais alguns dias na prisão, mesmo depois de reunidos todos os requisitos para beneficiar de liberdade condicional.

Os obstáculos de acesso à justiça

Embora o Estado democrático de direito esteja formalmente consagrado no artigo 3º da CRM, e o princípio de acesso à justiça, no artigo 62 da Lei mãe,

o que demonstra um esforço que o Estado tem empreendido no sentido de garantir o acesso à justiça a todos os cidadãos, nota-se ainda vários obstáculos nesse desiderato. Inúmeros fatores materiais fazem com que, na prática, o acesso à justiça não se verifique de maneira igual para todos. E são disso exemplos: (i) ordem económica, (ii) a morosidade na toma de decisão; (iii) descrença na própria justiça; (iv) possibilidade das partes; e, por fim, (v) falta de cultura jurídica.

Ordem económica

O principal obstáculo enfrentado pela população moçambicana no que tange ao acesso à justiça, é de ordem económica. Os custos da demanda, tais como: deslocações para o tribunal, ou mesmo para o escritório do seu advogado, os quais, não raro, ficam longe dos bairros onde residem as pessoas mais desfavorecidas. Ademais, os honorários advocatórios tendem a afastar as camadas menos favorecidas economicamente do ambiente judicial, aquele que não possui condições financeiras para arcar com a demanda ficam prejudicados na defesa dos seus direitos. O que Capelletti & Gert (1988, p. 7), chamam de “barreiras poderosas do sistema judiciário”

Breve, os advogados e os seus serviços são realmente muito caros, para uma população que tem como salário mínimo oito mil meticais. Isso prejudica de uma certa maneira as camadas menos desfavorecidas do ambiente judicial. Salienta-se também o problema de pequenos casos, assim denominados pelo seu conteúdo económico reduzido, nas quais nem sempre é recomendável encontrar um advogado para o seu patrocínio, tendo em vista que o conteúdo económico é tão baixo que o eventual sucesso da parte seria nem mesmo suficiente para cobrir as despesas.

Morosidade processual

Pese embora o acesso a justiça seja um pilar para a efetivação do Estado democrático de direito, formalmente existente nos artigos 3º e 62º respetivamente, constata-se que o seu acesso é desigual, contrariando o estatuído no artigo 35º, todos da CRM. Percebe-se ainda, que em Moçambique o sistema judiciário no seu modo geral é conhecido pela sua lentidão processual

e pela sua ineficiência no processo, o que contrária ao princípio da celeridade processual, garantia de efetivação da justiça, estatuído no artigo 1º do código de processo civil (CPC).¹⁰ Quer dizer, a jurisdição não se responde de forma adequada e no seu devido tempo. Sobretudo, nos casos das pessoas pobres. Muitas vezes, as partes que buscam uma solução judicial precisam esperar um ou dois anos, quiçá mais, por uma decisão executável. Desta demora, são custos que vão aumentando. O tempo age no sentido de desencorajar o litigante a intentar ou a prosseguir na ação, pois ela vai ficando mais cara com o passar do tempo, seja pela desvalorização do conteúdo económico de lide, seja pela necessidade de arcar com mais custos. “Alguns, são tentados de abandonar as suas causas, ou aceitar acordos por valores muito inferior aqueles a que teria direito” (Ibidem, p. 18).

Disto vale dizer que, uma justiça tardia equivale a ausência de justiça. Portanto, para que se possa falar no princípio do acesso à justiça, não se pode desprezar do fator tempo. O tempo é inimigo do juiz. Ademais, “o facto de entender excessivamente a independência do juiz, não devendo obediência, nem a lei, nem a algum órgão supremo. Quando um processo demora, não se deve fazer nada senão falar com o próprio juiz” (UCAMA, 2016, p. 95). E, com a recente alteração dos Códigos Penal e do Processo Penal, permite-se que indivíduos fiquem detidos, mesmo sem condenação final, sem que lhes seja dito por quanto tempo.

A falta de cultura jurídica

O acesso à Justiça é um direito constitucionalmente consagrado, mas nem todos os moçambicanos que vêm os seus direitos violados encontram nas instituições jurídicas a sua reposição, por simplesmente não ter conhecimento de como agir, onde se dirigir e por não acreditar na justiça. Mas, infelizmente, há ainda um nível baixo de consciência jurídica. E mesmo quando há consciência de serem violados alguns dos seus direitos, muitos cidadãos optam pelo silêncio, outros, ficam sem acesso à Justiça em algumas províncias devido à escassez

¹⁰ REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, aprovado pelo DL 55/99M, aprova o Código de processo civil, Moçambique, BO 40/1999.

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

de tribunais e de advogados. Ademais, existe no seio da sociedade um sentimento de descrença na efetividade de judiciário, de forma que muitas pessoas, não apenas os menos instruídos, mas também os que têm boa formação e plena noção dos seus direitos, deixam de bater as portas da justiça, por anteverem que a prestação jurisdicional será ineficaz. Parte-se do princípio de que, o povo moçambicano é reinado pela corrupção. Este mal desencoraja os cidadãos a optarem por recorrer à justiça.

Outrossim, a deficiente preparação dos técnicos e assistentes do Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica não têm uma intervenção ativa nas audiências de julgamento, limitando-se a declarar que prescindem dos usos da palavra, tudo isto em prejuízo dos seus constituintes, os cidadãos carenciados. Assim sendo, “é necessário que o próprio pobre tenha seus próprios conhecimentos, que vão desde uma formação primária básica até algumas noções mínimas de direito” (Ibidem, p. 33). Resumindo, caso não se vença estes obstáculos, por melhor que seja o serviço de assistência jurídica, será este ineficaz, pois o pobre ou não irá até ele, por não identificar que tem direitos a defender. Neste caso, “a falta de cultura chega a ser a própria causa de alguns problemas jurídicos, ou leva o pobre a envolver-se em conflitos, assumindo posição desfavorável” (Ibidem, p. 34).

As possíveis alternativas no acesso à justiça em Moçambique

Parte-se do princípio de que, a construção da Justiça em Moçambique requer, antes de mais nada, uma forma de pensar, estar e fazer diversa do que de errado fez-se nos anos passados. Paradoxalmente, em Moçambique, a fraqueza do Estado se manifesta na incapacidade de providenciar efetivamente serviços básicos aos seus cidadãos, incluindo o do acesso à justiça.

O princípio de separação de poderes

Segundo Ucamá (2013), “a separação de poder é algo oposto à unidade de exercício de poder e sua concentração” (UCAMA, 2013, p. 40). Todavia, a imagem que se tem do sistema democrático não nos permite acreditar no sucesso da democracia em Moçambique. Diga-se sem complacência, que, no nível geral, o exercício do poder em Moçambique, vai contra o que deveria ser.

Deste modo, há que repensar e reavaliar a distribuição de poderes feita pela Constituição vigente em Moçambique¹¹, que confere ao Presidente da República as funções de chefe do Estado, de Governo e das forças de defesa e segurança, o que é absurdo. Pois, “esta concentração de poderes permite ao Presidente da República controlar todos os poderes e as instituições, minando assim o princípio de separação de poderes, assim como coloca em causa a ética governativa e a integridade pública” (FORQUILHA & ASLAK, 2011, p. 46).

É evidente que existe uma grande influência do Chefe do Estado face ao poder Judicial, na medida em que este nomeia os presidentes das mais altas jurisdições do País¹² e designa dois membros no Conselho Superior da Magistratura Judicial (CSMJ)¹³, sendo certo que essas nomeações e designações, a serem feitas por ele, só resultarão nas pessoas da sua confiança (pessoal ou política), facto que os tornará refém do presidente no exercício das suas funções. Portanto, que fique claro que, temos formalmente a separação de poderes estatuída no artigo 134 da CRM, “Poder Judiciário é independente quando detém a habilidade para tomar decisões que não são afetadas por pressão política de fora do Judiciário, como reza a CRM,” (Ibidem, p. 214). Ademais, “os juízes no exercício das suas funções são independentes e apenas devem obedecer as leis” (Ibidem, p. 216). São independentes quando decide casos à luz da lei sem considerar as indevidas opiniões de outros atores governamentais ou quando as decisões judiciais não podem ser anuladas por legislação retroativa ou por recursos para o parlamento ou o governo. Assim sendo, o juiz, para exercer seu dever público, deve ser independente de consideração venal ou ideológica.

Os direitos fundamentais e sua geração

Existem gerações de direitos que antecederam os direitos intrínsecos ao Estado Democrático de Direito. Primeiramente a passagem pelo Estado Liberal, que foi responsável pelos “*direitos de primeira geração*” inerentes a condição da pessoa

¹¹ CRM, Artigo 158.

¹² CRM, artigo 158; as alíneas g) e h).

¹³ CRM, artigo 221, nº1.

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

humana, como a liberdade, a segurança e a vida, entre outros, que exigem do Estado uma postura negativa. Em um segundo momento, a passagem pelo Estado Social, cria os “*direitos de segunda geração*”, que são responsáveis pela ideia de melhoria nas condições de vida dos cidadãos, devendo o Estado agir em prol dessa melhoria, oferecendo saúde, educação, trabalho, entre outros. Assim, o resultado desta evolução de direitos, institui um Estado Democrático, criando por fim os “*direitos de terceira geração*”, conhecidos também como direitos difusos e coletivos, ou ainda como direitos de solidariedade, que buscam concretizar através da solidariedade entre Estado e cidadãos (BONAVIDES, 1999).

Os Direitos fundamentais encontram-se plasmados na constituição nos artigos 56 e seguintes da CRM, sendo inevitável a formação de indivíduos sobre seus direitos, para que se consagre o efetivo acesso à justiça em Moçambique. Se desejamos um Estado Democrático de direito, este só pode ser alcançado, através da integração entre a cidadania, a educação e os direitos humanos. Mas parece que em Moçambique, não há vontade que à população tenha conhecimento dos seus direitos. Clara demonstração é como são formados os próprios cidadãos, uma educação fora da realidade e sem impacto reflexivo. Outrossim, diz Carlos Serra, fora desta falta de educação dos direitos, nota-se que os tribunais ainda se encontram geograficamente distantes dos cidadãos. E associado ao formalismo processual que exige a comparência às audiências do tribunal por lagos dias até à conclusão do processo, abrindo campo para a justiça com as próprias mãos. O jornalismo que deveria ser um local para a formação e informação do povo, hoje em dia é questionado por políticos.

Imunidades dos advogados

No capítulo das prerrogativas, dignidades, garantias e imunidades do advogado, assiste-se, um recorde de processos judiciais instaurados por magistrados judiciais contra advogados, em pleno exercício da profissão, baseados em alegado desrespeito ao magistrado! Contudo, em função das sentenças ou decisões proferidas em alguns desses processos chega-se à conclusão de que se trata de tentativas de silenciar o advogado (fora dos casos em que o juiz recorre à lei da amordaça ou da intimidação), situações que em nada dignificam o judiciário, bem como prejudicam a concretização do Estado de Direito e Democrático, que pedra a pedra estamos a edificar

Considerações finais

A investigação concentrou-se em responder à seguinte pergunta: «Quais as condições que podem contribuir na melhoria do desempenho do sector judicial, para que todos os moçambicanos tenham o acesso à justiça? No primeiro ponto, falou-se que o acesso à justiça, significa que as pessoas têm o direito de reivindicar seus direitos e/ou resolver seus litígios sob os auspícios do Estado. Para tal, o sistema deve ser igualmente acessível a todos, e deve produzir resultados que sejam individual e socialmente justas.

No segundo ponto, tratou-se dos paradoxos e dos obstáculos ao acesso à justiça em Moçambique. Apesar das garantias existentes, e o esforço do Estado em fazer chegar a justiça a todos, o trabalho é meramente formal, e não efetiva. Pois não se coloca a disposição ao cidadão meios que pudessem tornar tal direito efetivo. Além disso, nota-se no seio dos órgãos de justiça, a existência de muita corrupção que desencoraja os cidadãos a optarem por recorrer à justiça. Alinha-se dois grandes obstáculos; e a falta de cultura jurídica e a questão económica, que acaba negando assim as camadas mais desfavorecidas ao efetivo acesso à justiça.

Já no terceiro ponto, falou-se das possíveis soluções, onde deu-se a perceber que, um sistema judiciário para responder aos anseios dos cidadãos impõe deixar para trás o excesso de poder. Terminar com as prisões arbitrárias/ilegais dos advogados. Além disso, deve-se procurar que as leis sejam conhecidas por todos os cidadãos. Outrossim, dificilmente se poderia dizer que a vivência de direitos seja minimamente igualitária ou compartilhada por todos em Moçambique. Ao contrário, são, ainda hoje, significativas os obstáculos e as dificuldades para a materialização dos direitos e, em decorrência, há obstáculos na construção da cidadania.

Do exposto, sugere-se que, o Estado moçambicano faça uma aposta na necessidade da participação de todos os homens no estabelecimento dos princípios de justiça que suportam a igualdade de todos em direitos, exigências, oportunidades na distribuição de vantagens sociais e económicas. Como forma de resgate do princípio de justiça, que se caracteriza por um véu de ignorância. Ademais, que a justiça se concretiza, através da promoção e reintegração do

cidadão na vida sociopolítica, o que garante acesso as oportunidades de desenvolvimento, autorreconhecimento e respeito das diversidades ideológicas. Por fim, creio que a nossa reflexão, auxiliarão a um redirecionamento da sociedade, como aquela que salvaguarda os direitos e deveres dos seus cidadãos e encontram na justiça, um veículo indispensável para vencer a ameaça desastrosa desses valores. Destarte, espera que o presente trabalho contribua para a área dos Direitos Humanos, e a todos aqueles que pelo tema se interessar.

Referência bibliográficas

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, Constituição da República, (2018) in *Boletim da República*, I serie no 115, de 12 de junho.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, aprovado pelo DL 55/99M, aprova o *Código de processo civil, Moçambique*, BO 40/1999.

CHISSANO, Joaquim Alberto, Carta Africana, *Boletim da república de Moçambique*. 1988, I serie, nº38.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. São Paulo: Malheiros. 1999.

BRANCO, Carlos Nuno Castelo. Desafios para a Justiça: uma visão económica e social. *Painel sobre o subtema Produção Legislativa*, Maputo: 19/20-11-2014.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *Acesso à justiça*. Porto. Ed. Fabris Alegre, 1988. Enciclopédia jurídica, Disponível em: [Justitia est constans et perpetua voluntas jus suum cuique tribuere \(enciclopedia-juridica.com\)](#), acesso aos: 01 de Dezembro de 2023, pelas 20:46.

FORQUILHA, Salvador; ASLAK, Orre. *Transformações sem mudanças? Os conselhos locais e o desafio da institucionalização democrática em Moçambique*. Desafios para Moçambique. Maputo: 2011.

MARCACINI, Augusto Tavares Rosa. *Assistência jurídica, assistência judiciária e justiça gratuita e outros estudos sobre o acesso à justiça*, São Paulo: 2009.

PERELMAN, Chaim, *ética do direito*, São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2002.

PLATÃO. *Nome? República*. (Tradutor do livro?) São Paulo: Martins Fontes, 2006.

RAWLS, John. *Teoria da Justiça*. Lisboa: Presença, 1993.

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato social*, São Paulo: 1964.

UCAMA, Antônio Costa David. A independência do poder judicial em Moçambique versus morosidade e incerteza das decisões judiciais. *Ballot*. Rio de Janeiro: UERJ. Volume 2 Número 1 janeiro/abril 2016. pp. 95-112.

_____. A Independência do Poder Judicial em Moçambique. *Tese de Mestrado em Ciência Política, Governança e Relações Internacionais*. Universidade Católica Portuguesa e Universidade Católica de Moçambique. Beira: 2013.

WATANABE, Kazuo. *Acesso à justiça e sociedade moderna, participação e processo*. São Paulo: 1988.

TERRAPLANISMO & GEOGRAFIA DA CONSPIRAÇÃO¹⁴

Enio Souza Sieburger¹⁵

Letícia Oliveira Borges¹⁶

RESUMO: O presente capítulo, pretende trabalhar a temática vinculada ao ressurgimento e mitificações em torno do conceito do terraplanismo, abordando como este tipo de pensamento retornou, em pleno século XXI, seus idealizadores e fomentadores no espectro nacional e internacional.

PALAVRAS-CHAVE: Terraplanismo, globalismo e mídia.

¹⁴ Este trabalho é parte integrante da monografia em Geografia de Enio Souza Sieburger.

¹⁵ Possui graduação em História pela Universidade Federal de Pelotas (2011), em Pedagogia - Centro Universitário Internacional Uninter (2018) e Geografia pelo Centro Universitário Internacional Uninter (2020). Especialização em Psicopedagogia Institucional pelo Instituto Educar Brasil (2013), Orientação Educacional - Instituto Educar Brasil (2015). Especialização em Atendimento Educacional Faculdade São Luis (2023). Atualmente é acadêmico do mestrado em História da Universidade Federal do Rio Grande-FURG.

¹⁶ Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História PPGH da Universidade Federal do Rio Grande - FURG (2017), Pós-graduanda em Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional (2021); Pós-graduada Latu Sensu, em Formação Docente para EAD (2019) e Metodologia do Ensino na Educação Superior (2020). Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande (2014) e graduação em Teologia pela Faculdade Batista Pioneira (2008), com aperfeiçoamento de créditos regulamentados pelo Mec (2014). Tem experiência na área de História, Educação, EAD e Teologia, com ênfase em História.

INTRODUÇÃO

A inspiração para este trabalho ocorreu a partir da apreciação do documentário: *Behind The Curve (A terra é Plana)* de 2018, lançado nos Estados Unidos produzido por Daniel J. Clark, que mostra a atuação dos terraplanistas: Mark Sargent e Patricia Steere, com grande atuação nas redes sociais através de canais no *YouTube* e *Podcast*.

É curioso como em pleno séc. XXI com todos os avanços tecnológicos existentes ainda são encontrados grupos de pessoas que compactuam com tais crenças. A pouca produção científica encontrada demonstra um descaso acadêmico, uma vez que a questão sobre o formato da terra há muito tempo não está em aberto e formalmente, tal discussão não existe. Provavelmente isto ocorra porque se considera o Terraplanismo uma pseudociência. Sagan (2006), Alvarez (2019), Molina-Cañabate e Magallón-Rosa (2020), não despertando o interesse acadêmico em conduzir estudos inerentes ao tema.

Desta forma, não é de se surpreender a pouca produção científica acerca deste assunto, justificando-se este trabalho para fins de contribuição com a discussão referente ao movimento terraplanista, que a olhos vistos, vem ganhando alguma notoriedade graças às facilidades de acesso à informação decorrentes da popularização da internet.

Inicialmente, buscou-se justamente via internet, artigos científicos referentes ao tema, além de efetuar-se uma busca de canais da plataforma *YouTube*, que estivessem direta, ou indiretamente alinhados com a crença na planicidade da Terra.

No segundo capítulo e suas respectivas subdivisões, a atenção está voltada para a trajetória da Geografia com suas diferentes abordagens teóricas até chegar-se a Nova Geografia Cultural e Humana.

Na parte subsequente, busca-se trazer à tona o imaginário terraplanista e suas respectivas percepções de mundo procurando acompanhar suas rupturas e permanências, em sequência, a evolução cartográfica enquanto representação do planeta Terra, e a diferença entre a geomorfologia real e a idealizada para efeitos práticos.

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

Adiante, o foco recai sobre o Terraplanismo enquanto movimento surgido no Séc. XIX, adquirindo um caráter “científico” na Inglaterra a partir dos experimentos de Samuel B. Rowbothan, e sua difusão pelos Estados Unidos a partir da fundação da sociedade Zetética de Nova Iorque, onde ainda está presente a influência marcante de caráter religioso, fundamental para sua sobrevivência.

No Séc. XX, em 1956, tem-se o surgimento as Sociedade da Terra Plana em plena época da Guerra Fria entre as duas superpotências da época: Estados Unidos e União Soviética onde está marcado o período por teorias de conspiração. Finalmente, no Séc. XXI, chega-se à parte mais importante deste trabalho, que se destina a compreensão do ressurgimento percebido do Terraplanismo, onde são percebidos os efeitos da Revolução Informacional, e suas consequências na população de modo geral.

Em sequência, busca-se analisar especificamente o surgimento expressivo mais recente no cenário brasileiro, periodizando-se especificamente com o atual momento político mundial, onde são percebidos os surgimentos de ideários políticos conservadores.

Adiante, buscou-se conhecer os movimentos antagônicos que atuam igualmente pela internet, normalmente conduzidos por cientistas, que procuram analisar todo o *modus operandi* dos divulgadores das ideias terraplanistas aplicando um maior rigor científico, trazendo à tona inúmeras inconsistências que não sustentam os discursos dos “cientistas populares”.

Para finalizar a parte expositiva deste trabalho, trazemos um caso pontual onde uma mãe de aluno mediante aula remota na *Internet*, procura desqualificar o saber científico do professor, em virtude de suas convicções religiosas. Este exemplo mostra claramente a relevância do tema aqui estudado e seus riscos para o Ensino de Geografia Escolar.

Segue-se o referido trabalho em seu terceiro Capítulo, informando quanto a metodologia utilizada, fechando este trabalho com suas considerações finais, destacando os pontos mais importantes aqui expostos.

O TERRAPLANISMO, UMA PEQUENA REFLEXÃO

Para fins do presente trabalho, buscou-se respaldo teórico no campo da Nova Geografia Cultural e Humanista. Conforme Silva (2019), questões culturais já integram a geografia desde o século XVIII, quando do início desta disciplina, permanecendo durante o século XIX, momento em que se dá sua constituição como ciência moderna pelo resultado das Grandes Navegações.

Posteriormente, o conceito de cultura é expandido graças ao diálogo com outras áreas do conhecimento: Antropologia, Sociologia, Psicologia e Filosofia. Em virtude dos avanços tecnológicos decorrentes da comunicação e acesso à informação, a disciplina terá intensas transformações.

A chamada Nova Geografia Cultural é influenciada pela releitura dos estudos de Carl Sauer, da Escola de Berkeley, realizado por Denis Cosgrove (1948-2008), resultando numa aproximação de conceitos humanistas e marxistas, para uma nova compreensão de valores, contidos nas paisagens. Sarde Neto & Malanski (2016).

Ao contrário de Sauer, Cosgrove não via a paisagem pela perspectiva da morfologia, mas dos significados, pois estava impregnada de símbolos. Silva (2019).

Cumprir destacar as contribuições de pesquisadores da Escola de Birmingham, conforme Sahr (2003), apud Medeiros (2017), ao lembrar os trabalhos de Raymond Williams, Richard Hogaitt, E.P. Thompson e Stuart Hall, durante a década de 1980.

Enquanto na França, conforme o autor citado: Roland Barthes, Jacques Derrida, Jean-Francois Lyotard, Jean Baudrillard, Gilles Deleuze e Felix Guattari, contribuem com o estruturalismo semiótico e o pós-estruturalismo.

Para Sarde Neto e Malanski (2016), destaca-se igualmente a aproximação da história e do idealismo por parte dos geógrafos humanistas, Richard Harris (1952-) e Leonard Guelke, no intuito de compreender a ação humana conforme o pensamento racional.

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

Destaca-se também, a influência da fenomenologia expressa em autores humanistas como Edward Relph (1944-), J. Nicholas Entrikin (1947-), e o sino-americano YU-Fu Tuan (1930).

Para Claval (1997), (apud SARDE NETO e MALANSKI, 2016), as Geografias Cultural e Humanista direcionaram seu olhar para as experiências das pessoas na terra, natureza e ambiente em geral, sendo três as principais dimensões de análise:

- A) Dimensão Cultural: que parte de sensações e representações humanas, utilizando como fundamento a corporeidade, isto é, o movimento corporal e a existência direta no espaço;
- B) Dimensão Coletiva: relacionada à cultura com base na comunicação;
- C) Dimensão Individual: que relaciona a cultura como forjadora de identidades;(SARDE NETTO e MALNSKI, 2016, p. 60-61)

Por fim, a noção de Representações Sociais de Serge Moscovici (1925-2014), embasado em E. Durkheim (1858-1917) e de Pierre Bourdieu (1930-2002) no campo das Ciências Sociais. Trata-se das relações dos representantes de um grupo estudando sua forma de atuar perante sua realidade cotidiana e maneiras de interpretar e simbolizar o mundo. Sarde Neto e Malanski (2016) fornece elementos para o estudo dos grupos de adeptos das crenças aqui analisadas.

A TERRA É PLANA?

Entre as principais ideias defendidas neste imaginário, temos que: a terra seria plana e redonda, recoberta por um domo celeste, a distância entre o sol (que seria do mesmo tamanho da lua) e a terra é de apenas 700 milhas, o espaço sideral não existe sendo conspiração da agência espacial norte-americana (NASA), a gravidade não existe sendo que os corpos são atraídos por sua densidade, os satélites são uma fabricação fictícia, o polo Sul não existe e ao redor da terra existe uma muralha de gelo onde ninguém pode ter acesso, e tudo ocultado por governos capachos de uma elite responsável por ditar as regras do mundo: A Nova Ordem (OLIVEIRA, 2019).

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

Não raras vezes existem variações nos acordos “secretos” (grifo do autor) comandados por: Maçonaria, Illuminatis, Judeus, CIA, FBI, NSA, Rotchild, Vaticano, que conforme o detrator aparecem em um conluio tripartite como declara Mark Sargent no documentário: *Behind The Curve* (2008).

Nem o Terraplanismo, nem as teorias de conspiração¹⁷, são novidades em termos destes grupos que se destacam pela negação da ciência aceita. O que muda é a possibilidade de acesso e popularização a informações veiculadas nas redes sociais, como meio inclusive, de divulgação e articulação desses movimentos, possibilitando a organização de encontros organizados como no caso da Conferência Internacional de 2017 ocorrida em Raleigh, na Carolina do Norte (EUA).

Além da troca de informações, observa-se outros interesses como a venda de inúmeros objetos: camisetas, souvenirs, modelos em 3d de mapa da terra plana, livros, mapas, enfim, existe todo um apelo comercial que está presente, neste universo da comunidade terraplanista.

SOBRE O FORMATO E A CARTOGRAFIA DO PLANETA

O Planeta Terra, para efeitos referenciais na cartografia, é um elipsóide de revolução, girando sobre um eixo imaginário e translação em órbita elíptica ao redor do sol (modelo heliocêntrico). Assim determinam-se, o ciclo dia/noite e estações do ano, como consequência direta destes movimentos (SILVEIRA, 2017; BOCZKO, 1998).

Segundo Silveira (2017), já temos indícios do conhecimento da quase esfericidade do planeta na Grécia Antiga com Pitágoras (570a.C.- 495a.C.). Platão (427 a.C-347 a.C) alega que Sócrates ao discorrer sobre a imortalidade da alma em seu último dia de vida, afirma estar convencido do formato esférico.

¹⁷ Este trabalho está sendo redigido em plena Pandemia do Covid 19 e a teoria de conspiração mais recente, diz que a disseminação do Coronavírus se dá em função das antenas de tecnologia 5G.

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

Platão (2008) apud, Rocha (2017, p.106). Aristóteles (384 a.C-322 a.C), discípulo de Platão, afirmar categoricamente que a terra é esférica. Aristóteles (2014, p. 143). O experimento realizado por Eratóstenes (276 a.C- 194a.C) no século III, onde se faz por primeira vez a determinação da circunferência da terra.

Para tanto, ele fez colocar uma estaca vertical ao terreno em Siena e outra em Alexandria, observando que se ao meio-dia de 21 de junho a primeira não apresentava sombra, o mesmo já não ocorria em Alexandria. Os raios solares ali projetavam uma sombra, de posse destes dados e mais a distância aproximada entre as cidades concluirá com certo grau de precisão à distância de 46.250.000m (próximos aos 41.700km reais) (ESTÊVES, 2015).

No que se refere Idade Média, Estêvez (2015) menciona a cartografia do período e cita Fitz (2000), fazendo alusão à crença na ideia de uma terra plana, e a constante presença de monstros marinhos e abismos nas cartas da época. Para Silveira (2017), a crença no formato global na Europa é predominante mesmo antes da Igreja Católica absorver o Aristotelismo pelas mãos de Tomás de Aquino (1225 – 1274), dando como exemplo a estátua de Carlos Magno empunhando o globo terrestre com uma cruz, como representação de seu poder.

Figura 1 Carlos Magno



FONTE: Museu do Louvre

Garwood (2007) comenta a ideia da crença em uma terra plana durante a Idade Média, foi uma construção de narrativa dos pensadores iluministas e mais tarde, os positivistas que tomam por base dois autores cometendo uma generalização:

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

Embora muitos escritores do período patrístico (primeiro ao oitavo século) tenham argumentado a favor de uma terra plana, Lactâncio e Cosmas foram mantidos como pensadores medievais típicos por escritores racionalistas vitorianos que, como filósofos radicais, se baseavam na marginalização da crença religiosa, como prejudicial ao progresso da verdade científica. A partir do século XIX, Lactanius e Cosmas foram designados partes principais em relatos alegando que as pessoas medievais educadas acreditavam que a Terra era plana. Essas duas figuras obscuras eram a 'prova' de que a Igreja primitiva havia estrangulado o progresso científico em um período crítico, um crime que só estava sendo corrigido posteriormente (GARWOOD, 2007 p.21).

De maneira correlata, Rocha (2017), chama a atenção para livros de geodésia ou cartografia que de maneira semelhante à Estevez (2015) sem comprometer seu caráter técnico nestes campos, acabam equivocando-se em relação a uma predominância total do Terraplanismo no medievo: Baker (1965), Strathern (1996), Hawking e Mlodinow (2005) e Friedman (2007). Ao mesmo tempo que compartilha da visão de Garwood (2007):

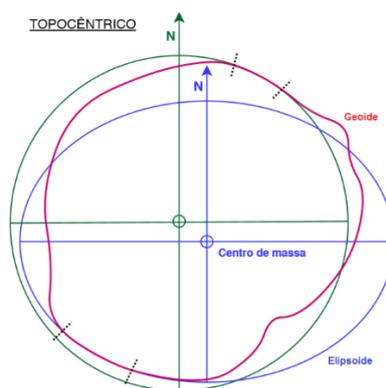
No século XV, entre o final da Idade Média, e o começo da Idade Moderna, iniciou-se um movimento de supervalorização do homem feita por humanistas. Entretanto no século XVIII, com o Iluminismo, o recorte da História em três Idades, Antiga, Média e Moderna, como um recurso ideológico se consolida, afinal iluminar pressupõe uma escuridão anterior (ROCHA, 2017, p. 104).

De forma irregular, e difícil representação cartográfica, portanto, foi necessário um paliativo para fins de atenuar o problema. Tal solução será proposta por K. Gauss (1777-1855), matemático alemão, conforme Estêves (2015), que trará o conceito "geóide" para simplificar a representação da superfície real do planeta. Geóide, portanto, viria a ser:

(...) a definição mais próxima da forma da superfície da Terra ao nível do mar, sendo considerada sua continuidade sob as porções de terra, eliminando-se os efeitos das ondas, dos ventos, das correntes e das marés (...) mais precisamente geóide é uma superfície equipotencial do campo de gravidade, ou seja, sobre essa superfície o potencial gravidade é constante, coincidindo, portanto, com uma superfície de equilíbrio de massas de água (IBGE, 2015, apud. ESTÊVEZ, 2015, p.31).

Entretanto, esta representação ainda apresentava características físicas complexas tais, como: a irregular distribuição das massas na Terra e ação de forças gravitacionais e de rotação do planeta, impedindo a representação com a precisão desejada, e assim, fez-se necessária a busca de uma figura geométrica mais adequada que permitisse conforme Estêvez (2015) a realização de cálculos relacionados com medições sobre a superfície da terra.

Figura 2 Referencial Geodésico, adaptado



FONTE: (IBGE, 2019)

O resultado vem pelas mãos do astrônomo francês Jean Richer que no Séc. XVIII, na figura matemática correspondente a um elipsóide (figura gerada pela rotação e uma elipse em torno de um eixo). A ideia de uma esfera irregular está presente nas mecânicas de R. Descartes (séc. XVII) e Isaac Newton (séc. XVIII) diferenciando-se que a primeira acreditava em um formato alongado nos polos e a segunda (newtoniana) condizente com o formato aceito nos dias de hoje (maior raio equatorial e achatamento nos polos).

Esta configuração ainda conforme Silveira (2017), devido as expedições francesas a mando de Luís XV, corrobora a tese newtoniana a partir do retorno da expedição sul americana a conduzida por Charles-Marie de La Condamine (1701-1774) em 1774, após aferir as medidas em Quito, sustentando que o raio polar era inferior 33 km em relação ao raio equatorial. Com uma diferença de 26 km entre os dois eixos.

O TERRAPLANISMO

Com as Grandes Navegações da Idade Moderna, temos um período de aparentemente declínio, o Terraplanismo tem seu ressurgimento no Século XIX, na Inglaterra; segundo aponta Silveira (2017) creditado em um livro escrito em 1865 escrito por Parallax, pseudônimo de Samuel B. Rowbothan (1816-1885): “*Astronomia Zetética*¹⁸: *A terra não é um globo!*”.

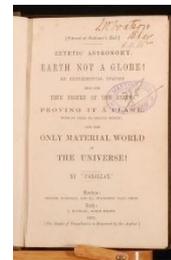
As ideias terraplanistas migram para outros países, como, por exemplo, Estados Unidos onde é fundada a Sociedade Zetética de Nova York (*New York Zetetic Society – NYZS*) em 1873, por George Devey Phd.

Figura 3 Samuel B. Rowbothan



FONTE: Periegeia.org

Figura 4 Livro: Terra não é um Globo



FONTE: rookebooks.com

Se observa uma mentalidade religiosa vinculada nestes movimentos, por ocasião da criação da comunidade de Zion, no estado norte-americano de Illinois em 1895, pelo reverendo, John A. Dowie, da Igreja Apostólica Cristã, e liderada a partir de 1914 por Wilbur Glen Voliva, que a conduz com mão de ferro até sua morte em 1969 (GARWOOD, 2007; SHADEWALD, 2015).

É interessante que salientar que a associação de ideias referentes ao formato da terra está associada a vários grupos não raras vezes, baseados em interpretação literal da bíblia, não obstante, a existência de sociedades com certa divergência, onde também são postulados o geocentrismo e o criacionismo.

A ideia de uma terra fixa no universo conforme Shadewald (2015) estaria inserida essencialmente nas interpretações das seguintes passagens bíblicas:

¹⁸ Zetético vem do grego *Zeteo* (no caso, pesquisar/examinar)

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

I Crônicas 16:30 “Ele firmou o mundo para que não se abale”;
Salmo 93:1 “Firmou o mundo, que não vacila”;
Salmo 96: 10 “Ele firmou o mundo, para que não se abale”;
Salmo 104:5 “Lançaste os fundamentos da terra, para que ela não vacile em tempo algum”;
Isaías 45:18 “o Deus que formou a terra, que a fez e a estabeleceu”
(BÍBLIA ANTIGO TESTAMENTO).

O que se pode afirmar é que esta cosmovisão de terra plana se mantém ativas graças grupos que encontram respaldo na literacia bíblica, característica recorrente até seu reaparecimento na contemporaneidade. Não obstante, aliadas às tentativas de impor aos currículos escolares, em pé de igualdade com as teorias científicas referendadas, conforme Shermer (2011, p.190).

Em 1956, nos Estados Unidos, no Estado da Califórnia temos a fundação da Sociedade Internacional da Terra Plana, por Samuel Shelton e Charles Jonhson, na o que irá marcar o período. Albuquerque e Quinan (2019), Pivaro (2019), afirmam que os fundadores transformam a *Flath Earth Society* em sociedade secular baseada nas “evidências” factuais.

Figura 5 Logo Sociedade da Terra Plana



FONTE: The Flat Earth Wiki

Este período de laicização também coincide com o auge da então chamada “Guerra Fria” entre as duas superpotências da época: Estados Unidos e União Soviética, permeado entre outras disputas pela “Corrida Lunar” resultando em 1969, no pouso sobre a superfície do satélite por uma cápsula tripulada norte-americana: Apolo 11.

Não obstante, a negação veemente por parte dos terraplanistas mais proeminentes, Charles Jonhson, atribuía a conquista lunar a uma farsa

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

hollywoodiana, perpetrada por assim dizer pela agência aeroespacial americana: NASA¹⁹, estando esta imbuída de ocultar a “verdade” do público em geral.

As Teorias de Conspiração, não são oriundas deste período, sendo percebida no período revolucionário francês, Girardet (1987, apud AZARIAS, 2015, p.47), sendo atribuída a ação de sociedades secretas como: Illuminati e Maçonaria²⁰, para fins de desestabilização política: Albuquerque e Quinan (2019, p.87). Já o termo “Teorias da Conspiração”, seria posterior, aproximadamente 1960, Oliveira (2019, p.4), estando relacionado às versões alternativas do assassinato do presidente americano John F. Kennedy, assassinado em Dallas, Texas naquele mesmo ano. A autora, elenca outros fatos que geram descrença tanto nas instituições públicas, como versões oficiais: a Guerra do Vietnã e o posterior caso Watergate, que conduz ao impedimento do presidente R. Nixon.

Figura 6 Logo NASA



FONTE: NASA

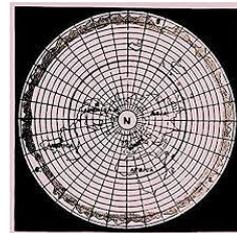
Earth Wiki

Figura 7 Logo ONU



FONTE: ONU

Figura 8 Mapa S.B. Rowbothan



FONTE: The Flat

No período de transição do século anterior e início do atual, aparece como grande marco, o impacto causado pela revolução informacional, que possibilitou o surgimento do computador pessoal e consequentemente a internet. Entre os inúmeros desdobramentos que impactaram a sociedade, a globalização, a

¹⁹ Outra teoria de conspiração atribui vínculos da NASA, com o Nacional Socialismo Alemão (Nazismo), pelo fato de o Cientista Ernst Von Braun haver sido cooptado para integrar a equipe de cientistas no pós-guerra.

²⁰ Aristóteles, Pitágoras, Galileu, Copérnico, Newton, são frequentemente acusados de pertencer a grupos da maçonaria, ou da Nova Ordem Mundial, para fins controle da humanidade a partir de um pequeno grupo. Albuquerque e Quinan (2019).

velocidade das informações e o surgimento das redes sociais estão imbricados nesta nova realidade.

Valle (2019), nos chama a atenção ao recordar que a internet não se limita a criar canais de comunicação, mas utiliza algoritmos²¹ de simulação de inteligência artificial com o uso de robôs (*bots*), uso de informações pessoais para mapear tendências de mercado, colabora na produção de pós-verdades²² e informações falsas, criando representações populares baseados nestas demandas, influenciando as pessoas a partir do “ciberespaço”. Sendo este, conforme Gibson (1993, apud Vale, 2019, p.2515): “uma alucinação consensual experimentada diariamente por milhões de operadores em cada nação, uma representação gráfica de dados abstraídos dos bancos de cada computador no sistema humano”.

POR QUE RESSURGE?

Neste ambiente virtual, conforme Albuquerque e Quinan (2019), a *internet* permite através de plataformas como o *YouTube*, a produção e compartilhamento de vídeos por qualquer pessoa, onde aparenta pouca mediação e gera no senso comum uma aparência de espaço “mais democrático para se acessar a verdade” Aupers (2012), apud Albuquerque e Quinan (2019, p.90).

Como qualquer pessoa pode ter seu canal, e sendo esta plataforma a que monopoliza a grande mídia conforme estes autores, a publicidade comercial ao se fazer presente, gera uma monetização aos proprietários, muitos deles em

²¹Algoritmo enquanto ampliação de Inteligência Artificial (IA). Com base em seu uso cotidiano das redes sociais, o algoritmo cria um círculo de interesses direcionados a você, de acordo com o conteúdo que você compartilha, *i.e.*, com sua intenção. Assim nos chamados *feeds*, aparece aquilo que mais tem a ver com você, com o que o algoritmo acredita que seja de seu gosto. Silva (2019).

²²Oxford English Dictionary (2016), a expressão *pos-truth*, (pós-verdade) significa adjetivo relacionado com circunstâncias onde fatos objetivos pesam menos na formação da opinião pública comparados aos apelos por emoções/crenças pessoais.

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

termos atuais, chamados influenciadores digitais (*youtubers*) que são formadores populares de opinião.

Decorre daí, que nesta categoria de adeptos, (alguns com inúmeras visualizações, e pessoas inscritas em seus respectivos canais) estão sujeitos a extrair vantagens econômicas a partir da produção e distribuição de seus respectivos conteúdos (monetização), em que pese o rigor científico questionável do material veiculado.

Com este abalo sistemático no monopólio das comunicações decorrente da *internet* como do surgimento da televisão a cabo, plataformas como tanto para a produção/distribuição de informações como *YouTube, Facebook, Twitter, Instagram* ou a distribuição: *Netflix, My Family*, o surgimento de documentários visando audiência, e muitas vezes espalhando conteúdos duvidosos, torna-se natural. Com inúmeros programas aplicativos capazes de edição de vídeos, alterações de imagens, torna-se muito fácil a manipulação das informações para fins diversos, em que pese a quantidade veiculada ser infinitamente superior a capacidade de crítica do grande público.

Valle (2019) nos chama a atenção para a geração dos nativos digitais (nascidos a partir de 2000), que começam a se tornarem a maior população adulta do mundo todo e cresceram acreditando que todas as respostas estão em “nuvens virtuais”, nos fóruns virtuais, sujeitos a uma alteração, nas suas percepções do mundo concreto.

É interessante que se diga, que além do *Youtube*, outros espaços virtuais como o *Facebook, Instagram, Twitter, Spoty Fy*, igualmente utilizam-se de algoritmos para direcionar “assuntos de interesse” sugerindo páginas que supostamente seriam do agrado do usuário. Por exemplo, em uma linha do tempo de um perfil pessoal do *Facebook* o que é veiculado a um usuário necessariamente não o é para outro, ainda assim gera-se a falsa impressão de que determinados conteúdos estão sendo amplamente divulgados (viralizados), quando na verdade são compartilhados por um número mais restrito de usuários com determinadas características comportamentais.

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

Desta forma, reforçar comportamentos (em termos behavioristas), buscar possíveis novos adeptos do Terraplanismo como prever qual abordagem poderia transformar o usuário em um possível eleitor, ou induzir um comportamento desejado não faria muita diferença, como demonstram outros documentários recentes: Privacidade Hackeada (2019) e O Dilema das Redes (2020).

Enfim, pessoas que de fato se interessam ou poderiam vir a se interessar na crença de uma terra plana, estariam sendo bombardeadas via inteligência artificial (IA), em seus perfis de acesso continuamente com uma carga de sugestões visando direcionar ou até mesmo tutelar suas ações. Portanto, a hipótese principal que levantamos para a permanência do Terraplanismo no ambiente virtual, seria o resultado dos algoritmos agindo direta e indiretamente sobre os usuários.

Outra possibilidade estaria na crise epistemológica já percebida que ocorre na academia em meio a uma descrença tanto nas instituições como na ciência devido ao seu alijamento do grande público, Perpétuo (2019), possibilitando um avanço significativo das pseudociências, ao mesmo tempo que ressurge uma agenda conservadora de direita em nível mundial, uma vez que esta crise epistêmica se relaciona com a perda de confiança nas instituições para uma crença individual, baseada em convicções pessoais. OLIVEIRA (2019).

Uma última interpretação destes fenômenos residiria no excesso de informação sem criticidade adequada combinado com uma crise desta vez diretamente relacionada à educação nas escolas, uma vez que existiria uma dificuldade em relacionar o que é aprendido dentro das escolas com sua aplicabilidade no mundo fora dela, em um processo chamado encapsulação da aprendizagem escolar. Engeströn (2002, apud PIVARO, 2019).

TERRAPLANISMO NO BRASIL

Conforme pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha (2017) existe um percentual de 7% da população do Brasil que acredita que a terra é plana. Foram entrevistadas 2.086 pessoas maiores de 16 anos em 103 cidades, gerando uma estimativa de aproximadamente 11 milhões de brasileiros.

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

A pesquisa também mostrou que existe uma tendência a pessoas abaixo de 25 anos, totalizando 7% crerem na Terra Plana, caindo o número para 4% entre 35 e 44 anos. Existe um aumento nesta crença entre as pessoas na acima dos 60 anos, 11%.

O Terraplanismo começa a ganhar mais fôlego, com a simpatia de certas ideias veiculadas no Canal Ciência e Verdade do Prof. Dr. Afonso Vasconcelos, que à época, atuava como docente na Universidade de São Paulo (USP) e produziu alguns vídeos na Plataforma *YouTube*, dando um certo respaldo com sua titulação²³ regular.

Outro fato notório que popularizou no Brasil, o Terraplanismo, reside em uma postagem feita no *Twitter*, pelo escritor Olavo de Carvalho. Cumpre salientar que este polêmico autor exerce notória influência sobre o atual governante do país o Presidente Jair M. Bolsonaro, que em mais de uma ocasião aceitou indicações do autor mencionado para ocupar cargos no chamado primeiro escalão do Governo²⁴.

Figura 9 Mensagem postada no *Twitter* por O. de Carvalho



FONTE: Olavo de Carvalho *Twitter* pessoal.

A aparição no Programa de Variedades *The Noite*, da emissora SBT, conduzido pelo apresentador Danilo Gentili do dia: 29 /10 /19, trouxe a entrevista de um grupo de defensores da concepção de uma Terra Plana. Por tratar-se de um programa em rede aberta, ainda que pautado por entrevistas exóticas, deu

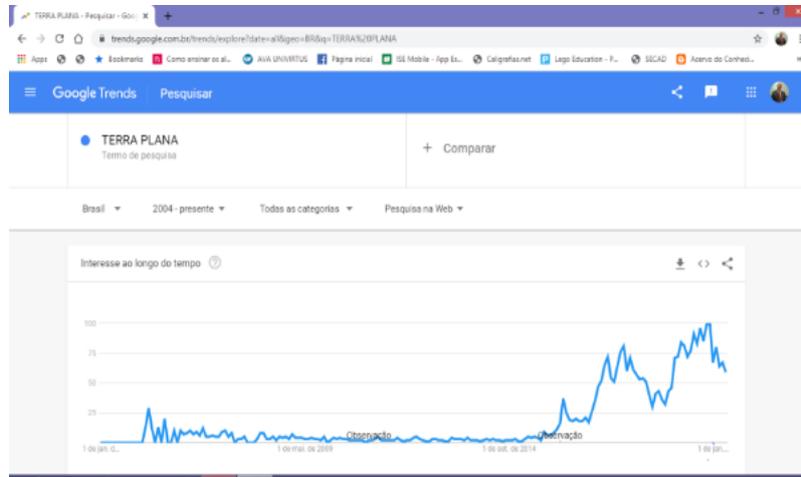
²³ Vide: O Poder Simbólico do sociólogo Pierre Bourdieu (1989).

²⁴Respectivamente: Min. Educação, Sec. Esp. Direitos Humanos, Chancelaria de Relações internacionais.

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

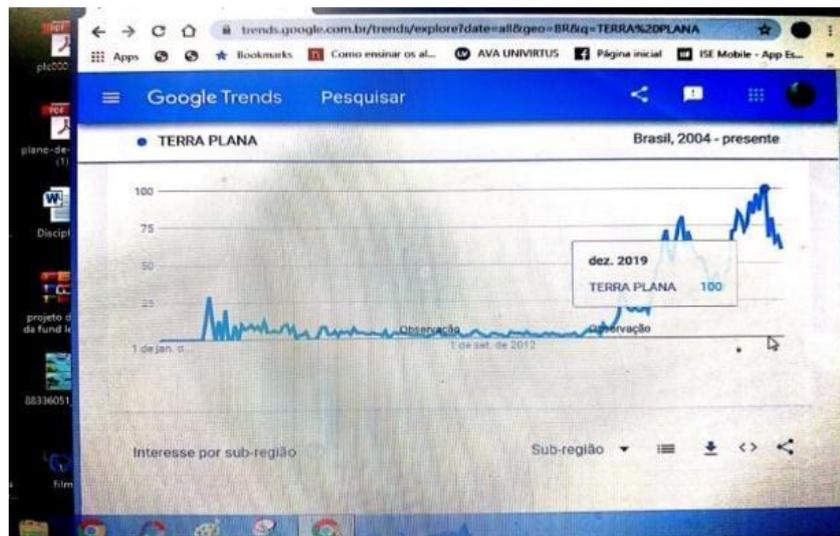
enorme visibilidade ao movimento, onde além de explanar suas ideias, estavam divulgando o primeiro congresso a ser realizado no Brasil.

Figura 10 Pico de buscas Terra Plana



FONTE: Captura de tela. Google Trends Brasil 2020

Figura 11 Detalhamento do Período



FONTE: Captura de Tela. Google Trends Brasil 2020

1ª Flat Con SP 2019

A realização da 1ª Flat Con Brasil (Convenção da Terra Plana) em SP, em 2019, evento que prometia ser além do precursor, o maior já realizado até o momento visando a superar o evento dos Estados Unidos, é uma mostra do crescente movimento no Brasil.

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

Apesar da divulgação feita e do empenho de sua organização, existiram alguns incidentes que obrigaram a organização do evento a adotar soluções de última hora, alterando o quadro de palestrantes.

Figura 12 Cartaz 1ª FLAT CON



FONTE: FLAT CON BRASIL

Figura 13 Cartaz FLAT CON



FONTE: TERRA PLANA BRASIL

Sua realização ocorreu no Teatro Liberdade em SP, em um prédio localizado defronte e pertencente a maior loja maçônica da cidade. Só este fato em si, causou desistência de muitos participantes do evento, além da decisão de revelar o local do evento apenas 24 h antes de sua realização.

A rejeição do local pelo simples fato de pertencer a uma sociedade como a maçonaria, mostra o caráter de um fundamentalismo religioso, contraditório, pois oficialmente, o movimento terraplanista é secular.

Nas palestras realizadas, percebe-se nas falas uma retórica muito comum em algumas religiões neo-pentecostais, contendo louvores, e referências aos demais como: *irmãos*, enfim, para quem assiste as apresentações em determinado momento, parece participar de um culto onde o Terraplanismo passa a ser visto por alguns como uma missão divina salvacionista.

Boa parte das explanações feitas pelos oradores em sua maioria sem formação acadêmica, restringiam-se a opiniões pessoais ou afirmações com fontes pouco confiáveis, quando não, inexistentes. Cumpre salientar que tais palestras ainda se encontram disponibilizadas no sítio do evento, as quais os *links* constarão nas referências deste trabalho.

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

Entre as principais ideias defendidas no encontro nos estão: a ausência do Polo Sul, sendo a Antártida, uma imensa parede de gelo que supostamente circunda toda a superfície da Terra, vedado o seu acesso para curiosos conforme o Tratado da Antártida de 1959; a ausência da força da gravidade, sendo a densidade que atrairia os corpos; Lua teria apenas 51,5 Km e a 5mil km do chão; Sol do mesmo tamanho da lua e na mesma altitude; Polo Norte abrigaria uma montanha magnética responsável por atrair as agulhas das bússolas; Acima da Terra existe uma superfície que isolaria o planeta do resto, o Domo Celeste, Estrelas seriam como lâmpadas a poucos milhares de km da Terra; A ONU teria copiado o mapa-múndi terraplanista (uma projeção azimutal), a presença nas falas de um “Eles não querem que você saiba”, só que sem nenhuma prova substancial e nem um esclarecimento pontual do quem seriam os “Eles” (SIDHARTA, CHAIBUB, 2019).

TERRAPLANILSONS X GLOBALÓIDES

Utilizando-se dos mesmos meios de divulgação, aparecem nas redes sociais alguns canais de oposição a estes movimentos, protagonizados por cientistas dispostos a desmistificar toda a pseudociência e desinformação veiculada na *Internet*.

As expressões acima são decorrentes de maneiras de referirem-se aos grupos antagonistas, e foram recolhidas durante o acompanhamento de ambos os canais, que realizam vídeos-resposta (*reacts*), bem como entrevistas (*lives*) que contém na sua totalidade espaço para comentários, onde ficam claras as posições de ambos os lados, não raramente com ofensas.

O acompanhamento dos vídeos-resposta protagonizados por cientistas formais revela entre outras coisas a identificação de dois distintos grupos: um deles formados em sua essência por “cientistas populares” que mantém seus canais de divulgação de experimentos de qualidade duvidosa, e imbuídos em “descobrir a verdade oculta” pelos interesses de alguns grupos de poder como

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

descrito anteriormente. Sua característica apesar de um aparente ceticismo religioso, se contrasta com sua crença em teorias de conspiração.

O segundo grupo, identificado historicamente como responsável pela sobrevivência do ideário terraplanista, também se faz notar em canais na plataforma do *YouTube*, como em algumas palestras realizadas no encontro (Flat Com/SP 2019). Caracteriza-se por uma postura e fala inerentes a membros de comunidades religiosas, e atribuem a geomorfologia do planeta Terra e sua posição como Centro do Universo, segundo obra de um ente superior.

Nota-se a presença de elementos dotados de titulação acadêmica entre os adeptos do Terraplanismo: Prof. Afonso Vasconcelos (geólogo ex-USP); e a influenciadora digital: Débora G. Barbosa que detém um título de mestrado no Reino Unido e um canal no *YouTube* com expressivo número de seguidores.

Como muitos canais não se dedicam com exclusividade ao Terraplanismo é comum haver uma variedade enorme no campo das teorias de conspiração, ou apologias religiosas, venda de cursos entre outros assuntos gerando um número expressivo de seguidores e compartilhamentos de vídeos, que como já dito, pode gerar monetização ao proprietário e produtor dos canais.

Devido a esta variedade, cientistas de áreas distintas (física, astronomia, biologia, matemática) dedicam boa parte de seu tempo a refutar os conteúdos veiculados buscando desconstruir colocações equivocadas.

A seguir, lista-se alguns canais que se dedicam a combater as pseudociências pautando-se pela sólida argumentação com base científica:

- **Café e Ciência** - Felipe Hime (90,5 mil inscritos) Disponível on-line em: <https://www.youtube.com/channel/UCdFNjuQaNP4oRbWPPwZE7Lw> <acesso em 19/05/20>
- **DinoCast** - Dino Cesar (9,63 inscritos) Disponível on-line em: https://www.youtube.com/channel/UCJX4v2xaPsHpw_IC_7z6n5g/featured <acesso em 19/20/20>
- **Espartanos da Ciência** – Biólogo Henrique (53,6 ,mil inscritos) Disponível on-line em: <https://www.youtube.com/channel/UCxSbDO-AmDA9xSDd3Numjsmg> <acesso em: 19/05/20>

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

- **Física e Afins** – Gabriela Bailas (104 mil inscritos) <https://www.youtube.com/channel/UCmiptCNI7GR1P0H6bp9y0IQ> Disponível on-line em: <acesso em 19/05/20>
- **Física Livre** – Prof. Felipe Menegotto (32,1 mil inscritos) Disponível on-line em: <https://www.youtube.com/user/OmegaFisico> <acesso em 19/05/20>
- **O Turista** – Caio Gomes (180 mil inscritos) Disponível on-line em: https://www.youtube.com/channel/UCV8ZgEjwdNnZC4_FJtdDFCg <acesso em 19/05/20>

Os canais listados acima, se comparados aos seus antagônicos que defendem as pseudociências perdem de longe em número de seguidores, mas a sua existência é fundamental para fazer o contraponto com material divulgado no *Youtube* de conteúdo duvidoso.

Há uma diferença enorme entre quem possui uma dissonância cognitiva ou de fato ignora o que está produzindo, de pessoas que possuem o conhecimento, mas atuam como autênticos charlatães, visando exclusivamente o interesse monetário da veiculação de seus canais.

Alguns experimentos tidos como bizarros (fig.14), uma vez que utilizam metodologia e interpretações equivocadas e que inevitavelmente conduzirão a erros são demonstrados e divulgados amplamente nas redes sociais.

O astrofísico Felipe Hime, afirma em um de seus vídeos-resposta, a hipótese destes “cientistas” populares estarem agindo, além do óbvio interesse em monetização do *Youtube*, também sob o efeito Dunning-Kruger²⁵, qual seja, falam com absoluta segurança de temas, os quais, não possuem os mínimos conhecimentos necessários. Seu despreparo é tal, que sequer ignoram que ignoram.

²⁵O mecanismo da ilusão de superioridade foi demonstrado numa série de experiências realizadas pelos psicólogos sociais: J. Kruger e D. Dunning, fonte: Wikipédia.

Fig.14"Experimento" de Curvatura da Terra



FONTE: Captura de Tela. Youtube

Figura 15 Domo Celeste



FONTE: Google Images

Um exemplo de consequência do ideário terraplanista no contexto educacional no Brasil

Como já afirmado, este trabalho está sendo redigido em plena época da pandemia do Covid 19, fenômeno que abalou profundamente o cotidiano das pessoas em todos os níveis possíveis.

No que se refere a inicial e posterior manutenção das atividades escolares a *Internet* tornou-se ferramenta paliativa fundamental para que as aulas não fossem de todo interrompidas, utilizando-se da formação continuada de professores em praticamente esforço de guerra, em termos de letramento digital, ao mesmo tempo em que nas escolas de educação básica o apoio familiar foi constantemente solicitado para a conclusão das tarefas postadas pelos professores direcionadas aos alunos.

Evidentemente que quanto menor o aluno, mais necessita da tutela familiar; o caso específico que aqui é exemplificado alude à postura de uma mãe notoriamente adepta ao movimento terraplanista, onde deixa claro seu posicionamento de fundamentalismo religioso ao desqualificar claramente os conhecimentos do professor acusando-o de faltar com a verdade em uma atividade de geografia onde são observadas as considerações da mãe do aluno quer em postagem de mensagem no *Facebook*, quer nas anotações feitas à mão na folha de exercícios.

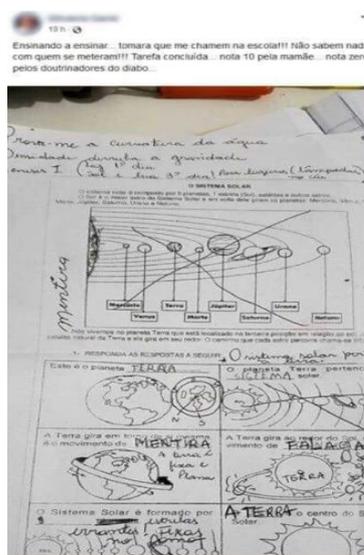
Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

Fica expressa sua crença em uma geomorfologia plana do Planeta Terra, ao mesmo tempo em que afirma sua crença no heliocentrismo, atribuindo uma nota máxima a seu filho, e acusando os educadores de “doutrinadores do diabo” (sic).

Não satisfeita ainda expressa seu desejo de ser chamada à escola para vias de confronto, onde evidentemente desejaria impor suas convicções de maneira muito pouco amigável.

É notório seu posicionamento radical, com base em uma interpretação bíblica de caráter duvidoso, tal como seu poder de autocrítica onde pretende “ensinar os professores a ensinar” conforme suas próprias palavras, num caso claro de efeito Dunning-Kruger.²⁶

Figura 16 Devolutiva de trabalho escolar de Geografia por mãe de aluno



FONTE: Captura de tela Facebook

²⁶Situação em que as pessoas opinam com convicção sobre assuntos que desconhecem em profundidade, oriundo de estudos de Psicologia Social dos Drs. Justin Kruger e David Dunning, da Universidade de Cornell, publicado no *Journal of Personality and Social Psychology*, em 1999.

Como este trabalho visa a conclusão do Curso de Segunda Licenciatura em Geografia, o exemplo acima relaciona-se diretamente no entender do autor, com este campo do conhecimento. Alerta-se para uma possível grave consequência da permanência em termos atuais, do imaginário terraplanista divulgado via redes sociais, e porque não dizer, antipedagógicos no ensino de uma *Geografia do Absurdo*.

METODOLOGIA

Na construção deste trabalho, deu-se o início a escolha do tema, o interesse e a delimitação do problema a ser pesquisado. Após, fez-se um estudo bibliográfico no qual contempla as concepções sobre o assunto em pauta.

A partir desse estudo, encontram-se ideias relevantes dos autores quanto ao tema, permitindo um olhar reflexivo, bem como uma contribuição para a formação do geógrafo.

Quanto à natureza ou abordagem do problema deste trabalho, deu-se através de aspecto qualitativo. Em relação aos objetivos deste trabalho, deu-se a partir do aspecto exploratório que, de acordo com Gil (2008, p.27) diz:

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso.

Partiu-se de referências históricas para interpretar o surgimento do imaginário sobre o aspecto geomorfológico do planeta, e o atual reaparecimento, no Brasil, da concepção de uma terra plana.

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

Concomitantemente, realizou-se a busca de informações em alguns canais da plataforma *YouTube*²⁷, com acompanhamento do material divulgado, discussões dos temas em sessões chamadas *lives* e acompanhamento dos chamados *chats* qual, seja, comentários das pessoas que estão assistindo os materiais em questão.

As palestras da 1ª Flat Con, foram assistidas *in totum*, para propiciar uma melhor interpretação do contexto no qual se deu a convenção possibilitando uma maior familiarização com os conteúdos ali divulgados.

Foi igualmente utilizado o aplicativo *Google Trends*²⁸ que permite avaliar mediante palavras-chave, as pesquisas realizadas na internet em determinado tempo e espaço. Podendo desta maneira, acompanhar quando e onde o tema Terra Plana, é objeto de consulta no buscador *Google*, com seus resultados expressos em gráficos e tabelas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ressurgimento do Terraplanismo presente nas redes sociais, com inúmeros canais de divulgação de qualidade e critérios de confiabilidade questionáveis, confirma as afirmações do estudo de Perpétuo (2019), da existência de uma crise na academia seguida da necessidade do aumento de divulgação científica de qualidade como solução para o problema existente.

Como possíveis consequências já percebidas desta aversão à academia e a intelectualidade, alinhadas com um sectarismo de literacia bíblica, temos um avanço no campo político de regimes pautados pela intolerância e negacionismo que comungam com os valores semelhantes ao movimento terraplanista que não raras vezes adquire características de seita.

O fenômeno de permanência e adesão de novos membros pertencentes a estas crenças poderia perfeitamente estar vinculado à existência dos

²⁷Observou-se nas páginas da plataforma Youtube, que os donos desses canais, também divulgam suas ideias em outros meios, como: Facebook, Twitter, Instagram e grupos de Whatsapp, entretanto, este trabalho observará somente à primeira delas.

²⁸ Disponível on-line na página do Google.

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

algoritmos da inteligência artificial (IA) que ao mesmo tempo sugerem e direcionam assuntos do interesse do usuário, manipulando-os de certa forma reforçando seus comportamentos e crenças.

As bases argumentativas de teoria conspiracionista do: nós, como salvadores imbuídos de uma missão, os eleitos, contra eles: o mal, um grupo organizado para dominar e causar os malefícios das pessoas de bem que prezam os valores bons, familiares, cristãos etc., encontram-se *pari passu* com os recentes governos pautados por uma ideologia nacionalista em franca oposição ao ideário das sociais democracias que até pouco dominaram o cenário político do mundo ocidental nos últimos 30 anos.

Entre os adeptos a estas ideias, identifica-se claramente dois grupos: o primeiro com bases religiosas que vivencia o Terraplanismo como uma seita, associando o formato do Planeta e sua posição como centro do mundo, criado por um ente superior, conforme interpretações bíblicas de exegese duvidosa.

Um dos efeitos notórios destes grupos reside no exemplo mostrado anteriormente numa postagem de uma mãe no *Facebook* que ao mesmo tempo que questiona o conhecimento dos professores, atribui-se a missão de ter que ensinar os mesmos a exercerem corretamente (na sua visão) o seu ofício, uma vez que estes seriam meramente: “doutrinadores do diabo”.(sic)

Já o segundo grupo estaria formado por “cientistas” populares que advogam o seu direito a “saber a verdade escondida” pelos grupos que supostamente deteriam o poder do mundo e a teriam interesse em manter sigilo, para fins de manutenção de sua hegemonia.

Após a Eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, e Jair Bolsonaro no Brasil, estes reflexos já se fazem sentir no negacionismo do aquecimento global, como plano maquiavélico do governo chinês, e no caso brasileiro salvar o Brasil, “pátria cristã” (ainda que conforme a Constituição Federal, o Estado seja laico), do Comunismo, mesmo que para isso se faça pouco caso dos incêndios ocorridos na Floresta Amazônica, bem como a atual pandemia de Coronavírus (Covid 19) que está vitimando a população mundial, e atribuída a responsabilidade, desta vez pelo então Ministro da Educação, Sr. Abran

Weintraub como: Comunavirus. Ainda no caso brasileiro, conforme nos lembra Albuquerque e Quinan (2019), a simpatia as ideias terraplanistas do autoproclamado filósofo: Olavo de Carvalho, que possui influência sobre o presidente Bolsonaro resultou na escolha de lideranças para cargos do primeiro escalão com capacidade de interferir diretamente nos destinos do país e a glamourização da ignorância, característica de *modus operandi* do fascismo, conforme Stanley (2018), também se fará sentir nos cortes de orçamento nas áreas da educação comprometendo o avanço da pesquisa científica, e conseqüentemente o desenvolvimento do país. Ressalta-se que o presente trabalho se direciona a pensar sobre o ensino da geografia escolar em tempos atuais em meio ao reaparecimento de discursos densos, que põem “em xeque” a ciência em meio a uma pandemia protagonizada pelo vírus COVID-19.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES. **Do Céu**. São Paulo: Edipro, 2014.
- AZARIAS, Wiverson. “Não confie em ninguém”: teorias da conspiração como mitologia política. Alabastro. **Revista eletrônica dos alunos da Escola de Sociologia e Política de São Paulo**. ano 3. v.2, n.6, 2015 pp. 45-51.
- BOCZKO, R. **Conceitos de astronomia**. São Paulo, Ed. Edgar Blücher, 1998.
- ESTÊVEZ, Laura Freire. **Introdução à cartografia: fundamentos e aplicações**. Curitiba, Intersaberes, 2015.
- GARWOOD, Christine. **Flat Earth: The History of an Infamous Idea**. New York, Tomas Dune Books-MacMillan, 2007.
- IBGE. Acesso e uso de dados geoespaciais, in: **Manuais técnicos em geociências n.14**. Rio de Janeiro, IBGE, 2019.
- MEDEIROS, Paulo Cesar. **Epistemologia da Geografia: elementos para apr(e)ender e ensinar a dinâmica do espaço**. Curitiba, Intersaberes, 2017.
- OLIVEIRA, Thaianie. Autoridade Científica Em Tempos de Crise Epistêmica: a circulação de teorias da conspiração nas mídias sociais. **XXVIII Encontro Anual da Compos**. Porto Alegre: PUCRS, junho, 2019.
- PLATÃO. **Diálogos Socráticos III**. São Paulo, Edipro, 2008.
- PERPÉTUO, Cesar H. Zimerer. Crise na academia e avanço das pseudociências: a divulgação científica como tentativa de solução nos EUA. **Temporalidades – Revista de História**. ISSN 1984-6150, ed. 31, v. 11, n.3. setembro/dezembro. Belo Horizonte, UFMG, 2019.
- PIVARO, Gabriela F. A Crença numa terra plana e os ambientes virtuais: identificando relações e construções de conhecimento. **XII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – XII ENPEC**. Natal: Ufrn, junho, 2019.

ROCHA, Carlos Henrique O. A figura da Terra no pensamento medieval europeu. **Revista Brasileira de Geomática**. ISSN 2317-4285. v. 5. n.1, pp. 103- 123. janeiro/março. Curitiba 2017. Disponível on-line em: <https://periodicos.ufpr.edu.br/rbgeo>. <acesso em: 15/01/20>.

SAGAN, Carl. **O mundo assombrado pelos demônios: a ciência vista como uma vela no escuro**. 1ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

SARDE NETO, Emilio & MALANSKI, Lawrence Mayer. **Território, cultura e representação**. Curitiba, Intersaberes, 2016.

SHADEWALD, Robert. **Mundos Próprios: Uma breve história de ideias desorientadas - Criacionismo, Terra-Plana, Golpes de Energia e o Caso Velinovsky**. Bloomington, Xlibris, 2008.

SHERMER, Michael. **Cérebro & Crença**. 3ª ed. São Paulo, JSN Editora, 2012. _____ . **Por que as pessoas acreditam em coisas estranhas: pseudociência, superstição e outras confusões dos nossos tempos**. 1ª ed. São Paulo, JSN Editora, 2011.

SILVEIRA, Fernando Lang da. Sobre o formato da terra. **Revista Física na Escola**. v. 15, pp. 4-14. SBF Sociedade Brasileira de Física, 2017. Disponível on-line em: researchgate.net/publication/317007911_sobre_a_forma_da_terra. <acessado em: 17/04/20 17.49>

STANLEY, Jason. **Como Funciona o Fascismo**. Porto Alegre: LP&M Editores, 2018.

VALLE, Luis Felipe C. Interpretações sobre o espaço geográfico a partir do mundo virtual. **14º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia, Políticas, Linguagens e Trajetórias**. Campinas: Unicamp, 2019.

Documentários

- A TERRA É PLANA (Behind The Curve). Direção: Daniel J. Clark. Produção de: Daniel J. Clark, Caroline Clark, Nick Andert. Estados Unidos. Netflix, 2019, 1h35min. Disponível em: <netflix.com/title/81015076> Acesso em: 20/12/19.

- O DILEMA DAS REDES (The Social Dilema). Direção: Jeff Orlowski. Produção de: Larissa Rodhes. Estados Unidos. Netflix, 2020, 1h33min. Disponível em: <netflix.com/title/81254224> Acesso em: 18/09/20.

- PRIVACIDADE HACKEADA (The Great Hack). Direção: Karin Amer, Jehane Noujaim. Produção de: Karin Amer, Jehane Noujaim, Pedro Koss, Geralyn Dreifous, Judy Korin. Estados Unidos. Netflix, 2019, 2h19min. Disponível em: <netflix.com/title/80117542> Acesso em: 22/09/20.

ANEXOS

1) LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Carlos Magno	6
Figura 2 Referencial Geodésico, adaptado	7
Figura 3 Samuel B. Rowbothan	9
Figura 4 Livro: Terra não é um Globo	8

Figura 5 Logo Sociedade da Terra Plana	10
Figura 6 Logo NASA	11
Figura 7 Logo ONU	11
Figura 8 Mapa S.B. Rowbothan	11
Figura 9 Mensagem postada no <i>Twitter</i> por O. de Carvalho	13
Figura 10 Pico de buscas Terra Plana	14
Figura 11 Detalhamento do Período	14
Figura 12 Cartaz 1ª FLAT COM	16
Figura 13 Cartaz FLAT COM	15
Figura 14 "Experimento" de Curvatura da Terra	19
Figura 15 Domo Celeste	19
Figura 16 Devolutiva de trabalho escolar de Geografia por mãe de aluno	21

2) REFERÊNCIAS DAS ILUSTRAÇÕES

Fig. 1 Carlos Magno.

Disponível on-line em: <https://guiadolouvre.com/o-cetro-de-carlos-v/> <acesso em: 17/05/20>.

Fig.2 Referencial Geodésico, adaptado.

Disponível on-line em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101675.pdf> <acesso em: 17/05/2020>.

Fig.3 Samuel B. Rowbothan.

Disponível on-line em:

https://www.cantab.net/users/michael.behrend/ebooks/PlaneTruth/pages/Chapter_01.html <acesso em 20/04/20>.

Fig.4 Livro: A Terra não é um globo.

Disponível on-line em: http://www.rookebooks.com/product?prod_id=5346 <acesso em: 13/01/20>

Fig.5 Logo Sociedade da Terra Plana.

Disponível on-line em: https://wiki.tfes.org/The_Flat_Earth_Wiki <acesso em: 16/04/20>.

Fig.6 Logo NASA.

Disponível em: <https://www.nasa.gov/audience/forstudents/5-8/features/symbols-of-nasa.html> <acesso em 15/05/20>.

Fig. 7 Logo ONU.

Disponível em: https://toppng.com/onu-vector-logo-download-free-PNG-free-PNG-Images_464446 <acesso em 15/05/20>.

Fig.8 Mapa S.B. Rowbothan.

Disponível em: https://wiki.tfes.org/Flat_Earth_Literature#Earth_Not_a_Globe. <acesso em 16/05/20>.

Fig.9 Mensagem postada no Twitter por O. de Carvalho.

Disponível em: <https://twitter.com/opropriolavo/status/1133838337570217984> <acesso em 19/05/20>.

Fig.10 Pico de buscas Terra Plana.

Disponível em:
<https://trends.google.com.br/trends/explore?date=all&geo=BR&q=%2Fm%2F032dv> <acesso em 19/05/20>.

Fig.11 Detalhamento do Período.

Disponível em:
<https://trends.google.com.br/trends/explore?date=all&geo=BR&q=terra%20plana> <acesso em 19/05/20>.

Fig.12 Cartaz 1ª FLAT COM.

Disponível em:
<https://www.facebook.com/terraplana.brasil/posts/1286378004857937/> <acesso em 18/05/20>.

Fig.13 Cartaz FLAT COM.

Disponível em: <https://epoca.globo.com/guilherme-amado/sao-paulo-terraconvencao-da-terra-plana-23820254> <acesso em: 18/05/20>.

Fig.14 "Experimento" de Curvatura da Terra.

Disponível em:
https://www.google.de/search?q=experimentos+bizarros+terra+plana&source=lms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUKEwjIqvOp0cHpAhUiA9QKHeRcCM4Q_AUoAnoECAsQBA&biw=1366&bih=625 <acesso em: 18/05/20>.

Fig.15 Domo Celeste.

Disponível em:
https://www.google.de/search?q=experimentos+bizarros+terra+plana&source=lms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUKEwjIqvOp0cHpAhUiA9QKHeRcCM4Q_AUoAnoECAsQBA&biw=1366&bih=625 <acesso em 18/05/20>.

3) PALESTRAS 1ª FLAT CON SP 2019 EM MATERIAL ÁUDIO VISUAL

Abertura Oficial - Jean Alves.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=urItZ8Be1g4&t=11s> <acesso em: 19/05/20>.

Anderson Neves.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lpcd-bzk0f4&t=15s> <acesso on-line em: 19/05/20>.

Bruno Alves.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=570I4gXwdOY&t=155s> <acesso em: 19/05/2020>.

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

Christian Soletti.

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=AJ8gg3hgW9M&t=15s> .<acesso em 19/05/20>.

Elaine e Amanda Roque.

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=d65jMB_sDek&t=455s
<acesso em 19/05/20>.

Flavio Carvalho.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-1tdOoPQKvY&t=15s>
<acesso em: 19/05/20>.

Gilberto Assef.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=J8xQ1ghFoTM> <acesso em: 19/05/20>.

Julio Miranda.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TRDUOgAWo9g&t=18s>
<acesso em: 19/05/20>.

Sidharta Chaibub.

Disponível on-line em: <https://www.youtube.com/watch?v=jjudo7y8SpY&t=907s>
<acesso em: 19/05/20>.

Priscila Bandeira (Prisca Côco).

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fMCECJBA1S8&t=22s>
<acesso em: 19/05/20>.

PATERNIDADE & APRENDIZAGEM²⁹

Enio Souza Sieburger³⁰

Odilon Leston Júnior³¹

José Bonifácio Alves da Silva³²

RESUMO: O presente capítulo, estuda as diferentes abordagens e relações entre professor e estudante, demonstrando a importância da família e laços familiares na construção do educando, bem como, a possibilidade de afetividade familiar entre discentes e docentes.

PALAVRAS-CHAVE: Paternidade, Professor, Estudante e Educação

²⁹ Este trabalho capítulo de livro apresentado, é um recorte do trabalho acadêmico de conclusão de curso, apresentado por Enio Souza Sieburger, em sua especialização em Psicopedagogia.

³⁰ Possui graduação em História pela Universidade Federal de Pelotas (2011), em Pedagogia - Centro Universitário Internacional Uninter (2018) e Geografia pelo Centro Universitário Internacional Uninter (2020). Especialização em Psicopedagogia Institucional pelo Instituto Educar Brasil (2013), Orientação Educacional - Instituto Educar Brasil (2015). Especialização em Atendimento Educacional Faculdade São Luis (2023). Atualmente é acadêmico do mestrado em História da Universidade Federal do Rio Grande-FURG.

³¹ Possui Graduação em História Licenciatura pela Universidade Federal de Pelotas (2010), Mestrado em Política Social pela Universidade Católica de Pelotas (2013), Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (2019), Pós-Doutor em Educação pela Universidade de Brasília (2020), atuando principalmente nos seguintes temas: Brasil, Educação, Livro Didático, Jornais, Transferência de Renda e América Latina.

³² Licenciado em História (2010) pela Universidade Católica Dom Bosco, mestre em Educação (2013) pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco (PPGE-UCDB) e doutor em Educação (2018) pelo PPGE-UCDB. Fez estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Educação da Fundação Universidade Regional de Blumenau (PPGE-FURB) com bolsa do Programa Nacional de Pós-Doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PNPD-CAPES), foi coeditor da Revista Atos de Pesquisa em Educação e participou do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da FURB.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca através de uma revisão bibliográfica, comprovar uma hipótese formulada durante minha prática docente que diz respeito à possibilidade de haver um processo de transferência emocional do aluno em relação ao professor enquanto substituto da figura paterna. Parto do referencial teórico da Teoria do Vínculo de Pichón-Rivière, a perspectiva sócio-interacionista de aprendizagem, tendo a afetividade de Wallon, como eixo temático.

As dificuldades em encontrar uma bibliografia específica sobre minha interrogativa inicial e a intenção em ampliar o debate da psicopedagogia voltando sua atenção para o problema proposto, justificam o mérito desta pesquisa.

Busca-se analisar as relações vinculares e a família como fonte primária de socialização e aprendizado, sua historicidade e possíveis impactos no aprendizado de crianças e adolescentes.

Em continuidade, deixando de lado a obviedade da importância da relação mãe-filho, destaco do núcleo familiar a paternidade como objeto de estudo. Especificamente subdividindo esse tema em dois pontos: *Pai Presente e Pai Ausente*, respectivamente, arrolando seus impactos em ambas as situações.

Parte por sua vez, aproxima-se de minha interrogativa inicial, pois, busca discutir o tema da relação professor-aluno, abordando também a questão de gênero, buscando um correlato do conceito de maternagem na educação em se tratando da figura do professor.

FAMÍLIA & APRENDIZAGEM

A família sendo o primeiro grupo social ao qual pertencemos é, por conseguinte, a fonte que nos possibilita as aprendizagens básicas. Por outro lado, podemos entender que ela tanto pode fornecer amplas condições para um aprendizado saudável, como gerar obstáculos ao mesmo.

Pensar a família como determinante exclusiva dos problemas de aprendizagem atribuindo à sua dinâmica e relações afetivas tão somente, seria portanto, uma maneira simplificada de tratar do tema devido a sua complexidade. No entanto, concordo com Braga¹ quando afirma que seja qual for à causa do

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

problema de aprendizagem, o grupo familiar é um fator essencial para a sua manutenção ou resolução.

Para Engels (1984), a existência da configuração monogâmica ocorre através da razão do surgimento da propriedade privada que garante a herança aos filhos. Sendo neste momento que ocorre o surgimento o patriarcado enquanto nova ordem social centrada na descendência patrilinear, em que o controle passa a ser realizado pelos homens.

Segundo Saffioti (1997) e Montecelli (2008), podemos dizer que no Brasil, o modelo patriarcal passou a ser adotado, pelo conhecimento e *modus operandi* dos colonizadores uma vez que estava consonante às condições sociais da época: latifúndio e escravatura.

Além do patriarcado as famílias tiveram sua configuração inicial com elevado número de integrantes e um dos casos é referente ao seu aspecto econômico, como na situação dos imigrantes italianos que vieram se estabelecer no sul do Brasil.

Após esta breve análise histórica, podemos então retomar o raciocínio pensando a família como primeiro ensinante e elemento vital para a socialização da criança e do adolescente, meio no qual conforme suas interações, irão ocorrer os processos de aprendizagem. Wallon (2010) atenta para um componente fundamental para que este processo ocorra: a afetividade.

É inevitável que as influências afetivas que rodeiam a criança desde o berço tenham sobre a sua evolução mental uma ação determinante. Não porque criam peça por peça suas atitudes e seus modos de sentir, mais precisamente, ao contrário, porque se dirigem, à medida que ela desperta, a automatismos que o desenvolvimento espontâneo das estruturas nervosas contém em potência, e, por intermédio deles, a reações de ordem íntima e fundamental. Assim, o social se amalgama ao orgânico. (WALLON,2010, p.122)

O autor supracitado considera a afetividade como não como uma dimensão da pessoa em si, mas uma fase do desenvolvimento. Inicialmente afetividade e inteligência estão mescladas. No decorrer da existência, elas

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

alteram a preponderância, ou seja, a afetividade estaria refluindo ceder espaço à atividade cognitiva.

Outros autores consagrados como Piaget, atribuíram ao aspecto afetivo aqui entendido em suas várias nuances, considerando sentimentos de uma maior carga subjetiva como: depressão, amor e raiva ou outra tríade com caráter expressivo (gritos e lágrimas) que seriam de importância crucial para o desenvolvimento da capacidade cognitiva.

Uma vez contextualizado o agrupamento familiar do ponto de vista histórico e social, relacionado brevemente o vínculo como interligação de seus atores sociais e o elemento afetivo como preponderante, penso ficarem demonstradas às relações existentes entre família e aprendizagem em caráter breve que é o objetivo desta parte do trabalho.

Desta maneira, (PICHÓN-RIVIÈRE, 1991) destaca que a presença ou não do afeto com uma grande probabilidade, determinará o tipo de vínculo estabelecido, e como definição deste conceito, conforme o autor:

O vínculo é um conceito instrumental em psicologia social que assume uma determinada estrutura e que é manejável operacionalmente. O vínculo sempre é um vínculo social, mesmo sendo com uma só pessoa; através da relação com esta pessoa, repete-se uma história de vínculos determinados em um tempo e espaços determinados. Por esta razão, o vínculo se relaciona posteriormente, com a noção de papel, de status e de comunicação. (PICHÓN-RIVIÈRE, 1991, p.49)

É interessante comentar que conforme o autor, o conceito de vínculo nos remete aos mais variados tipos de associações possíveis, que à grosso modo, poderíamos dividi-los em: saudáveis e patológicos.

Pensando a família enquanto mola propulsora do processo de socialização na vida da criança, nada melhor do que uma reflexão elaborada sobre educação nas palavras de Paulo Freire: “Ninguém educa ninguém como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”, (FREIRE, 1981, p.79).

PATERNIDADE

As mudanças históricas descritas no capítulo anterior também irão ter seus reflexos no conceito de paternidade. O antigo modelo tradicional patriarcal, entenda-se: a figura do homem enquanto chefe de família, com plenos poderes inevitavelmente teve seu ocaso a partir das transformações já arroladas.

Buscando uma perspectiva analítica que transcende o materialismo histórico, penso que o melhor viés de análise incluiria as modificações de caráter cultural também ocorridas, ou até mesmo, decorrentes dos fatores sócio-econômicos existentes.

O que se pode perceber a partir das literaturas realizadas é que existe uma mudança de paradigma: a paternidade anteriormente vista, ou melhor, considerada como algo da ordem natural, irá ser percebida como uma construção social. A partir disso se irá repensar valores como paternidade, masculinidade e divisão de papéis familiares.

Conforme Hennigen & Guareschi:

As mudanças sócio-econômicas e culturais que foram se consolidando na segunda metade do século XX, provocaram alterações nas condições femininas e masculinas, desencadeando a necessidade de se buscar diferentes compreensões sobre as relações pessoais e sobre os laços e novas configurações familiares. Neste contexto, o Feminismo que inicia como um movimento de reivindicação de igualdade de direitos sociais, abre espaço para investigações em diversas áreas. (HENNIGEN,I; GUARESCHI,N,2002, p.52)

A partir destas novas proposições e estudos, chega-se a conclusão de que um novo paradigma de paternidade proposto devido às transformações histórico-sociais exige um pai mais comprometido, não somente na função de provedor e censor como antigamente, mas corresponsável pela educação de seus filhos.

Uma vez definidos antigos e novos conceitos para a paternidade vejamos em que implica a presença paterna para o desenvolvimento dos filhos, para posteriormente, observarmos a situação diametralmente oposta.

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

Sobre a questão da importância da presença paterna, no cotidiano e na aprendizagem do filho, cabe a colocação de Benczik:

Nos dias de hoje, um dos maiores problemas na educação dos filhos é a ausência do pai ou de uma figura que o substitua. Vale ressaltar aqui que a figura paterna pode ser representada por um tio, um avô ou outro adulto do sexo masculino que participe da vida da criança e que tenha um vínculo com ela. A educação, para ser equilibrada, necessita dos dois progenitores. A presença paterna na família é diferente e complementar à materna. A falta de um modelo na educação, masculino ou feminino, implica quase sempre um desequilíbrio naquele que é educado (no filho). (BENCZIK, 2011, p.73)

Santoro (2011) atesta que a ausência paterna pode trazer prejuízos à saúde infantil e alerta para o resultado de pesquisas recentes que revelariam que a presença do pai na vida da criança ajudaria a prevenir problemas de obesidade e uma série de outros transtornos.

É necessária a presença de ambos os pais para que a criança possa viver de maneira mais natural os processos de identificação e diferenciação, no caso da falta de um ocorrerá fatalmente uma sobrecarga no papel do outro, tal desequilíbrio poderia causar transtornos à personalidade do filho.

Dantas (2004) alerta para o fato de saber as circunstâncias nas quais os pais não-residentes se distanciaram de seus lares, como de vital importância para mensurar o impacto dos divórcios sobre os filhos, segundo os autores parte da explicação tem origem na impossibilidade (consciente ou não) de apoiar os filhos, e a outra vertente seria a inabilidade de se manter relações com ex-parceiros.

Na mesma linha de raciocínio, Stewart (1999) aprofunda o raciocínio, pois menciona parecer existir dificuldades dos pais não-residentes não se envolverem ou fazer parte da vida dos filhos tanto por questões emocionais, como do cotidiano. Uma outra razão do afastamento, poderia ter origem no padrão de sucessão conjugal no qual o pai biológico, irá exercer o papel de pai social em outra família, reforçando assim a ideia de que paulatinamente os laços sociais vem galgando espaço em detrimento dos laços biológicos.

A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO

Ao se pensar na entrada da criança na escola, podemos refletir sobre o quanto isto é impactante na sua mente em formação. Todo um mundo novo e fascinante se apresenta para ela. O grupo social é infinitamente ampliado e uma nova teia de relações começa a ser tecida, novos vínculos são criados.

Observando sob uma perspectiva da psicanálise freudiana, pode-se pensar que os professores assumirão o lugar dos pais na educação, e assim àquela gama de sentimentos relacionados ao complexo de Édipo estarão presentes, desta vez, voltados aos educadores, a essa projeção imagino, tratar-se do que Freud descreveu como 'transferência'. Conforme Freud "[...] a transferência é ambivalente, ela abrange atitudes positivas (de afeição), bem como atitudes negativas (hostis) para com o analista, que via de regra é colocada no lugar de um ou outro dos pais do paciente". (FREUD, 1940, p. 202).

Entretanto, o conceito de transferência não se restringe apenas às relações terapeuta-paciente, ele está implícito em toda teia de relações humanas, e no caso que nos interessa: no âmbito das relações professor-aluno.

Então, a conceituação para transferência como repetição de protótipos infantis vividos com uma sensação de atualidade, pode ser pensada no deslocamento das experiências vividas na infância com os pais para outras pessoas que passam a fazer parte de nosso grupo de relações. Logo, um professor pode perfeitamente estar involucrado neste processo. Sendo que para Nunes:

Nesta relação, está implicada uma relação de amor, uma relação afetiva. Portanto, um professor pode ser um suporte dos investimentos de seu aluno, porque é objeto de uma transferência. Então, mais além da figura pessoal do professor, o educador vai representar, para o aluno, uma função, substituindo nesse momento, as figuras parentais e/ou pessoas que lhe foram importantes, representando então esse lugar de saber, de idealização, de poder. A posição em que o professor se encontra, como se pode ver, não é um lugar fácil de sustentar, pois nele estão depositadas projeções alheias a ele enquanto pessoa. O professor ignora sobre esse lugar que lhe é outorgado pelo aluno, pois é o desejo inconsciente desse aluno que está determinando o lugar a ele conferido. Em decorrência disso, ao professor é atribuído um poder que caracteriza a sua autoridade, ou seja, a autoridade do professor

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

não é imposta ao aluno, mas outorgada ao professor pelo próprio aluno, (NUNES,2004, p,2)

Sabe-se até o momento, conforme estudos de vários autores, que na ausência do *pai biológico*, poderia existir um *pai social* que pode suprir esse lugar, bem como, às privações emocionais de pelo menos uma figura de apego e desapego podem trazer prejuízos ao longo da vida das crianças. Conforme López “mais uma vez, pode-se afirmar que os maus-tratos infantis e o baixo rendimento acadêmico se potencializam mutuamente” (López, 2001, p.121).

Desta forma, podemos ver tanto a necessidade desta imago paterna, quanto os malefícios de não haver pelo menos um ponto de apoio, pois é o pai que ao romper o cordão umbilical vai possibilitar à criança em sua progressão intelectual, isto tomando o referencial edipiano de Freud.

Freud(1980) irá formular este conceito em função do *Caso Dora* onde alguns impasses neste caso clínico, irão conduzir o autor às conclusões da existência destes sentimentos que precisam ser controlados para fins de não arruinar o tratamento: “em minha opinião, portanto, não devemos abandonar a neutralidade, para com o paciente, que adquirimos por manter controlada a contra-transferência”. (FREUD,1915/1980 ,p.214)

Se por um lado, conforme Fernandez: “quem ensina oferece-se como modelo identificatório, e aprende-se querendo parecer-se com quem nos ama e quem amamos”. (FERNANDES, 2001,p.40), pode perfeitamente haver uma identificação mesmo que inconsciente do aluno em relação ao professor percebendo-o como um pai.

De outro, considerando a contra-transferência, o mesmo pode ocorrer quando um professor ao usar da afetividade e não tiver muito bem delimitado o seu campo emocional: contra-transferir suas emoções em relação a algum aluno. Cró (1998) , corrobora deste raciocínio:

As influencias dos alunos sobre os sentimentos inconscientes do professor são frequentes e resultam nos mais variados tipos de comportamentos e reações por parte de quem ensina. Um professor, por mais que não queira, pode desenvolver maior afinidade com determinado aluno e com outro desenvolver uma relação de distância e recusa. O desejo de conhecer tem uma dupla origem na história da relação objetal entre mãe e criança: a pulsão epistêmica originaria de investigação e o desejo de saber edipiano. (CRÓ, 1998, p.169).

Assim sendo, é possível elaborarmos o pensamento de ligação entre aluno e professor que é perfeitamente possível esta identificação do professor enquanto substituto em um nível inconsciente do *imago* paterno.

CONSIDERAÇÕES

“[...]Eles precisam é de um Paifessor!!!” (SIEBURGER, 2011). Esta frase foi dita pelo autor principal deste texto, logo no início de suas práticas docentes quando, na época, enfrentava os primeiros obstáculos inerentes a nossa profissão.

A escola onde este iniciou sua carreira tem por característica atender uma demanda de alunos em sua maioria de baixa renda, muitos deles com sérios problemas familiares, e como se sabe, isto acaba por refletir no ambiente escolar.

O substantivo que termina a frase inicial, não existe formalmente, apesar de meu trocadilho dar conta do que eu queria expressar: faltava um professor que atuasse como um pai, ou um pai que no ambiente doméstico desse os primeiros ensinamentos para uma conduta social adequada.

O estranhamento é natural, principalmente após a constatação que realmente existe um abismo considerável entre o ambiente ideal de uma faculdade num curso de graduação e a “vida real” do cotidiano de uma sala de aula. *Paifessor*, mais que um trocadilho acabou se revelando um neologismo que até prova em contrário foi por mim criado tentando explicar esse papel híbrido contendo papéis sociais que estão muitas vezes imbricados.

Refletindo um pouco mais sobre esta palavra, e pondo em prática uma lição que jamais esqueci nos tempos de faculdade que me foi dada pela Prof. Martha Hammeister: [...] – Enio, o interessante é transformar o óbvio em ciência! Surgiram então, as questões que norteiam este trabalho:

A principal delas então era saber: Por acaso estaria ocorrendo um processo de caráter psicológico no qual os alunos ao olharem para o professor, enxergavam uma figura paterna?

Partindo desta interrogativa, buscou-se então compor esta pesquisa fazendo uma pesquisa bibliográfica contemplando três tópicos que em meu entender poderiam me ajudar a elucidar a questão.

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

Assim sendo no primeiro foi analisado o aspecto familiar, e suas implicações no aprendizado/não-aprendizado das crianças, conforme as leituras indicaram em decorrência das famílias saudáveis ou disfuncionais, respectivamente.

A forma como se estrutura uma família com os devidos papéis sociais e relações de poder, a partir de uma retrospectiva histórica, considerando as várias mudanças e diferentes arranjos familiares.

Bem como, compreender a questão da paternidade, sua construção cultural, e diálogo com as questões de gênero. Ainda nesta parte do trabalho, busquei mais dois recortes que seriam os efeitos benéficos da figura paterna para o aprendizado da criança, e em um segundo momento o impacto da paternidade ausente. Destacando-se também os conceitos: *pai biológico* e *pai social*.

Outro aspecto relevante, foi o de compreender às relações professor-aluno, foi necessário portanto apoiar-se nos preceitos da psicanálise freudiana, para compreender o conceito da dinâmica transferencial, relacionando com o tema da afetividade e sua relevância no processo educativo.

Para fins de conclusão, com base no que foi observado na escola, tendo me amparado na antropologia social, que utiliza a observação participante como metodologia de pesquisa, pude então utilizar meu próprio local de trabalho como recorte geográfico para objeto de pesquisa.

Apoiando-me também nos trabalhos consultados para a pesquisa em si abordando os eixos temáticos: família, paternidade e relações professor-aluno, pude concluir, portanto que embora possa ocorrer o processo transferencial dos alunos em relação aos professores, isto não implica necessariamente que a ausência paterna seja apontada como única e determinante para esse processo.

Mesmo com todas as transformações do final do séc. XX, com uma revisão de papéis, o levantamento de questões de gênero, a partir dos movimentos feministas da década de 60, e com todo o apelo à afetividade enquanto matéria-prima de uma nova perspectiva educacional, ainda assim é bem mais difícil ao homem que ainda está reconstruindo sua imagem pós-moderna, expor seus sentimentos de afetividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARILHA, M.; MEDRADO, B.; RIDENTI, S. **Homens e masculinidades: outras palavras**. São Paulo: Eco/Ed 34, 1998, p.15-28.

ABERASTURY, A. A Paternidade. in: ABERASTURY,A., SALAS,E.J. **Paternidade: um enfoque psicanalítico**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

BARTOLOMEI, L. T; FULGÊNCIO, L. Notas para a compreensão do conceito de transferência na psicanálise de Sigmund Freud. in: **Anais do Congresso de Iniciação Científica da PUC-Campinas**, out. 2008. Disponível em <<http://www.puccampinas.edu.br/websist/portal/pesquisa/ic/pic/2008/resumos/%7BDA56321A-43ED-44B5-A5BC-88D8D4AD5FA4%7D.pdf>. > acesso em 23 jul.2012.

BENCZIK, E. B. P. A importância da figura paterna para o desenvolvimento infantil. in: **Revista da Associação Brasileira Psicopedagogia**. v.28,n.85,2011,p.67-65. Disponível em <<http://www.revistapsicopedagogia.com.br>.> acesso em 5 jan.2013.

BRAGA, S. S. et al. Problemas de aprendizagem e suas relações com a família. in: **Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia**. v.24,n.74,2007,p.149-159.Disponível em <<http://www.revistapsicopedagogia.com.br>> acesso em 26 mar.2012.

CASARIN, N.E.F.; RAMOS, M.B.J. Família e aprendizagem escolar, in: **Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia**. v.24,n.74,2007,p.182-201. Disponível em <<http://www.revistapsicopedagogia.com.br>>. acesso em 28 mar.2012.

CHAGAS, R. **Dificuldades de aprendizagem decorrentes de relações familiares UFRJ**. Disponível em <<http://www.abpp.com.br/monografias/09.htm>> acesso em 2 mai.2012.

CHAVES, M. P. C. T. **Ausência paterna e o impacto na mente da criança**. 2008. Disponível em <http://www.psicopedagogiafundamental.org>. > acesso em 05 jan 2013.

COURNEAU, G. **Pai ausente, filho carente**. São Paulo: Brasiliense, 1991

CRÓ, M.L. **Formação inicial e contínua de professores**. Porto: Porto Editora, 1998.

DANTAS, C.; JABLONSKI, B.; FERES-CARNEIRO, T. Paternidade: Considerações sobre a relação pais-filhos após a separação conjugal. in: **Paidéia**. Ribeirão Preto, v.4, n.29, dez. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0103863X2004000300010&ing=pt&nrm=iso> acesso em 05 jan. 2013.

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

ELZIRIK, M.; BERGMANN, D. S.. Ausência paterna e sua repercussão no desenvolvimento da criança e adolescente: um relato de caso. in: **Revista Psiquiatria Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, v.26, n.3, dez 2004. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.php=sci=art-text&pid=S010181082004000310&ing=en&nrm=iso>> acesso em 05 jan 2013.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. São Paulo: Global, 1984.

FERNÁNDEZ, A. **A atenção aprisionada: psicopedagogia da capacidade atencional**. Porto Alegre: Penso, 2012.

FERRARI, R. F. Considerações psicopedagógicas da relação vincular professor-aluno. in: **Revista de Ciências Humanas**. v.4,n.4,2003. Disponível em <http://www.sicada.fw.uri.br/revistas/artigos/1-5-59>. > acesso em 22 mar. 2012.

FRANCO, R. B. Mãe, mulher, feminino, professora e...o falo. **Psicologia da Educação**. São Paulo, n.30, jun 2010. Disponível em: http://www.pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_art-text&pid=S141469752010000100006&ingpt&nrm=iso. acesso em 15 jan 2013.

FREGTMAN, C.D. **Corpo, música e terapia**. São Paulo: Cultrix, 1989.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREITAS, A. **A importância do conceito de transferência na relação professor-aluno**. Disponível em <<http://meuartigo.brasilecola.com/psicologia/conceito-transferencia-relacao-professoraluno.htm>>. acesso em 21 mar 2012.

FREUD, S. Esboço de Psicanálise. in: **Edição Standard brasileira de obras copletas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Editora Imago. v. XXIII, p.165-237, 1980.

GALLATIN, J. **Adolescência e individualidade: uma abordagem conceitual da adolescência**. São Paulo: Harbra, 1986.

GOMES, A. J. S.; RESENDE, V. R. O pai presente: o desvelar da paternidade em uma família contemporânea. in: **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, v.20, n.2, ago..2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s198402922010000100013&ing=pt&nrm=iso>. acesso em 5 jan.2013

GROSSI, Esther. et al. **Paixão de aprender**. Petrópolis: Vozes, 1992.

HENNIGEN, I. Especialistas advertem: o pai é importante para o desenvolvimento infantil. in: **Fractal, Revista de Psicologia**. Rio de Janeiro, v.22,n.1,2010,p.169184. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922010000100013&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 5 jan. 2013.

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

HENNIGEN, I.; GUARESCHI, N. M. F. A paternidade na contemporaneidade: um estudo de mídia sob a perspectiva dos Estudos Culturais. in: **Revista Psicologia & Sociedade**. Belo Horizonte. v.14,n.1,jun.2002. Disponível em http://www.scielo.br.php?script=sci_art-text&pid=S010271822002000100004&ing=ptnrm=iso.> acesso em 5 jan.2013.

HOBSBAWN, E. J. **A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

LOPEZ, F. Problemas afetivos em sala de aula. in: **Desenvolvimento Psicológico e Educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LOURENÇO, L. C. Transferência e Complexo de Édipo, na Obra de Freud: Notas sobre os Destinos da Transferência. in: **Psicologia: Reflexão e Crítica**. Porto Alegre, v.18,n.1,p.143-149, abr. 2005. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102797220050001000197ing=pt&nrm=iso.> acesso em 28 fev. 2012.

MARQUES, J. et al. **O papel do pai na sociedade**. 2008. Disponível em <<http://www.scribid.com/dec/13674195-opapeldopai.>> acesso em 05 dez 2012.

MONTGOMERY, M. Breves comentários. in: SILVEIRA, P., **Exercício da paternidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988,p.113-118.

MONTICELLI, F. F. Efeitos da ausência paterna na aprendizagem. In: **ETD – Educação Temática Digital**. Campinas, v.10,n.1,p.87-104,dez,2008. Disponível em <<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php>> acesso em 29 dez. 2012.

MUZA, G.M. Da proteção generosa à vítima do vazio. in: SILVEIRA, P.; **Exercício da paternidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

NUNES, M. R. . Psicanálise e educação: pensando a relação professor-aluno a partir do conceito de transferência. in: **Colóquio do LEPSI IP/FE-USP**. São Paulo,n.5, 2004. Disponível em http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_art-text&pid=MSC0000000032004000100040&ing=en&nrm=abn > acesso em 25 mar.2012.

PASSIANOTTO, C. W. **Ausência Paterna**. 2011. Disponível em <<http://www.crescendoeacontecendo.blogspot.com.br/2001/10/ausenciapaterna.html.>> acesso em 05.mar 2012.

PICHÓN-RIVIÈRE, E. **Teoria do vínculo**. São Paulo: 1991.

SANTORO, A. **O papel do pai**. Disponível em: <http://www.bebeabril.com.br/familia/serpai/pa-ausente.php>. acesso em 05 jan.2012.

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

SILVA, C. S. R. A relação dinâmica transferencial entre professor-aluno no ensino. in: **Ciências & Cognição**. V.8,p.165-171, ago. 2006. Disponível em <http://www.cienciasecognição.org/pdf/v08/m32696.pdf> > acesso em 15 jan 2013.

SHINN, M. **Father absence and children's cognitive development**. Psychol Bull, 1978, p. 295-324.

SOARES, P. N. M. **Aspectos psicodinâmicos e familiares nos distúrbios de aprendizagem**. Disponível em <<http://www.fucamp.edu.br/wp-content/uploads/2>>. acesso em 05 jan.2013

STEWART, S. Nonresident mothers and fathers social contact with children. **Journal of marriage and the family**. 1999, n.61.p.894-907.

TIBA, I. **Pais e educadores de alta performance**. São Paulo: Integrare, 2011.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

O Ensino de História Indígena no Brasil: uma breve reflexão sobre a necessidade de uma educação mais inclusiva

Thiago Cedrez da Silva³³

Resumo: O presente texto visa analisar de forma crítica e reflexiva a importância do ensino de História Indígena como parte integrante de uma educação mais inclusiva e plural, capaz de promover o respeito, a valorização e o reconhecimento das múltiplas identidades que compõem o mosaico cultural brasileiro.

Palavras-chave: História Indígena; Educação; Inclusão.

³³ Doutor em História (2023-UFPEL). Mestre em História (2016-UFPEL) e Graduado em Licenciatura Plena em História UFPEL (2013). Especialização em Psicologia e Coaching pela Faculdade Metropolitana-SP (2020). Especialização em Metodologia de Ensino de História pela Faculdade Intervale (2022). MBA em Gestão de Pessoas e Liderança pela Faculdade Intervale (2022). Experiência em pesquisa nas áreas de: História; História Social; História do Trabalho Portuário; Ensino de História; Coaching; Liderança; Gestão de Pessoas. Autor e coautor de mais de 24 livros.

Considerações Iniciais:

No cenário educacional atual brasileiro, o ensino de História Indígena apresenta-se como um campo fundamental e emergente, cuja importância transcende os limites da sala de aula, abrangendo dimensões sociais, culturais e políticas mais amplas. Nesta breve reflexão deste texto, objetiva-se contextualizar a relevância do ensino de História Indígena no Brasil, reconhecendo sua necessidade premente em meio a um contexto educacional marcado por desigualdades, exclusões e uma narrativa histórica eurocêntrica predominante.

Diante desse contexto, a problemática central que norteia esta análise consiste em compreender a urgência de promover uma educação mais inclusiva, na qual o ensino de História Indígena ocupe um papel central na construção de uma consciência histórica mais abrangente e pluralista.

Ao longo da história do Brasil, o ensino de História tem sido amplamente marcado por uma narrativa oficial que, em grande medida, relegou os povos indígenas à margem do processo histórico nacional. A visão eurocêntrica predominante na historiografia tradicional contribuiu para a invisibilização, estereotipagem e desvalorização das culturas e trajetórias dos povos originários do país por muito tempo.

Contudo, diante dos avanços políticos, sociais e acadêmicos das últimas décadas, observa-se um movimento crescente de reconhecimento da importância de incluir a perspectiva indígena na narrativa histórica brasileira. Nesse sentido, o ensino de História Indígena surge como uma ferramenta crucial para resgatar, valorizar e dar voz às múltiplas experiências e contribuições dos povos indígenas para a construção da sociedade brasileira mais igualitária.

Assim, a importância do ensino de História Indígena reside não apenas na necessidade de corrigir distorções e omissões históricas, mas também na promoção de uma educação mais inclusiva, que reconheça e respeite a diversidade étnico-cultural do Brasil. Por meio do ensino de História Indígena, é possível desconstruir estereótipos, combater preconceitos e promover uma compreensão mais crítica e reflexiva sobre as relações entre diferentes grupos sociais ao longo do tempo. Além disso, o ensino de História Indígena contribui para a

formação de cidadãos mais conscientes, capazes de compreender as complexidades do processo histórico brasileiro e de se engajar de forma ativa na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Diante do exposto, a problemática que motiva esta reflexão reside na necessidade de repensar e transformar as práticas pedagógicas e curriculares no ensino de História, de modo a garantir uma representação mais fiel e inclusiva da diversidade étnico-cultural do Brasil, com ênfase na história e contribuições dos povos indígenas. O objetivo deste texto é, portanto, analisar de forma crítica e reflexiva a importância do ensino de História Indígena como parte integrante de uma educação mais inclusiva e plural, capaz de promover o respeito, a valorização e o reconhecimento das múltiplas identidades que compõem o mosaico cultural brasileiro.

História do Ensino de História Indígena no Brasil

A trajetória do ensino de História Indígena no Brasil é um reflexo das transformações históricas, políticas e sociais pelas quais o país passou ao longo dos séculos. Desde o período colonial até os dias atuais, observamos um processo gradual de reconhecimento e valorização das culturas e trajetórias dos povos indígenas, embora permeado por desafios e resistências.

No campo da pesquisa acadêmica sobre a História Indígena no Brasil, Maria Regina Celestino de Almeida, em seu artigo intitulado “*Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo*”, destaca aspectos importantes sobre o lugar do índio na História, de sua invisibilidade enquanto agentes históricos no século XIX até o crescente protagonismo revelado pela historiografia atual. Segundo a autora,

[...] No palco da história, os índios vão, lentamente, passando da invisibilidade construída no século XIX para o protagonismo conquistado e restituído nos séculos XX e XXI por movimentos políticos e intelectuais nos quais eles próprios têm tido intensa participação. Desde a década de 1990, os historiadores no Brasil têm se voltado para o estudo dos índios, valorizando-os como sujeitos dos processos históricos por eles vivenciados. Com base em abordagens interdisciplinares, as pesquisas atuais centram o foco da análise nos próprios índios e identificam suas formas de compreensão e seus objetivos nas várias situações de contato por eles vividas, levando em conta os interesses e significados diversos das atuações políticas, socioeconômicas e culturais dos vários atores em contato. (ALMEIDA, 2012, p. 22-23)

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

Essa mudança de perspectiva na historiografia brasileira também tem reflexos no ensino de História Indígena. O reconhecimento do protagonismo indígena e a valorização de suas perspectivas históricas representam avanços significativos, mas também colocam desafios para os educadores, que precisam atualizar suas práticas pedagógicas e materiais didáticos para refletir essa nova abordagem mais inclusiva e pluralista.

Neste sentido, consideramos que o ensino de História Indígena no Brasil teve suas raízes no movimento indigenista do século XIX, que buscou evidenciar a importância dos povos indígenas na formação do país. No entanto, foi apenas no final do século XX que o ensino de História Indígena ganhou maior visibilidade e espaço nos currículos escolares e acadêmicos. Este processo foi impulsionado por mudanças na legislação educacional, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas.

Neste sentido, cabe salientar que ao longo das últimas décadas, diversos marcos regulatórios e políticas educacionais foram implementados para promover o ensino de História Indígena no Brasil. Destacam-se, entre eles, a preocupação com a investigação da história desses povos que remonta à década de 1990. Em 2003, por exemplo, com a promulgação da Lei 10.639/2003 tornou-se mandatório, nos níveis fundamental e médio das instituições educacionais brasileiras, o estudo da história e cultura afro-brasileira, contudo a temática indígena não foi contemplada nesse contexto. Somente no ano de 2008 essa lacuna foi suprida, com a Lei 11.645/2008, que instituiu como obrigatório o estudo da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena no ensino fundamental e médio, em todas as instituições educacionais brasileiras, públicas e privadas. Passou a vigorar com a seguinte redação:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afrobrasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

§ 2o Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (BRASIL,2008)

Ao analisarmos a Lei 11.645/2008, compreendemos que ela estabelece a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, tanto públicos quanto privados, no Brasil. Dentre os aspectos contemplados pelo conteúdo programático exigido pela lei, destacam-se: o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira, bem como a contribuição desses grupos étnicos para a formação da sociedade nacional nas áreas social, econômica e política.

Importante ressaltar que os conteúdos relativos à história e cultura afro-brasileira e indígena devem ser integrados em todo o currículo escolar, especialmente nas disciplinas de educação artística, literatura e história brasileiras. Isso evidencia a necessidade de uma abordagem interdisciplinar e transversal desses temas, visando a uma compreensão mais ampla e contextualizada da história e cultura do Brasil. Esses marcos legais representaram avanços significativos no reconhecimento e valorização das culturas e histórias indígenas no contexto educacional brasileiro.

Todavia, segundo os pesquisadores Sandra Reis e Luis Júnior (2016), em seu estudo sobre o ensino de História Indígena, precisamos avançar ainda mais nestas questões, pois apesar da atualização teórico-metodológica da História nos últimos anos, o conteúdo programático dessa disciplina no ensino fundamental ainda tem sido marcado por uma visão monocultural e eurocêntrica de nosso passado. Para os autores, o estudo da denominada "História do Brasil" geralmente tem início com a chegada dos portugueses, deixando de reconhecer a presença indígena prévia ao processo de colonização. Enaltece-se o papel do colonizador português como explorador e principal responsável pela ocupação de nosso território. Todavia, omite-se o extermínio e a destruição das culturas praticados contra as populações indígenas no Brasil: enquanto eram aproximadamente 5 milhões na época do chamado "descobrimento", hoje são registrados apenas 817.963 (REIS e JUNIOR, 2016)

Em outros termos, o ensino de História Indígena no Brasil ainda enfrenta uma série de desafios. Entre eles, podemos dar ênfase para a falta de formação

adequada de professores, a escassez de materiais didáticos e a resistência de alguns setores da sociedade em relação à inclusão da temática indígena nos currículos escolares. No entanto, é inegável que houve avanços significativos nas últimas décadas, com a ampliação do acesso à educação indígena, a valorização das línguas e culturas indígenas, e o fortalecimento das políticas de reconhecimento e promoção dos direitos dos povos indígenas. Estes avanços representam um passo importante na construção de uma educação mais inclusiva e plural, capaz de reconhecer e valorizar a diversidade étnico-cultural do Brasil.

Necessidade de uma Educação Mais Inclusiva

A necessidade de uma educação mais inclusiva no contexto brasileiro é premente e intrínseca à construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. Neste sentido, o reconhecimento da diversidade étnico-cultural do Brasil e a valorização das perspectivas indígenas na narrativa histórica nacional emergem como pilares fundamentais para a promoção de uma educação que respeite e celebre a pluralidade cultural do país.

Como bem nos permite refletir Walter Benjamin (1986), abordar a diversidade indígena na escola possibilita um esforço de descolonização, no contrapelo da história oficial, sobretudo no sentido de construção de uma representação plural do indígena contemporâneo, considerando sua diversidade, como sujeitos e coletividades que estão presentes com suas tecnologias e relacionadas às tecnologias das modernidades globalizadas na sociedade nacional.

Logo, precisamos levar em consideração também que a diversidade étnico-cultural do Brasil é um dos aspectos mais marcantes e ricos de nossa identidade nacional. Ao longo dos séculos, o país foi palco de encontros e interações entre diferentes grupos étnicos, resultando em uma multiplicidade de culturas, tradições e formas de expressão. No entanto, essa diversidade nem sempre foi reconhecida e valorizada no contexto educacional, o que contribuiu para a perpetuação de estereótipos, preconceitos e discriminações.

Neste cenário, a valorização das perspectivas indígenas na narrativa histórica nacional é um passo fundamental para corrigir distorções e omissões históricas que têm marginalizado e invisibilizado os povos indígenas ao longo dos

séculos. O ensino de História Indígena desempenha um papel crucial nesse processo, ao oferecer uma visão mais abrangente e pluralista da história do Brasil, que reconheça a contribuição dos povos indígenas para a formação da sociedade brasileira e para a construção de identidades nacionais.

Obviamente, consideramos que o ensino de História Indígena também desempenha um papel importante no combate ao preconceito e estereótipos em relação aos povos indígenas. Ao desconstruir narrativas estereotipadas e oferecer uma visão mais completa e contextualizada da história e cultura dos povos indígenas, o ensino de História Indígena contribui para promover uma maior compreensão e respeito pela diversidade étnico-cultural do Brasil. Cabe aqui uma reflexão proposta por Marc Ferro (1990), segundo o qual,

[...] A imagem que temos de outros povos, e até de nós mesmos, está associada à História tal como nos foi contada quando éramos crianças. Ela deixa sua marca em nós para toda a existência. Sobre esta imagem, que para cada um é um descobrimento do mundo e do passado das sociedades, se incorporam de imediato opiniões, ideias fugidias ou duradouras, como um amor..., ao mesmo tempo que permanecem, indelévels, as marcas de nossas primeiras curiosidades e de nossas primeiras emoções. São essas marcas que é preciso conhecer, ou reencontrar, as nossas, as dos demais (FERRO, 1990, p. 9)

O pensamento de Marc Ferro nos convida a refletir sobre o poder da narrativa histórica na construção da imagem que temos de nós mesmos e dos outros povos, incluindo os povos indígenas. Desde a infância, somos expostos a versões da história que são muitas vezes incompletas, tendenciosas ou eurocêntricas, deixando marcas profundas em nossa compreensão do mundo e das sociedades.

No contexto da história indígena, essa reflexão é especialmente relevante. As narrativas históricas tradicionais frequentemente relegaram os povos indígenas a um papel secundário, ignorando suas contribuições para a formação da sociedade brasileira e enfatizando uma visão distorcida da colonização como um processo civilizatório.

Ao reconhecermos o impacto duradouro da narrativa histórica em nossa percepção dos povos indígenas, somos desafiados a buscar uma compreensão mais profunda e inclusiva de sua história e cultura. Isso envolve não apenas desaperceber visões estereotipadas ou preconceituosas, mas também reconhecer

as marcas de curiosidade e emoção que nos foram transmitidas desde a infância e que moldam nossa relação com os povos indígenas.

Em última análise, a reflexão proposta pelo texto nos leva a considerar a importância de conhecer e reencontrar as diversas narrativas históricas, incluindo aquelas que dão voz aos povos indígenas e reconhecem sua centralidade na construção da identidade nacional. Essa é uma etapa crucial no caminho rumo a uma visão mais plural e respeitosa da história e da sociedade brasileira.

Neste sentido, defendemos a ideia de que o ensino de História Indígena desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão social, ao oferecer ferramentas para que os estudantes possam compreender e valorizar a diversidade cultural do país, desenvolver empatia e solidariedade com os povos indígenas e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. Em suma, a promoção de uma educação mais inclusiva passa necessariamente pelo reconhecimento e valorização das perspectivas indígenas na narrativa histórica nacional, pela desconstrução de preconceitos e estereótipos e pelo fortalecimento do respeito à diversidade étnico-cultural do Brasil.

Atualmente, um dos principais desafios enfrentados pelo ensino de História Indígena no Brasil é a falta de reconhecimento e valorização da diversidade étnico-cultural do país por parte de alguns setores da sociedade e mesmo dentro do sistema educacional. Isso se reflete na escassez de materiais didáticos adequados, na ausência de formação específica para os professores e na resistência em incluir a temática indígena nos currículos escolares.

Outro aspecto importante neste cenário é, o preconceito e a discriminação que, ao nosso ver, ainda são obstáculos significativos para o ensino de História Indígena, pois muitas vezes há uma visão estereotipada e exotizada dos povos indígenas, o que dificulta a promoção de uma abordagem mais crítica e respeitosa em sala de aula. A falta de acesso a recursos educacionais e a infraestrutura precária em muitas escolas também são desafios que precisam ser enfrentados.

Todavia, apesar dos desafios, consideramos que existem diversas oportunidades para promover uma educação mais inclusiva por meio do ensino de História Indígena. Uma delas é o reconhecimento crescente da importância da temática indígena nos debates acadêmicos, políticos e sociais, o que tem contribuído para a ampliação do espaço dedicado ao ensino de História Indígena nos currículos escolares e universitários.

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

Além disso, a disponibilidade de novas tecnologias e recursos digitais oferece oportunidades para diversificar as práticas pedagógicas e promover uma abordagem mais dinâmica e participativa no ensino de História Indígena. O fortalecimento de parcerias entre instituições de ensino, organizações indígenas e movimentos sociais também pode contribuir para o desenvolvimento de materiais didáticos e metodologias de ensino mais adequadas e contextualizadas. E, por fim, a formação continuada de professores e a promoção de espaços de diálogo e reflexão sobre a temática indígena são fundamentais para superar os desafios enfrentados pelo ensino de História Indígena no Brasil e aproveitar as oportunidades existentes para promover uma educação mais inclusiva e comprometida com a valorização da diversidade étnico-cultural do país.

Sobre essa discussão, a pesquisadora Antonella Maria Imperatriz Tassinari, em seu texto intitulado "*Sociedades indígenas: introdução ao tema da diversidade cultural*", reflete sobre os desafios relacionados a educação e a diversidade. Para a autora:

[...] com tudo isso, fica difícil encontrar uma definição única para essa "nossa sociedade". Podemos perceber que a inclusão de tantos modos de vida diferentes no interior de uma única designação só faz sentido a partir do esforço comparativo que aqui fazemos, que as confronta com um conjunto de sociedades ainda mais diferentes, às quais chamamos também de modo genérico e igualmente ambíguo de "sociedades indígenas". Portanto, está claro que tais designações genéricas sobre as sociedades são produzidas numa relação de contraste com outros modos de vida social. Para estabelecer a diferenciação entre nossa sociedade e as sociedades indígenas, muitos termos foram utilizados: "civilizados", "sociedade moderna", "sociedade envolvente", "sociedade complexa", "civilização ocidental" para as primeiras e "sociedades primitivas", "sociedades tribais", "sociedades simples", para as segundas. Alguns dos termos são carregados de preconceitos, que valorizam o nosso modo de vida e relegam ao plano do primitivismo, da simplicidade e até da não-civilização aquelas sociedades que convencionalmente chamamos de indígenas. (TASSINARI, 1995, 446-447)

Este texto acima de Tassinari nos instiga a refletir sobre a forma como as sociedades são categorizadas e rotuladas, especialmente no contexto do ensino de História Indígena no Brasil. O texto questiona a noção de uma única definição para "nossa sociedade", destacando a diversidade de modos de vida presentes em nosso país. Essa relativização é crucial no ensino de História Indígena, pois desafia a visão monolítica e eurocêntrica da sociedade brasileira, reconhecendo

a existência de múltiplos grupos étnicos e culturais. A autora sugere que as designações genéricas sobre as sociedades, incluindo as "sociedades indígenas", são produzidas em contraste com outros modos de vida social. Isso ressalta a importância de abordar as sociedades indígenas não como entidades isoladas, mas como parte de um contexto mais amplo de diversidade cultural e interação social.

Por fim, a autora aponta para o uso de termos carregados de preconceitos, como "primitivas" ou "tribais", para descrever as sociedades indígenas. Isso nos leva a questionar como o ensino de História Indígena é abordado nas escolas brasileiras, destacando a necessidade de uma linguagem mais respeitosa e inclusiva que reconheça a complexidade e a riqueza das culturas indígenas.

Portanto, repensar as categorias e os termos utilizados para descrever as sociedades, especialmente no contexto do ensino de História Indígena, de modo a promover uma abordagem mais crítica, reflexiva e respeitosa da diversidade étnico-cultural do Brasil, é interessante ponto de partida para uma discussão sobre a problemática.

Considerações Finais:

Ao finalizar esta reflexão sobre o ensino de História Indígena no Brasil e sua contribuição para uma educação mais inclusiva e respeitosa da diversidade étnico-cultural brasileira, é possível destacar algumas considerações finais e recomendações que podem, ao nosso ver, orientar práticas pedagógicas e políticas educacionais nesse sentido.

Percebe-se como fundamental reconhecer que a promoção de uma educação mais inclusiva e respeitosa da diversidade étnico-cultural brasileira requer uma mudança de paradigma no campo educacional, que vá além da simples inclusão de conteúdos sobre História Indígena nos currículos escolares. Logo, é necessário promover uma abordagem interdisciplinar e contextualizada, que articule diferentes áreas do conhecimento e valorize os saberes e experiências dos povos indígenas.

Soma-se a esse esforço, investir na formação inicial e continuada de professores, oferecendo oportunidades de capacitação e atualização sobre temas

Perspectivas Históricas: coletânea de artigos acadêmicos

relacionados à História Indígena, multiculturalismo, interculturalidade e educação antirracista. Os professores devem ser preparados para abordar questões étnico-culturais de forma sensível, crítica e reflexiva, promovendo o respeito pela diversidade e o diálogo intercultural em sala de aula.

Outra possibilidade de atuação que consideramos importante é o desenvolvimento e utilização de mais materiais didáticos e recursos educacionais que valorizem as perspectivas indígenas e ofereçam uma visão mais abrangente e pluralista da história do Brasil. Esses materiais devem ser elaborados de forma participativa, em colaboração com as comunidades indígenas, respeitando suas tradições, línguas e formas de conhecimento.

Além disso, é essencial promover uma maior integração entre escola e comunidade, incentivando a participação ativa dos povos indígenas no processo educacional e fortalecendo parcerias entre instituições de ensino, organizações indígenas, movimentos sociais e órgãos governamentais. O diálogo e o reconhecimento mútuo são fundamentais para construir relações mais igualitárias e respeitadas entre diferentes grupos étnico-culturais.

Logo, é necessário que as políticas públicas reconheçam e valorizem a diversidade étnico-cultural do Brasil, garantindo o respeito aos direitos dos povos indígenas, o acesso à educação de qualidade e a implementação de medidas afirmativas que promovam a inclusão e a equidade no sistema educacional.

Concluimos considerando que promover uma educação mais inclusiva e respeitosa da diversidade étnico-cultural brasileira requer o engajamento e o comprometimento de toda a sociedade, em busca de uma convivência mais harmoniosa, justa e igualitária, que reconheça e valorize as múltiplas identidades que compõem o mosaico cultural do nosso país.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **“Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo”**. Revista História Hoje, v. 1, no 2, pp. 21-39, 2012.

_____. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de história**. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sergio Paulo Rouanet, 2. ed., São Paulo: Brasiliense, 1986. [Obras Escolhidas. v. 1]

CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Lei nº. 11.645 de 10 de março de 2008. Inclui a Obrigatoriedade da Temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no Currículo Oficial da Rede de Ensino. Diário Oficial da União, Brasília: MEC, 2008.

FERRO, Marc. **Cómo se cuenta la historia a los niños en el mundo entero**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

REIS, Sandra Daniel Lousano Vera Sanchez; JÚNIOR, Luis de Castro Campos. **Novo Olhar sobre o ensino de História Indígena**. In: Os desafios da Escola Pública Paranaense na perspectiva do professor PDE. Cadernos PDE. V. 1.p. 1-22.

TASSANARI, Antonella, Maria Imperatriz. **Sociedades Indígenas: introdução ao tema da diversidade cultural**. In: SILVA, L. Aracy; GRUPIONI, B. D. Luís. **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus /org.** - Brasília, MEC/MARI/ UNESCO, 1995. P. 445-479.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Thiago Cedrez da Silva

Doutor em História (2023-UFPEL). Mestre em História (2016-UFPEL) e Graduado em Licenciatura Plena em História UFPEL (2013). Especialização em Psicologia e Coaching pela Faculdade Metropolitana-SP (2020). Especialização em Metodologia de Ensino de História pela Faculdade Intervale (2022). MBA em Gestão de Pessoas e Liderança pela Faculdade Intervale (2022). Experiência em pesquisa nas áreas de: História; História Social; História do Trabalho Portuário; Ensino de História; Coaching; Liderança; Gestão de Pessoas. Autor e coautor de mais de 24 livros.

Edgar Avila Gandra

Graduado em História pela Fundação Universidade do Rio Grande (1995); Mestre em História Ibero-Americana pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1998) e Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004). Atualmente é professor Associado II da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) atuando no Departamento de História, no Programa de Pós-Graduação em História –PPGH e no Curso de Educação do Campo. Também lecionou no MBA em Gestão de Pessoas – UNICENTRO-PR. Tem experiência de pesquisa em temáticas sobre História do Trabalho, História Portuária e Movimentos Sociais. Foi Bolsista do Programa de Estágio Sênior Capes no Exterior na Universidade do Porto-PT. Professor Colaborador do CITCEM-Universidade do Porto-PT.

Elvis Silveira Simões

Doutorando em História - UFPEL. Mestre em História (2018) e Graduado em Licenciatura Plena em História UFPEL (2014). Experiência em pesquisa nas áreas de: História; História Social; História do Trabalho Portuário. Atualmente exerce a função como professor Municipal na área de História na cidade de Pelotas-RS.

Ao longo das páginas deste livro, mergulhamos em diferentes períodos históricos, contextos geográficos e abordagens metodológicas, proporcionando ao leitor uma jornada fascinante pelos meandros da História.

Cada capítulo desta coletânea é fruto do trabalho árduo e da dedicação de pesquisadores comprometidos com a produção de conhecimento histórico de qualidade. Os artigos apresentam análises originais e perspicazes, resultado de pesquisas rigorosas e reflexões profundas sobre os temas abordados.

A diversidade de temas abordados nesta obra reflete a amplitude e a riqueza do campo da História, abrangendo desde estudos sobre sociedades antigas até reflexões contemporâneas sobre questões sociais, políticas e culturais.

Por meio desta coletânea, esperamos contribuir para o enriquecimento do debate acadêmico e para a formação de novas perspectivas sobre o passado e o presente. Que os leitores encontrem neste livro não apenas um conjunto de artigos acadêmicos, mas também inspiração para novas pesquisas e reflexões sobre a complexidade da experiência humana ao longo do tempo.

Que esta obra possa servir como um convite para explorar as múltiplas facetas da História e para refletir sobre o nosso lugar nesse vasto e intrincado tecido de narrativas e acontecimentos que moldaram o mundo em que vivemos.

Nesta coletânea, apresentamos uma variedade de artigos acadêmicos que abordam questões contemporâneas e históricas de grande relevância. Cada capítulo oferece uma perspectiva única sobre temas que vão desde eventos políticos marcantes até reflexões sobre educação e sociedade.



casalettras.com/academico



9 786589 147554 5

ISBN: 978-65-89475-54-5